

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

ÉRICKA SALES FERREIRA

**A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE SOLÂNEA (PB):
o capital social no contexto do desenvolvimento territorial**

**Brasília
2010**

ÉRICKA SALES FERREIRA

**A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE SOLÂNEA (PB):
o capital social no contexto do desenvolvimento territorial**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Gestão Territorial

Orientadora: Profa. Dra. Vera Lúcia Salazar Pessôa (UFU)

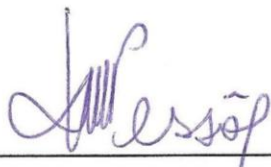
Brasília

2010

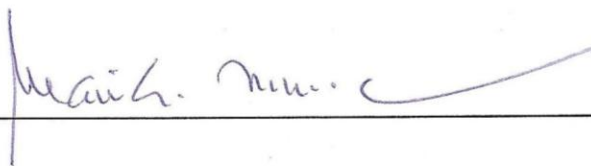
ÉRICKA SALES FERREIRA

**A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE SOLÂNEA (PB):
o capital social no contexto do desenvolvimento territorial**

Banca Examinadora



Profª Dra Vera Lúcia Salazar Pessôa (orientadora/UFU)



Resultado: Aprovada

Data: 26/2/2010

A Deus, autor de todas as coisas;

Aos meus pais, Valdenez Ferreira de Lima e
Francisca de Sales Neta Lima, fontes de inspiração;

Ao meu irmão, Pedro Henrique Sales Ferreira, jovem sonhador;

Ao meu noivo, Rodrigo Mesquita Sales, amor de uma vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me presenteou com o dom da vida e me deu forças para chegar até o final deste desafio, providenciando todas as minhas necessidades.

A minha família, pelo incondicional apoio: meu pai, por sua tão grande confiança; minha mãe, por suas incensáveis orações; meu irmão, por sua preciosa ajuda em muitos momentos.

A Rodrigo, inicialmente meu namorado, hoje meu futuro esposo, por sua infinita paciência, e suas palavras de apoio quando muitas vezes pensei em desistir.

Expresso meus mais sinceros agradecimentos à Prof^ª. Vera Lúcia Salazar Pessôa, que abraçou o desafio de um trabalho já começado, e em quem sempre encontrei o apoio e o critério oportunos para explorar um campo de trabalho pouco conhecido. Durante esses dois anos foi muito mais que uma orientadora, foi uma amiga.

A Prof^ª. Cláudia Andreoli, hoje distante, mas que ainda na Graduação me apresentou o universo explorado nessa pesquisa. Ao Prof^º. Marcelo Rodrigues Mendonça e à Prof^ª. Marília Luiza Peluso, pelos apontamentos e contribuições no exame de qualificação.

A Jorge Luiz Pereira, secretário da Pós-Graduação, pela atenção em esclarecer dúvidas e gentileza na prestação de muitos favores.

A Capes, pelo apoio financeiro com a manutenção da bolsa de auxílio durante o primeiro ano de pesquisa.

E não poderia deixar de agradecer a Pablo Melquisedeque Souza e Silva e a Nazareno Serafim Cerino Junior, estudantes da UFPB que foram meus olhos e ouvidos em Solânea, verdadeiros companheiros, bem como à Prof^ª. Emilia de Rodat Fernandes Moreira por sua colaboração.

Enfim, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para o êxito dessa obra.

RESUMO

Ao falar em desigualdades e dificuldades do meio rural, o Nordeste brasileiro tem sido uma das regiões que reflete esta realidade. Não só pela presença dos fatores físicos (provavelmente o de menor peso na balança), mas, principalmente, por fatores sociais e históricos, como a concentração de terras, a produção baseada na monocultura, a grande desigualdade no meio rural, a falta de políticas públicas voltadas para as suas necessidades e interesses e, como consequência, a fuga de grande parte da população rural para os centros urbanos. Uma forma de amenizar essas desigualdades é incentivar a agricultura familiar. Frente ao desengajamento e às carências do Estado, os coletivos ou as organizações de agricultores passam a assumir novos papéis. Um exemplo de busca de superação das dificuldades encontradas no espaço rural por meio de coletivos de agricultores é o município de Solânea (PB), localizado no agreste paraibano, em uma área de transição entre duas unidades morfoclimáticas, o Brejo e o Curimataú, sendo uma úmida e outra semi-árida. O município vem desenvolvendo projetos de convivência com a seca e fortalecimento da agricultura familiar com apoio de órgãos governamentais e não governamentais. Tais iniciativas foram desenvolvidas após a década de 1980 quando as lavouras de algodão (principal produto da época) foram praticamente dizimadas pela praga do bicudo, fazendo com que houvesse a fragmentação das grandes fazendas em parcelas menores. Para desenvolver esta discussão, as abordagens teóricas sobre o capital social, vinculado ao desenvolvimento territorial servirão de referencial. Assim, compreender o capital social como potencializador da agricultura familiar, articulando-se ao desenvolvimento territorial, tendo como espaço de análise o município de Solânea (PB) constitui o objetivo geral da pesquisa.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Desenvolvimento rural. Desenvolvimento territorial. Capital social. Solânea (PB).

ABSTRACT

When speaking of the inequalities and problems of rural areas, the Northeast of Brazil has been one of the regions that reflects this reality. Not only the presence of physical factors (probably the least weight on the scale), but mainly by social and historical factors, such as concentration of land, production based on monoculture, the great inequality in rural areas, lack of political public policies for their needs and interests and, consequently, the flight of much of the rural population to urban centers. One way to mitigate these inequalities is to encourage familiar agriculture. Faced with the disengagement and the needs of the state, collectives or organizations of farmers are taking on new roles. A sample search for overcoming the difficulties encountered in rural areas by groups of farmers is the city of Solana (PB), located in the Caatinga in a transition area between two units morphoclimatic, the Heath and Curimataú, a wet and a semi-arid. The city has been developing projects coping with drought and strengthening of familiar agriculture with the support of government agencies and nongovernmental organizations. These initiatives were developed after the 1980s when the cotton fields (the main product of the time) were virtually decimated by the *bicudo* plague, were causing the fragmentation of large ranches into smaller portions. To develop this discussion, the theoretical boardings on the capital, linked to regional development will serve as a reference. Thus, understanding social capital as an enhancer of familiar agriculture and is linked to territorial development, with the space analysis of the city of Solânea (PB) is the aim of the research.

Key words: Familiar Agriculture. Rural development. Territory development. Social capital. Solânea (PB).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 – Município de Solânea (PB): localização na mesorregião do Agreste Paraibano e no Estado da Paraíba	35
Mapa 2– Município de Solânea (PB): localização na mesorregião do Agreste Paraibano e microrregião do Curimataú Oriental	36
Gráfico 1 - Evolução Populacional em Solânea (PB)	39
Foto1.- Solânea (PB):policultura alimentar produzida em pequena unidade de produção de base familiar	41
Foto 2- Solânea (PB): atividade pecuária praticada em pequena unidade de produção de base familiar	41
Gráfico 2 - Distribuição do Produto Interno Bruto de Solânea (PB)	42
Gráfico 3 – População Total em Solânea (PB)	43
Gráfico 4 – Pirâmide Etária de Solânea (PB) – 2000	44
Gráfico 5 – Solânea (PB): Estrutura Fundiária das Unidades Visitadas	46
Gráfico 6 – Solânea (PB): Estrutura Familiar das Unidades Visitadas	46
Gráfico 7 – Solânea (PB): Situação dos Agricultores em Relação à Propriedade da Terra	47
Gráfico 8 – Solânea (PB): Aquisição da Propriedade da Terra	48
Gráfico 9 – Solânea (PB): Tempo de Moradia do Agricultor em sua Propriedade	49
Gráfico 10 – Solânea (PB): Principais Itens Cultivados nas Unidades de Agricultura Familiar	50
Gráfico 11 – Solânea (PB): Outras Fontes de Renda Utilizadas pelos Agricultores Familiares	51

Gráfico 12 – Solânea (PB): Atividades Exercidas Fora da Propriedade Familiar	52
Gráfico 13 – Solânea (PB): Grau de Parentesco Entre os Trabalhadores da Unidade Familiar	52
Gráfico 14 – Solânea (PB): Quantidade de Trabalhadores Temporários por Propriedade Familiar	53
Foto 3- Solânea (PB): Comissão municipal dos Bancos de Sementes	141
Foto 4- Solânea (PB): Barragem Subterânea	143
Foto 5- Solânea (PB): Cisterna de Placas	143
Foto 6- Solânea (PB): Tanque de Pedra	143
Foto 7- Solânea (PB): Tanque de Pedra	143
Foto 8- Solânea (PB): Agricultores participam de curso para construir cisternas de placas	144
Foto 9- Solânea (PB): Cultivo de agrofloresta no sítio Capim de Dentro	145
Foto 10- Uso de garrafa Pet para irrigação	145
Foto 11- Utilização de cerca viva	145
Gráfico 15 – Solânea (PB): Forma de Ingresso dos Agricultores Familiares nos Grupos ...	148
Gráfico 16 – Solânea (PB): Processo de Tomada de Decisões nos Grupos	149
Gráfico 17 – Solânea (PB): Importância do STR Declarada pelos Agricultores Familiares	150
Gráfico 18 – Solânea (PB): Nível de Violência da Região Segundo os Agricultores Familiares.....	152

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Estrutura Fundiária de Solânea – 1996	38
Tabela 2 - População por Situação de Domicílio em Solânea – 1991 e 2000	43

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 AGRICULTURA E TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO AGRÁRIO PARAIBANO: uma leitura sobre o município de Solânea	23
1.1 Formação territorial e econômica do espaço agrário paraibano	24
1.2 Transformações socioespaciais no município de Solânea	33
1.3 O produtor, a propriedade e a produção familiar em Solânea	44
2 A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE SOLÂNEA: o significado das transformações	55
2.1 Latifúndio e agricultura familiar: o peso de uma herança	56
2.2 Desenvolvimento rural e modernização agrícola: o significado dos conceitos	62
2.3 Os impactos da modernização agrícola no meio paraibano	68
2.4 Agricultura familiar: conseqüências de uma modernização conservadora e potencialidades para o desenvolvimento rural	76
3 CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: uma abordagem teórico-conceitual	89
3.1 Capital social: a contribuição dos principais autores	90
3.2 Capital social e sua aplicabilidade na estrutura comunitária	99
3.3 Desenvolvimento territorial: entendendo o conceito	111
3.4 Desenvolvimento territorial endógeno e os limites de uma abordagem puramente “endogeneizadora”	114

3.5 A dimensão territorial do desenvolvimento rural: seu significado no contexto da agricultura familiar	118
4 ARTICULAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS: o desenvolvimento da agricultura familiar, a convivência com a seca e os passos para um desenvolvimento territorial ativo	122
4.1 A atuação do Estado nos processos de desenvolvimento regional: caminhos que modelaram o campo nordestino	123
4.2 Capital social e agricultura familiar: o papel das cooperativas e a valorização dos atributos locais	127
4.3 A resposta nordestina: aprender a articular e socializar experiências	132
4.4 Convivência com a seca: um passo fundamental para o desenvolvimento do Nordeste	137
4.5 Solânea: movimentos em direção a uma nova realidade	140
4.6 A atuação do capital social no município de Solânea: a parte que lhe cabe nessa herança	147
4.7 Por um desenvolvimento territorial ativo	154
CONSIDERAÇÕES FINAIS	158
REFERÊNCIAS	162
ANEXOS	169
ANEXO A - Roteiro de entrevistas com os pequenos produtores rurais de Solânea – PB	170
ANEXO B - ASA Paraíba organiza evento para famílias agricultoras	177

INTRODUÇÃO

Como explicar o desenvolvimento de uma região, o atraso e a pobreza de outra dentro de um mesmo país? Seriam as causas puramente físicas (clima, relevo, solo...) e econômicas? Ou os fatores sociais também teriam seu peso nessa balança?

Nos últimos anos uma corrente de pensamento que defende a importância dos atributos sociais de uma região ou território em seu desenvolvimento vem crescendo e ganhando força. O capital social, que reúne elementos típicos da economia e da sociologia, aposta justamente na capacitação social (em termos políticos, civis e educacionais) da população de uma determinada região para o seu desenvolvimento, uma vez que o capital social promove a cooperação entre atores com objetivos comuns, tornando possível a esses obterem recursos, por meio da troca de informações e conhecimento, da participação política, do associativismo, que como agentes individuais não poderiam alcançar.

Tal desenvolvimento não é dependente exclusivamente de fatores externos, mas ao contrário, tem suas bases dentro do próprio território e em suas potencialidades, que vão além dos seus atributos físicos, valorizando também o seu potencial social, a capacidade de sua população conduzir o desenvolvimento regional.

Para tanto, é preciso superar a visão de um desenvolvimento setorial, baseado em um único ramo da economia, e passar a pensá-lo como desenvolvimento territorial, que articula as várias capacidades locais para o crescimento do todo, articulando assim o meio rural ao urbano, e não dicotomizando-os, mantendo o rural como atrasado e simples fornecedor de matéria-prima, enquanto o urbano representa o moderno e desenvolvido. Ou ainda, colocando toda a expectativa do desenvolvimento rural na sua mecanização, nas grandes propriedades de monoculturas.

Essa visão, cultivada durante toda a história brasileira e incrementada quando da modernização agrícola nos moldes da revolução verde, levou ao empobrecimento e expulsão de um grande contingente do meio rural, principalmente de agricultores familiares ou de pequeno porte que não conseguiram se encaixar no novo modelo agrícola e tornaram-se trabalhadores temporários nas grandes propriedades (bóias-frias) ou migraram para os centros urbanos em busca de emprego, acarretando graves problemas sociais como violência,

favelização, degradação ambiental, entre outros, além de uma grande desigualdade no meio rural.

Uma forma de amenizar essa desigualdade é incentivar e apoiar a agricultura familiar, permitindo que esses agricultores permaneçam no campo, não como um excedente social, mas sim como vetores do desenvolvimento rural e territorial, com base em suas potencialidades como a pluriatividade e multifuncionalidade do meio rural.

Ao se falar em desigualdades e dificuldades do meio rural, talvez seja o Nordeste brasileiro a região que melhor reflete essa realidade. Não só por fatores físicos (provavelmente o de menor peso na balança), mas principalmente por fatores sociais e históricos, como a concentração de terras, a produção baseada na monocultura, a grande desigualdade no meio rural, a falta de políticas públicas voltadas para as suas necessidades e interesses, e, como consequência, a fuga de grande parte da população rural para centros urbanos.

Frente ao desengajamento e às carências do Estado, os coletivos ou as organizações de agricultores passam a assumir novos papéis nessa região. Eles são mobilizados em particular, em duas circunstâncias: i) para assumir funções de interesse geral que eram antes da responsabilidade do Estado ou que deveriam sê-lo, ii) para participar da elaboração ou da gestão de projetos ou programas de desenvolvimento local, territorial ou de manejo de recursos naturais.

Existe, assim, uma evolução progressiva dos coletivos dos agricultores. Tomam iniciativas, assumem uma postura de proposição ou de gestão, e não apenas de reivindicação; vêm negociando reconhecimento e apoio por parte do setor público. Essas iniciativas estão ligadas, em particular, ao manejo compartilhado de recursos naturais comuns e com a produção de bens públicos locais de interesse geral.

Um exemplo da busca de superação das dificuldades encontradas no espaço rural por meio de coletivos de agricultores é o município de Solânea, localizado no agreste paraibano, em uma área de transição entre duas unidades morfoclimáticas, o Brejo e o Curimataú, sendo uma úmida e outra semi-árida. Esse município vem desenvolvendo projetos de convivência com a seca e fortalecimento da agricultura familiar com o apoio da Articulação do Semi-Árido (ASA), por meio da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-

PTA), bem como do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). Tais iniciativas foram notadas depois da década de 1980, quando as lavouras de algodão, principal produto local à época, foram praticamente dizimadas pela praga do bicudo, fazendo com que houvesse a fragmentação das grandes fazendas em parcelas menores.

Para a discussão da temática serão apresentadas abordagens teóricas acerca do capital social, vinculando-o ao desenvolvimento territorial em contraposição ao desenvolvimento setorial. Buscar-se-á propor o capital social como um instrumento viável ao desenvolvimento rural, tendo como base a agricultura familiar. Para tanto, será feita a caracterização física, histórica e social da região de estudo, buscando compreender sua relação com a possível construção do capital social, bem como relacionar a existência deste ao processo de fortalecimento da agricultura familiar local.

A tentativa de se buscar a viabilidade de aplicação desse conceito no município de Solânea - PB tem como motivo a presença na região de fatores históricos, sociais e naturais que estimulam a investigação. Dentre eles pode-se citar: o fato de ser uma região com histórico de latifúndios e exploração da monocultura, no caso o algodão, que depois de uma grande crise causada pela praga do bicudo se viu obrigada a redefinir sua estrutura produtiva, aumentando o número de pequenas propriedades; a união de pequenos agricultores a instituições de apoio na busca de superação das dificuldades e melhoria da qualidade de vida; além de ser uma área com algumas dificuldades físicas, como a seca.

Além disso, a quase totalidade dos trabalhos acerca do capital social desenvolvidos no Brasil baseia-se na região Sul do país, havendo uma carência de investigações sobre as demais regiões. Tal realidade suscitou os primeiros questionamentos, ainda em pesquisas da Graduação, que deram início às construções desta dissertação: estaria o capital social restrito a região Sul do país? Por que a agricultura familiar se apresenta de maneira e com relevância tão distintas entre o Sul e o Nordeste do Brasil? Assim, essa pesquisa traz como objetivo geral compreender a importância da agricultura familiar no município de Solânea (PB), com destaque para o capital social como instrumento viável ao desenvolvimento rural e territorial.

O fomento ao capital social em comunidades rurais, principalmente na agricultura familiar, pode ser de grande importância não só para a diminuição da pobreza no meio rural, mas também para o seu desenvolvimento, impulsionando o desenvolvimento de toda uma região e integrando o meio rural ao urbano. Além de contribuir para a permanência dos

pequenos agricultores no campo, evitando sua migração para os centros urbanos e sua desterritorialização.

A agricultura familiar, no desenrolar da história do desenvolvimento agrário e agrícola do país, sempre ficou relegada às áreas não-ocupadas pelas grandes culturas de exportação ou pelas grandes fazendas de criação extensiva de gado. Com raras exceções, essas áreas são as de maiores dificuldades naturais para a produção: as mais declivosas, menos férteis, mais sujeitas às secas, mais distantes dos mercados etc. Além dessas dificuldades estruturais a agricultura familiar ficou submetida ao poder do setor comercial, de forma que mesmo a sua inserção no mercado se fez e se faz subordinada a regime de preços sempre desfavoráveis aos agricultores (AGRA; SANTOS, 2000 apud PALMA, 2003).

A produção familiar sempre esteve à margem, pressionada por uma estrutura agrária altamente concentrada que impediu que suas vantagens competitivas lhe assegurassem um lugar preeminente na estrutura produtiva. Desse modo, além das dificuldades de contrabalancear as forças econômicas que favorecem as monoculturas, acrescentam-se os problemas decorrentes dessa evolução histórica desfavorável à produção familiar.

Assim, vê-se que nunca houve, ao longo da história brasileira, uma valorização da agricultura familiar, o que acarretou vários problemas sociais que têm sua base principalmente na desigualdade socioeconômica.

Considerando o município de Solânea - PB nesse contexto adverso e frente à postura de articulação entre os agricultores familiares locais e entre estes e instituições de apoio, – como a Articulação do Semi-Árido (ASA) através da ação da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) – em projetos de convivência com a seca e fortalecimento da agricultura familiar, surgem algumas questões:

- a) Quais os elementos sociais, políticos e culturais que levaram a articulação dos agricultores familiares entre si, e entre eles e as instituições de apoio, como as acima mencionadas? Tais elementos caracterizariam a presença de capital social na comunidade dos agricultores familiares de Solânea - PB?
- b) Qual o papel do capital social no processo de fortalecimento da agricultura familiar do município?

- c) Qual a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento do município de Solânea - PB?

Com o objetivo de compreender o capital social no processo de desenvolvimento da agricultura familiar no município paraibano de Solânea, alguns procedimentos metodológicos foram necessários para melhor apreender a temática proposta. Tais procedimentos foram os “caminhos” percorridos na pesquisa.

O primeiro passo foi a revisão de literatura acerca dos temas capital social, desenvolvimento territorial e agricultura familiar. Aqui foi contemplado o estudo de várias publicações, como livros, teses, dissertações, artigos, anais de eventos, revistas especializadas, jornais, textos especializados divulgados na internet, entre outros. Nessa etapa foi elaborado o recorte das principais discussões que auxiliaram na realização da pesquisa empírica.

Em outra etapa foi feito o estudo das características históricas e sociais da área de estudo, no caso o município de Solânea – PB. Para tanto, foram levantados dados em arquivos públicos, como no Sindicato de Trabalhadores Rurais local, e na Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA) atuante no município; bem como em fontes estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em especial os referentes ao Censo Agropecuário, que se realiza em escala municipal.

Também foi feita a caracterização dos aspectos físicos, ou naturais, da região (que está sob a influência de distintos domínios morfoclimáticos: o Brejo e o Curimataú), buscando entender se estes exercem influência na dinâmica de produção e organização dos agricultores locais, atuando ativamente no processo de socialização dos mesmos.

Nessa etapa de caracterização, contou-se com o auxílio da Prof^a. Dr^a. Emilia de Rodat Fernandes Moreira, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) que realiza pesquisas na área, bem como de alunos da mesma instituição que também atuam em análises no município de estudo. São eles, Pablo Melquisedeque Souza e Silva e Nazareno Serafim Cerino Junior.

Diante desse levantamento, buscou-se ter o retrato da agricultura familiar no município de Solânea – PB. Essas informações auxiliaram na definição do perfil dos produtores familiares locais e de sua atuação no território. Em momento seguinte, esses procedimentos ajudaram na pesquisa de campo, realizada após a delimitação das variáveis contempladas na revisão de literatura, permitindo um maior domínio e compreensão das

abordagens teórico-metodológicas acerca da relação entre capital social e agricultura familiar no processo de desenvolvimento territorial.

O terceiro passo foi o trabalho de campo. Com ele buscou-se a melhor compreensão da área de estudo, assim como a vivência com os agricultores familiares locais. A técnica para coleta de dados foram as entrevistas, por entender que este instrumento permite uma maior aproximação dos agricultores. Estas foram semi-estruturadas, algumas gravadas (com a autorização dos entrevistados), outras escritas. No entanto, as entrevistas não podem ser confundidas com simples conversas. Cervo e Bervian (1983) dizem que entrevista é uma conversa orientada para um objetivo definido: recolher, por meio do interrogatório do informante, dados para a pesquisa. Esse instrumento possibilita registrar observações sobre a aparência, o comportamento e as atitudes do entrevistado, daí sua vantagem sobre o questionário, que não é aplicado pessoalmente.

O roteiro das entrevistas (Anexo A) foi baseado no Questionário Integrado para Mensuração do Capital Social (SC-IQ), que foi desenvolvido pelo Banco Mundial por meio de pesquisas realizadas desde o final do século XX, e tem como foco sua aplicação em países em desenvolvimento¹.

Tal questionário foi apresentado em uma publicação denominada *Measuring Social Capital – An Integrated Questionnaire* (2004) como uma ferramenta empírica para mensurar o capital social. O propósito do *paper* era introduzir essa ferramenta com o foco de aplicação em países em desenvolvimento. Mesmo reconhecendo que alguns debates não podem ser resolvidos empiricamente, e que optar por uma medida (ou não) é necessariamente produto de um determinado conjunto de pressupostos orientadores, o Banco Mundial ressalta que debates conceituais não podem ser resolvidos em um vácuo empírico. E é na tentativa de suprir, pelo menos em parte, esse vácuo ao se tratar do capital social que foi lançada a proposta do SC-IQ.

Apesar de ser um conceito ainda em formação, e da grande variedade de abordagens, acadêmicos que trabalham em diversas vertentes conceituais do capital social concordam que

¹ O Banco Mundial considera todos os países com renda baixa e média como "em desenvolvimento". Na classificação mais recente, as economias foram divididas usando o rendimento nacional bruto *per capita* de 2008. Nesse mesmo ano, os países com PIB *per capita* abaixo de US\$ 11,905 e acima de US\$ 3,856 foram classificados como em desenvolvimento (WORLD BANK, Country Classification. Disponível em: <http://web.worldbank.org>. Acesso em: 20 jul. 2009). Outras instituições utilizam definições menos específicas.

é importante reconhecer que este não é uma entidade única, mas sim de natureza multidimensional. Logo, os autores do Questionário Integrado explicitam que:

A ferramenta aqui apresentada tem como objetivo capturar essa “multidimensionalidade” explorando (a) os tipos de grupos e redes que as pessoas podem apelar, a natureza e o alcance das suas contribuições para os outros membros dos grupos e redes. O levantamento também explora (b) as “percepções subjetivas” da fidedignidade de outras pessoas e instituições-chave que influenciam as suas vidas, bem como as normas de cooperação e reciprocidade que cercam as tentativas de trabalhar juntos para resolver problemas. (WORLD BANK, 2004, p. 02, tradução nossa).

No questionário são consideradas seis dimensões de análise: grupos e redes; confiança e solidariedade; ação coletiva e cooperação; informação e comunicação; coesão social e inclusão; empoderamento e ação política, assim definidas:

Grupos e Redes: Essa seria a categoria mais comumente associada ao capital social. As questões a ela relacionadas consideram a natureza e a extensão da participação dos membros de uma família em vários tipos de organizações sociais e redes informais, bem como o leque de contribuições que eles dão e recebem do grupo. Elas também consideram a diversidade dos membros dos grupos, a escolha da liderança, e como o envolvimento tem mudado ao longo do tempo.

Sua contribuição é de grande valia, uma vez que o capital social ajuda a disseminar informação, reduzir hábitos oportunistas, e facilita a decisão e ação coletiva. A eficácia com que o capital social, sob a forma de associações e redes, cumpre esse papel depende de muitos aspectos dos grupos, refletindo a sua estrutura, seus membros, e a forma como eles funcionam. O SC-IQ tornaria isso possível ao descrever as associações ao longo de quatro dimensões fundamentais: a densidade de membros, a diversidade dos membros, a extensão do funcionamento democrático, e a extensão de conexão com outros grupos.

Confiança e Solidariedade: Além da confiança medida em termos de questões nacionais, esta categoria busca obter dados sobre a confiança entre vizinhos, os principais prestadores de serviços, e estranhos, e como essa percepção tem mudado ao longo do tempo.

A medida cognitiva do capital social no SC-IQ é organizada em torno dos termos confiança e solidariedade. No entanto, confiança é um conceito abstrato difícil de medir em

um questionário voltado para comunidades, em parte porque “confiança” pode significar coisas diferentes para pessoas diferentes.

Ação coletiva e Cooperação: Essa categoria explora “se” e “como” os membros de uma comunidade têm trabalhado com outros membros em projetos comuns e/ou em resposta a crises. Ela também considera as conseqüências da violação de expectativas relativas à participação da comunidade.

Essa seção do SC-IQ visa recolher três elementos de informação: a extensão da ação coletiva, o tipo de atividades realizadas em conjunto, e uma avaliação global do grau de disponibilidade para cooperar e participar na ação coletiva.

Informação e Comunicação: “O acesso à informação é cada vez mais reconhecido como central para ajudar as comunidades pobres a terem uma voz mais forte em questões que afetam o seu bem-estar.” (WORLD BANK, 2004, p. 05, tradução nossa). Esta categoria de perguntas explora as formas e os meios pelos quais as comunidades recebem informações sobre as condições do mercado e dos serviços públicos, e na medida de acesso às infra-estruturas da comunicação.

Esse módulo do SC-IQ tem uma estrutura simples: é uma lista de fontes de informação e meios de comunicação. A análise destas informações é igualmente simples. Cada item pode ser tabulado separadamente, contra variáveis espaciais e socioeconômicas, identificando assim se determinadas áreas ou grupos têm melhor ou pior acesso a informação e comunicação.

Coesão Social e Inclusão: “‘Comunidades’ não são entidades únicas, mas são caracterizadas por diversas formas de divisão e de diferenças que podem levar a conflitos.” (WORLD BANK, 2004, p. 05, tradução nossa). Perguntas nesta categoria procuram identificar a natureza e a extensão destas diferenças, os mecanismos pelos quais elas são geridas, e como os grupos são excluídos dos serviços públicos essenciais. Questões relativas às formas cotidianas de interação social também são consideradas.

A diversidade de interação social pode ser utilmente comparada com a diversidade de membros das associações. Colocadas juntas, esses dois itens de informação de diversidade fornece uma boa imagem da diversidade interna ou da coesão da comunidade.

Empoderamento e Ação política: “Os indivíduos são ‘empoderados’ ao passo que têm uma medida de controle sobre instituições e processos que afetam diretamente o seu bem-estar.” (WORLD BANK, 2004, p. 05, tradução nossa). As questões nesta seção exploram os sentimentos de felicidade, de eficácia pessoal, bem como a capacidade da comunidade influenciar tanto os acontecimentos políticos locais como os resultados mais amplos.

O “empoderamento” é provocado por um vasto leque de ações, tais como tornar as comunidades pobres mais responsáveis pela tomada de decisão de instituições públicas, removendo assim barreiras sociais, e construindo oportunidades sociais (WORLD BANK, 2004). No contexto do SC-IQ, “empoderamento” é definido mais restritamente como a capacidade de tomar decisões que afetem atividades diárias e que podem mudar o curso da vida local.

Como se pode perceber, o SC-IQ foca a mensuração a nível micro, ou seja, ao nível da comunidade e do indivíduo. No entanto, Deepa Narayan, um dos autores da *Measuring Social Capital – An Integrated Questionnaire* (2004), apontado como um dos mais importantes pesquisadores a usar de instrumentos de mensuração em pesquisas subjetivas ou de caráter social, salienta alguns fatos importantes relativos ao Questionário Integrado:

- a) Nem todas as perguntas listadas no questionário são susceptíveis de ser úteis em todos os locais
- b) Nem todo linguajar (expressões) de determinadas questões são susceptíveis de serem apropriadas em cada contexto, e/ou traduzidas facilmente em outras línguas
- c) Várias questões importantes, localmente, podem ser adicionadas.

Portanto, o questionário apresentado por esse trabalho do Banco Mundial não deve ser considerado um modelo pronto, como uma receita de bolo, mas sim, uma orientação, um instrumento, que pode ser utilizado em pesquisas que visam de alguma forma mensurar o capital social de uma determinada região ou comunidade. Os próprios autores do SC-IQ salientam a necessidade de adaptação do questionário e da forma de tabular os resultados:

É claro que a SC-IQ não deve ser encarado como a última palavra sobre a forma de recolher dados sobre capital social. Continua a ser um trabalho em progresso. O capital social é um tema relativamente novo na vida da ciência social, e a nossa compreensão conceitual e teórica continua a desenvolver-se. Em paralelo, a nossa capacidade de medir o capital social também continua a aumentar. Cada vez que a SC-IQ (ou outra ferramenta para medir o capital social) é aplicada no campo, lições serão aprendidas que possam melhorar a

ferramenta. É importante que esses ensinamentos sejam compartilhados entre os pesquisadores e profissionais (WORLD BANK, 2004, p. 18, tradução nossa).

Assim, fazem-se necessárias algumas observações antes da aplicação do SC-IQ em campo:

- Alguns módulos podem ser mais importantes do que outros, dependendo do foco da pesquisa;
- Analisar a relevância das questões no contexto. Elas precisam fazer sentido para quem responde. Devem ser questões do seu cotidiano;
- A linguagem deve ser simples;
- Importância da pessoa que aplica o questionário. Esta deve ter alguma relação com a comunidade e saber interpretar as respostas dos entrevistados.

Partindo dessa ferramenta, tem-se que o primeiro tipo de análise será essencialmente de natureza tabular, e, dado o conteúdo do SC-IQ, está centrada em três conjuntos básicos de indicadores de capital social: filiação em associações e redes (capital social estrutural), a confiança e aderência às normas (capital social cognitivo), e ação coletiva (uma medida de saída). “Tabular análises é uma forma simples e conveniente para organizar os dados e as mensagens fundamentais, para extrair os dados que contêm.” (WORLD BANK, 2004, p. 17, tradução nossa). Assim, somando-se o SC-IQ a coleta de dados, seria possível avaliar o impacto de projetos sobre o capital social, ou vice-versa, para avaliar se áreas com elevados níveis de capital social têm mais êxito na execução dos projetos.

Foi com base nesse instrumento empírico de mensuração do capital social, desenvolvido pelo Banco Mundial, que se construiu o roteiro de entrevistas aplicado no trabalho de campo desta pesquisa. Como visto nas linhas anteriores, houve a necessidade de adaptação das questões e da linguagem ao contexto de Solânea (PB), bem como o direcionamento das questões aos objetivos deste estudo.

Faz-se importante lembrar ainda, que, diferentemente do modelo utilizado, este não se trata de um questionário, e sim de um roteiro para entrevistas semi-estruturadas que serão realizadas com o auxílio de estudantes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) que atuam

em pesquisas na área de estudo, como dito anteriormente, Pablo Melquisedeque Souza e Silva e Nazareno Serafim Cerino Junior.

A amostra de entrevistados foi definida de acordo com o universo de agricultores familiares do município, que segundo o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) da região somam na base de 2.400 unidades. Assim, foi utilizada uma amostra de 5% desse universo, ou seja, 120 unidades familiares. Trata-se de uma amostragem não-probabilística, amostragem por acessibilidade ou por conveniência:

Constitui o menos rigoroso de todos os tipos de amostragem. Por isso mesmo é destituída de qualquer rigor estatístico. O pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo. Aplica-se este tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos, onde não é requerido elevado nível de precisão. (GIL, 1999, p.104).

Também foram feitas entrevistas com outros atores locais, como membros do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) e da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA).

Com o trabalho de campo procurou-se alcançar respostas para algumas questões levantadas, como o vínculo existente entre os agricultores familiares e entre eles e as instituições de apoio (STR, AS-PTA), como se dá a relação campo/cidade no município, bem como a inserção desses agricultores no processo de desenvolvimento local.

Enfim, cumpridas as tarefas descritas, foi feita a sistematização dos dados, com a construção de tabelas, gráficos e mapas, para então se efetivar as análises do material colhido e a produção do trabalho escrito que será apresentado nas próximas linhas.

A dissertação está estruturada, além da Introdução e Considerações Finais, em quatro capítulos. No primeiro será abordada a agricultura e as transformações ocorridas no espaço agrário paraibano, na busca de melhor compreender o município de Solânea, para que no segundo capítulo se possa abordar de forma mais direta a agricultura familiar neste espaço.

O terceiro capítulo busca o maior entendimento acerca dos conceitos do capital social e do desenvolvimento territorial, sendo estes aplicados no último capítulo para análise da realidade agrária do município de Solânea.

1 AGRICULTURA E TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO AGRÁRIO PARAIBANO: uma leitura sobre o município de Solânea

A Agricultura Familiar

A família do roçado
Planta de tudo um pouquinho
Cria bicho no cercado
E tem galinha no ninho
Isso é sua produção
Seu plantio e criação
Nesse mundo de meu Deus
Com trabalho e com fé
Andando de carro ou a pé
Vai criando os filhos seus

Mas mexer com a natureza
Para usar pra ração
Precisa de singeleza
E também compreensão
Pois de onde sempre tira
Logo, logo se admira
Pois aquilo chega a um fim
Precisa tirar direito
Para não ficar o defeito
Pois defeito é sempre ruim

É feio ver nossa terra
Pelada e esburacada
Só parece uma guerra
Ver toda terra pelada
A produção vai caindo
A ração diminuindo
É preciso plantar mais
O capim ceda e facheiro
Plante até o marmeleiro
Como a natureza faz.

(Euzébio Cavalcante)

1.1 Formação territorial e econômica do espaço agrário paraibano

Para entender a realidade do município de Solânea (PB), sua agricultura familiar e transformações socioespaciais, faz-se necessária antes uma contextualização, mesmo que breve, acerca das origens e estruturas encontradas em tal município. Para tanto é mister remeter-se aos processos ocorridos no estado da Paraíba, e no Nordeste como um todo. A esta tarefa dedicar-se-ão as linhas seguintes.

O espaço agrário paraibano, desde o início da colonização portuguesa, tem-se constituído em um espaço de exploração (MOREIRA; TARGINO, 1997). A principal motivação da conquista do território paraibano foi a ocupação efetiva e a implantação, a exemplo do que já se fazia em Pernambuco, de um sistema de exploração colonial voltado para atender aos interesses da Metrópole colonizadora. A conformação inicial do espaço agrário paraibano foi, portanto, marcada pela articulação à metrópole portuguesa, a qual definia o sentido e a direção do processo de ocupação e povoamento.

“Primeiro momento da dominação portuguesa na Colônia, o Nordeste açucareiro deu a luz ao Brasil.” (FERLINI, 1994, p. 08). Era uma nova sociedade, baseada na ambição europeia e suor de escravos negros trazidos da África. Também os nativos da região tiveram sua liberdade tolhida em prol do desenvolvimento da Metrópole. Em alguns engenhos, especialmente nos administrados por jesuítas, encontram-se referências ao trabalho de indígenas. Não eram utilizados como escravos, mas exerciam tarefas simples como a da limpeza anual da levada, cuidar do sangradouro, cortar lenha.

O que mais chama atenção, porém, é a utilização sistemática do indígena como capitão-de-mato, na caça aos escravos negros fugidos. Tal atividade criava uma distinção ideológica entre negros e índios.

Os índios, "livres", caçavam negros escravos. Os negros viam no índio um inimigo, jamais um aliado, um igual na opressão. Os índios, europeizados nos aldeamentos, identificavam-se aos colonizadores, opondo-se aos negros "colonizados". De conquistados, travestiam-se em conquistadores. Nesse sentido, o índio era utilizado como peça da colonização, agente e paciente da sua própria submissão. (FERLINI, 1994, p. 57).

As articulações sociais, a composição étnica, os padrões culturais, as relações de trabalho e de poder da “nova terra” forjaram-se em torno dos engenhos e das lavouras de cana. “E se bem que ao longo de três séculos a colônia tenha sofrido modificações, as linhas

gerais, marcadas pela produção açucareira permaneceram como matriz de nossa sociedade. A estrutura agrária brasileira nasceu do açúcar.” (FERLINI, 1994, p. 08).

Seria o Nordeste, com seu solo de aluvião fértil, o massapé que desenvolveria a lavoura de cana e o fabrico do açúcar, transformando a Colônia em elemento fundamental do Império Português. Não apenas o solo favorecia o plantio da cana e os negócios do açúcar no Nordeste. Servida por vasta rede hidrográfica litorânea, com clima quente e úmido, as comunicações com a Metrópole eram facilitadas pela menor distância em relação à Europa e pelo regime favorável de ventos, fundamental à navegação. (FERLINI, 1994, p. 24).

A ocupação do território paraibano seguiu assim o mesmo roteiro de exploração do restante do território nordestino e brasileiro, deu-se principalmente, no sentido leste-oeste, do litoral em direção ao Sertão. No Litoral, ela baseou-se na produção da cana-de-açúcar. A evolução da atividade canvieira teve influência também na ocupação e no povoamento do Sertão e do Agreste. Isso porque a necessidade de especialização das terras na produção da cana determinou a separação das atividades canvieiras e pecuária.

[...] Daí resultou uma divisão regional do trabalho: a Zona da Mata voltou-se para a produção do açúcar e o interior (Agreste e Sertão), para a produção do gado e de gêneros alimentícios. A retração da economia açucareira na segunda metade do século XVII contribuiu significativamente para o povoamento do Agreste, por liberar mão-de-obra e forçar a migração em direção ao interior. (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 32).

Desse modo, a organização inicial do espaço agrário paraibano teve como suporte a atividade canvieira no Litoral e as atividades pecuária e policultora no Agreste e no Sertão.

A organização inicial do espaço agrário litorâneo, a exemplo do que ocorreu em toda a fachada oriental do Nordeste, baseou-se na produção açucareira destinada ao mercado externo, na divisão das terras em grandes unidades produtivas conhecidas por Engenho e no trabalho escravo. Tratava-se de um espaço construído e organizado para atender às necessidades de acumulação do capital mercantil. Daí ser tido como “espaço alienado”, ou seja, um espaço produzido para atender necessidades externas (MOREIRA; TARGINO, 1997).

A razão de ser da Colônia, nos dois primeiros séculos, era a exportação do açúcar, mas em torno dela desenvolveram-se outras atividades, fornecendo os produtos de subsistência, provendo o comércio local e o escambo de escravos. A produção, no Nordeste, estava

ordenada pela possibilidade de exportação. Em primeiro lugar, é claro, figurava o açúcar, seguido por outras culturas como o algodão e a agave. A pecuária foi outra importante atividade ligada ao mundo açucareiro. O gado bovino era indispensável ao trato das lavouras e dos engenhos, principalmente para o transporte de cana e de lenha.

A criação de gado fornecia, além do transporte, força motriz para as moendas mais simples e alimento para a população. Introduzido no século XVI, o gado bovino foi criado, inicialmente, no litoral. Mas a expansão dos canaviais afastou a pecuária das regiões litorâneas, empurrando o gado para o interior e iniciando a ocupação do sertão. (FERLINI, 1994, p. 25).

A regressão do sistema açucareiro, na segunda metade do século XVII, provocada pela crise de acumulação que nele se processou, em decorrência de mudanças na estrutura do mercado internacional de açúcar, foi responsável por algumas modificações nas relações de trabalho vigentes na atividade açucareira, visando garantir sua sobrevivência. Como os senhores de Engenho não podiam adquirir a mão-de-obra escrava suficiente para atender suas necessidades de braços, devido ao aumento de preço da força-de-trabalho escrava, passaram a facilitar o estabelecimento de camponeses no interior de suas terras. Surge daí os lavradores, e em seguida o sistema de moradores, que posteriormente iriam substituir o trabalho escravo.

Os lavradores constituíam uma categoria de pequenos agricultores que forneciam cana para os Engenhos trabalhando, seja em terra própria, seja em pedaços de terra dos Engenhos que eles alugavam. Para moer a cana nos Engenhos, pagavam ao senhor metade da produção, se lavravam terras próprias, ou dois terços, ou três quintos, conforme a maior ou menor distância e a qualidade das terras, se estas eram do Engenho. Estabelece-se assim um sistema de parceria, atrelado e submetido ao latifúndio canavieiro. (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 43).

Essa nova categoria de trabalhadores era obrigada a prestar serviços gratuitos (o cambão), dois ou três dias por semana (moradores de condição ou cambãozeiros), ou a pagar uma renda fundiária em dinheiro, o foro, (moradores foreiros). Muitas vezes, além do foro eram obrigados a pagar também o cambão. Além do morador de condição existia também o “morador agregado” (sistema de trabalho mais antigo que era utilizado pelos grandes proprietários). Este trabalhador, em troca de um pedaço de terra, ficava obrigado a trabalhar para o Engenho.

Ferlini (1994) salienta a dificuldade de acesso à terra para produção canavieira no Brasil Colônia:

Embora a Colônia dispusesse de muita terra, já no início do século XVII, as áreas férteis do litoral nordestino haviam sido doadas e o acesso à produção de cana só era possível por compra ou por arrendamento. A documentação colonial é rica em escrituras que atestam o intenso movimento de mercantilização das férteis terras do Recôncavo e de Pernambuco, oferecendo interessante quadro das variações de preço, de acordo com a conjuntura, o tipo de terra, distância de engenhos e de rios, condições de cana-livre ou cana-obrigada². (FERLINI, 1994, p. 25).

Esses sistemas de trabalho evitavam que o homem livre fosse um ocupante e transformava-o em agregado, engendrando nele, e em torno dele, uma ideologia de submissão e aceitação de sua condição de despossuído, legitimando, ao nível das relações sociais, a propriedade territorial privada. Tal cultura de submissão deixou rastros presentes até os dias atuais nas relações políticas e sociais não só no estado da Paraíba, mas no Nordeste como um todo.

Não nos enganemos com a opulência dos senhores, pois além da miséria visível e imprescindível do negro, a sociedade açucareira arrastava consigo uma legião de marginalizados, de excluídos que compunham o pano de fundo do "paraíso do açúcar". [...] Muitos desses pobres livres viviam à sombra do engenho, onde obtinham comida e proteção, em troca de pequenos serviços. Formavam a legião de agregados da casa-grande, parte do mundo do açúcar. (FERLINI, 1994, p. 94).

Outras malhas das relações sociais reforçavam as relações pessoais. Pode-se citar: o alinhamento com os padrões nas disputas eleitorais e as relações de compadrio; quando necessário, a defesa do padrão em eventuais conflitos com outros proprietários. Em troca dessa lealdade, os trabalhadores recebiam além das condições de moradia, proteção e assistência. Em outras palavras, a sujeição do trabalho em troca de proteção reforçava a dominação e o controle da classe patronal sobre o mesmo (MOREIRA; TARGINO, 1997).

É importante ressaltar que o conceito de trabalhador livre na produção açucareira do período colonial não pode ser confundido com os trabalhadores livres europeus, artesãos ou jornaleiros, nem com o do proletário do capitalismo. Na Colônia, a determinação básica das categorias sociais foi a escravidão. Somente no trabalho escravo e dentro de sua dinâmica é possível entender as funções dos trabalhadores livres.

² No caso a cana-obrigada seria aquela devida pelo "morador agregado" ao Engenho.

O trabalhador livre era, fundamentalmente, um técnico habilitado, conhecedor de procedimentos indispensáveis ao processo do açúcar ou de habilidades artesanais desconhecidas pelos negros. Entretanto, na medida em que esses trabalhadores habilitados, donos de conhecimentos especializados, só podiam existir no âmbito da Unha de produção do engenho, essas capacidades intelectuais passavam a fazer parte da própria estrutura produtiva, tornando-se, gradativamente, alheias ao trabalhador. [...] Aos poucos tais técnicas foram sendo dominadas, subdivididas e executadas por trabalhadores menos hábeis, com menor remuneração, ou por escravos. (FERLINI, 1994, p. 51-52).

As formas de trabalho tipo lavrador e morador conviveram com o sistema escravagista até sua abolição. Cessada a escravidão, o sistema morada se consolidou e tornou-se a forma dominante de trabalho nos engenhos de açúcar do litoral paraibano.

A dinâmica da atividade canavieira esteve associada, direta ou indiretamente, à ocupação do Sertão e do Agreste paraibano. O desenvolvimento da grande exploração canavieira na Zona da Mata foi responsável pelo surgimento e expansão de uma atividade econômica que se estendeu em direção ao interior e se difundiu povoando o Sertão da Paraíba: a criação de gado. A motivação econômica da ocupação do Sertão foi, portanto, a pecuária bovina. A penetração dos currais ganha assim um relevo especial na conformação do território estadual.

“Se no Litoral o Engenho foi a unidade fundamental da organização social, econômica e cultural, na região semi-árida foi a fazenda que desempenhou tal função.” (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 70). Estas tinham como características: instalação de grandes domínios latifundiários; baixo nível de capitalização; organização do trabalho combinando trabalho livre e escravo. A atividade pecuária praticada nas fazendas não só permitiu o acesso à exploração, mas também à propriedade da terra aos homens pobres livres. Contribuiu para isto o sistema utilizado para o pagamento do vaqueiro. Este, responsável pela administração das fazendas, era pago com um quarto da produção da propriedade, após quatro ou cinco anos de trabalho.

A partir da criação de gado, organizou-se uma forma diferente de povoamento e de sociedade, sem escravos, de costumes rudes e simples.

Ao lado de uma sociedade feita de açúcar e escravos, desenvolveu-se, no sertão, uma "civilização do couro", feita de gado e homens livres, em confronto com a natureza, tocando seu gado através de pastagens naturais. A atividade criatória era simples e não exigia grandes contingentes humanos. Pouco mais de doze homens, geralmente mestiços, cuidavam do gado: um vaqueiro e seus auxiliares (os "fábricas"). O regime de liberdade,

típico dessa atividade, extensiva, que ocupava largos espaços, não se harmonizava com a escravidão (embora, mesmo que raramente, os escravos tenham sido utilizados). Assim, predominaram os trabalhadores livres, em regime de parceria como o vaqueiro, ou assalariados, os "fábricas". (FERLINI, 1994, p. 26).

A ocupação do sertão hostil gerou um tipo peculiar de cultura, comumente chamada "civilização do couro": alimentação frugal, baseada na carne seca e na farinha de mandioca; rude, utilizando o couro como matéria-prima para todos os artefatos. A produção de alimentos para a subsistência dependia de lavradores de roça, que plantavam para seu consumo e abasteciam os mercados locais com os excedentes. A cana, porém, ocupava as melhores terras e atraía a todos, e a Colônia sofria freqüentemente a falta de alimentos e os preços altos.

Com os caminhos abertos pelas fazendas e pela criação de gado, outras culturas passaram a povoar o interior do estado. O algodão esteve presente nas combinações agrícolas existentes desde o período pré-colonial e fazia parte da produção de autoconsumo da Colônia, destinando-se à confecção dos tecidos que eram utilizados pela massa da população colonial. Porém, só nos fins do século XVIII, com o crescimento do progresso técnico da indústria têxtil inglesa e o conseqüente aumento da demanda no mercado internacional, e durante a Guerra de Independência americana, com o afastamento dos Estados Unidos do mercado mundial, foi que esta cultura passou a ocupar uma posição de destaque no cenário da economia paraibana.

O algodão expandiu-se por todo o território paraibano, disputando terras e braços até mesmo com a cana-de-açúcar, em plena Zona da Mata. Se, no Litoral, o algodão conquista terras e braços à cana, dependendo das conjunturas de mercado, é no Sertão e também no Agreste que ele assume posição hegemônica no sistema de uso do solo regional. Mesmo após a Guerra da Secessão que põe um fim à chamada "febre do algodão", esse produto continuou a se expandir no Sertão e no Agreste (MOREIRA; TARGINO, 1997).

Ainda segundo Moreira e Targino (1997), além da demanda externa, outros fatores explicam a expansão do algodão no interior da Paraíba:

- a) Ele representou uma nova fonte de renda para o produtor sertanejo, sendo considerado durante séculos "o bezerro do pobre"³;

³ Bezerro do pobre: garantia de lucro futuro, perspectiva de retorno em médio prazo.

- b) Podendo ser cultivado em associação com as culturas de subsistência, foi explorado tanto pelo grande proprietário como pelo pequeno e por aqueles produtores que não detinham a posse legal da terra como foreiros e parceiros;
- c) Pelo fato do seu restolho ser utilizado como alimento para o gado no período mais seco do ano, transformou-se numa atividade complementar da pecuária.

O trinômio gado-algodão-policultura foi uma característica da organização do espaço agrário sertanejo paraibano até a segunda metade do século XX. A penetração, e posterior expansão, do algodão no Sertão não representaram problema para a pequena produção alimentar. Ao contrário, houve um processo de sustentação mútua. Isto pelas seguintes razões: primeiro, o algodão não é uma cultura exclusivista, podendo ser explorada em consórcio com as lavouras alimentares; segundo, o algodão garantia certo grau de monetarização da economia sertaneja; terceiro, o algodão possibilitou a expansão das áreas cedidas em arrendamento e/ou parceria, no interior das fazendas de gado. Nas pequenas propriedades a produção de algodão era realizada com o trabalho familiar.

A importância do algodão para o processo de adensamento da população no Agreste também é inquestionável. Basta ressaltar que, em 1782 a população da região (7.914 habitantes), representava cerca de 15% da população da capitania. Setenta anos depois, mais da metade da população paraibana estava concentrada no Agreste, elevando-se a 111.777 habitantes. Tal crescimento populacional só foi possível graças ao intenso fluxo de imigrantes, tanto dos Sertões como do Litoral, inclusive de portugueses, atraídos pela disponibilidade de terras e pelas condições naturais favoráveis (MOREIRA; TARGINO, 1997).

O algodão continuou sendo elemento importante nas combinações agrícolas regionais até a década de 1980 do século XX. O seu maior ou menor peso nessas combinações dependia tanto das oscilações do mercado externo quanto do interno. Porém, antes mesmo da praga do bicudo⁴, que foi um grande marco na produção algodoeira paraibana, inclusive no município de Solânea, como será visto mais adiante, o algodão vinha perdendo importância face à crise da indústria têxtil regional e da sua substituição pelas fibras sintéticas.

⁴ O nome científico da praga é *Anthonomus grandis* Boheman. Ela é considerada a mais séria praga da cotonicultura do país. O inseto usa seu “bico” para perfurar o botão e a maçã floral da planta, o que praticamente inviabiliza o desenvolvimento das flores e frutos posteriormente.

Outra cultura de relevância para o estado da Paraíba, e para a região de estudo em especial, foi o sisal. Ele se expandiu no Agreste a partir de 1940. O impacto da expansão sisaleira na região agrestina se fez sentir no nível de sazonalidade do emprego rural e nas relações de trabalho.

Como o período do corte coincide com a época mais seca do ano (após o desfibramento o sisal precisa secar ao sol), a cultura da agave contribuiu igualmente para reduzir o desemprego sazonal na agricultura do Agreste paraibano. Os trabalhadores do sisal eram trabalhadores assalariados pagos pela produção. Tal fato contribuiu de forma significativa para a monetarização das relações de trabalho na agricultura agrestina (MOREIRA; TARGINO, 1997).

Em virtude dos altos preços alcançados pelo produto, os proprietários ampliaram rapidamente seus campos de agave. Uma vez que este não podia ser cultivado em associação com outras culturas, a não ser nos primeiros anos de plantio, sua expansão se deu em detrimento das lavouras de subsistência e do algodão, (sobretudo no caso das médias propriedades) e até mesmo da pecuária. Isso explica o fato desta cultura ter-se concentrado nas médias e grandes propriedades do Agreste.

O período áureo do sisal na região restringiu-se apenas às décadas de 1940 e 1950. Com o declínio do preço internacional do sisal nos anos sessenta, devido à concorrência com o fio sintético e com o sisal africano, a área sisaleira do Agreste foi fortemente reduzida. Nos finais da década de 60 do século XX, volta à região suas antigas combinações agrícolas: policultura alimentar e comercial e pecuária. Embora de duração efêmera, a cultura sisaleira deixou marcas na organização sócio-espacial do Agreste. Os lucros do sisal permitiram inversões em outras atividades econômicas, inclusive nos engenhos de rapadura, bem como melhorias nas habitações dos senhores de terra e dos moradores e nos equipamentos urbanos.

Por essa breve contextualização percebe-se que a formação do espaço agrário paraibano teve quatro elementos formadores principais, a cana-de-açúcar, o gado, o algodão e o sisal, estando a policultura alimentar sempre intercalada entre as grandes lavouras de exportação e nas pequenas propriedades de subsistência. O município de Solânea também sofreu a influência desses elementos na formação do seu espaço agrário.

Sobre a origem do município de Solânea, a versão mais aceita é a de que ele surgiu com a doação de sesmarias aos desbravadores pernambucanos Domingos Vieira e Zacarias Melo, em 1716, terras estas onde se desenvolveu o que constitui hoje a unidade político-administrativa municipal. Entre 1750 e 1800, tem-se notícia da instalação dos primeiros habitantes quando o cearense Antônio Soares Moreno montou sua fazenda de gado e engenho. Por volta de 1832, foi edificado um povoado chamado de Chã Moreno. Em 1926, devido ao seu crescimento, o povoado passou a ser distrito de Bananeiras com o nome de Moreno, em homenagem ao fundador (MOREIRA et al., 2008).

O distrito passou a se desenvolver com a implantação de indústrias de beneficiamento de folhas de fumo, fábricas de farelo de mandioca, clubes, jornais etc. Isto teria causado desconforto aos governantes da sede Bananeiras, que passaram a boicotar o desenvolvimento do distrito, passando este por uma crise agravada com a revolução de 1930. Porém, depois da revolução, o distrito se reergueu socioeconomicamente e no dia 15 de novembro de 1938, Moreno passou a ser vila, com o nome de Vila Branca. Os vereadores que representavam a vila conseguiram a sua emancipação política em 26 de Novembro de 1953, tornando-se assim o município de Solânea.

Enquanto parte da Mesorregião do Agreste Paraibano, o espaço agrário de Solânea vivenciou alguns dos ciclos econômicos que caracterizaram a região, com destaque para o do sisal e o do algodão. O primeiro teve início ainda nos anos 40 do século XX, e se estendeu até a década de 1970. O surto do sisal na região esteve relacionado aos altos preços alcançados pelo produto no mercado internacional e foi responsável pelo emprego de grande quantidade de mão-de-obra na condição de assalariada. Seu declínio na região é atribuído, entre outros, à competição com a fibra sintética.

O algodão era um cultivo tradicional da região e do município até 1983, quando a praga do bicudo praticamente dizimou toda a lavoura. Conforme relato de um dos agricultores que trabalhou com a cultura do algodão mocó⁵, predominante a época, e em seguida trabalhou com a cultura do sisal, o desmatamento no município alcançou maiores proporções com esta última monocultura. Para ele o sisal:

⁵ Algodão arbóreo típico da região Nordeste. Nome científico: *G. hirsutum* L. raça *marie galante*. Apesar de sua maior resistência a pragas sua produtividade era menor que a do algodão herbáceo, o que levou a sua substituição por este último em grande parte das lavouras.

[...] era uma cultura que gerava renda tanto para o pequeno como para o grande agricultor. Com a queda de preço, a solução que encontraram foi por fogo, e implantar a cultura do algodão herbáceo. Este teve seu fim com a grande praga do bicudo em toda plantação paraibana (depoimento do agricultor e presidente do STR de Solânea Antonio Ferreira da Silva. Solânea, abril de 2008).

Pelo relato deste agricultor, e pela fala de outros moradores, depreende-se que houve o cultivo de duas espécies de algodão distintas: o algodão mocó, uma variedade arbórea local, cultivado no início e que sofreu um declínio na sua produção provavelmente devido a fatores relacionados às estiagens prolongadas, oscilações dos preços no mercado e do atrasado processo organizacional e tecnológico da produção; e o algodão herbáceo, que passou a substituí-lo depois do declínio do ciclo sisaleiro. Foi esta última variedade que sofreu fortemente com a praga do bicudo na década de oitenta.

A agricultura familiar sempre esteve presente na organização do espaço agrário do município, constituindo-se em uma atividade complementar, dependente da expansão ou retração das culturas “impostas” pelo mercado. Com a crise das monoculturas tradicionais, principalmente do algodão, as grandes fazendas foram fragmentadas em virtude do seu parcelamento seguido de venda, o que abriu espaço para o fortalecimento da pequena agricultura de base familiar. Como será visto adiante, essas unidades familiares tiveram, e ainda têm, grande importância na conformação territorial e econômica de Solânea.

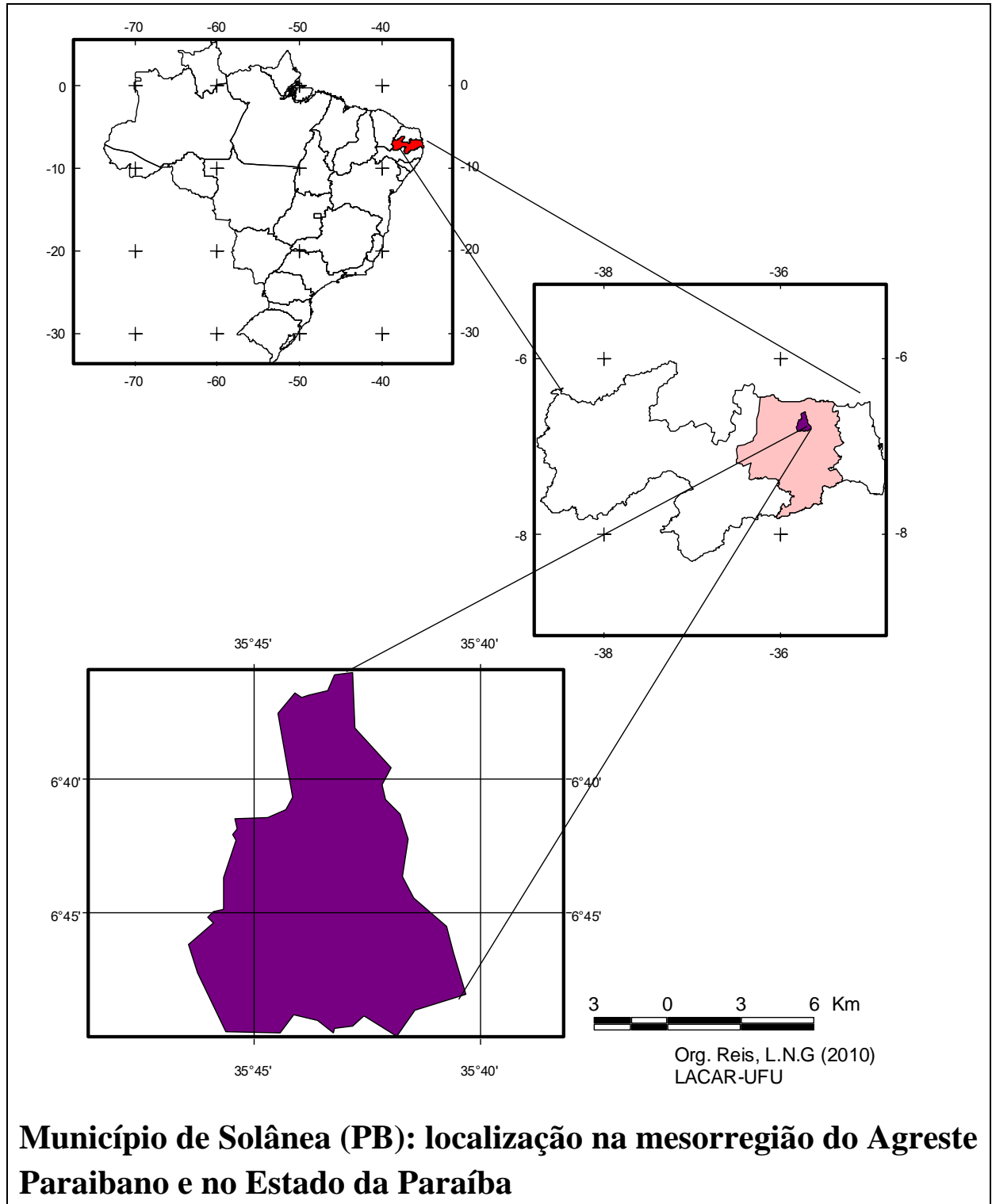
1.2 Transformações socioespaciais no município de Solânea

O município de Solânea está localizado na Mesorregião do Agreste Paraibano. Sua área é de 266 km², representando 0.4712% do estado, 0.0171% da região e 0.0031% de todo o território brasileiro. A sede do município tem uma altitude aproximada de 626 metros, distando 99,3 Km da capital. O acesso é feito, a partir de João Pessoa, pelas rodovias BR 230/BR 041/PB 105, estando o município inserido na Folha SUDENE de Solânea na escala de 1:100.000 (IBGE).

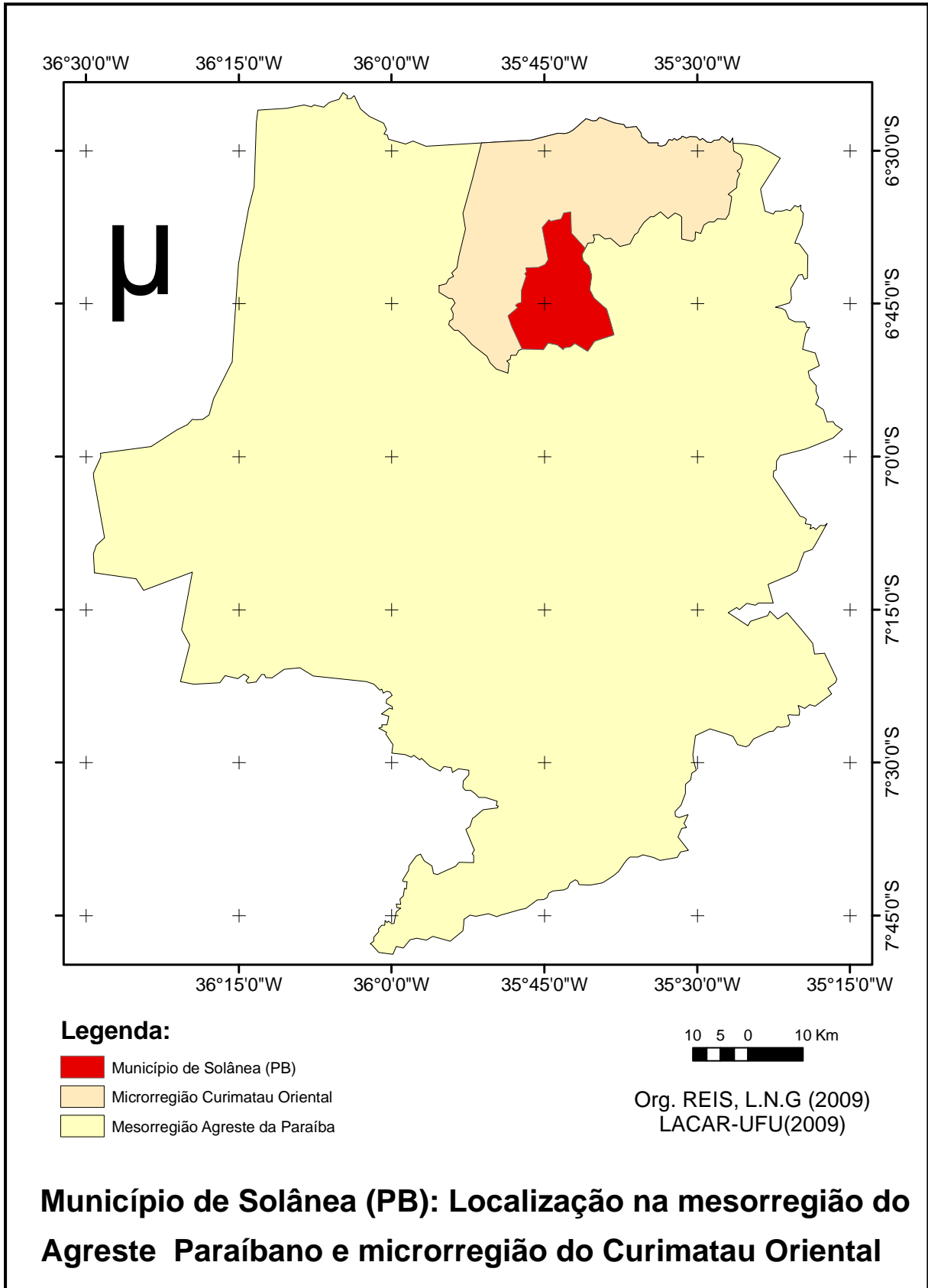
O Agreste paraibano corresponde à região situada entre o Litoral úmido e as Mesorregiões semi-áridas da Borborema e do Sertão. Trata-se de uma área fortemente diversificada, tanto ao que se refere aos aspectos naturais quanto ao uso da terra, às relações

de trabalho e ao potencial econômico. Essa Mesorregião compreende duas grandes áreas: a) o Agreste Baixo, situado imediatamente à retaguarda do Litoral no trecho que se estende da Depressão Sublitorânea até os primeiros contrafortes da Borborema e; b) o Agreste Alto, que compreende o Brejo Paraibano, o Agreste Ocidental (à retaguarda do Brejo), as Serras do Norte (região elevada do Curimataú), e as de Natuba e Umbuzeiro. O Brejo Paraibano se distingue como uma mancha úmida que se individualiza no interior do Agreste (MOREIRA; TARGINO, 1997).

Solânea (Mapa 1) está localizada na Microrregião Curimataú Ocidental, entre duas unidades morfoclimáticas, o Brejo e o Curimataú, sendo uma úmida e outra semi-árida (Mapa 2). Tal fato garante a este município agrestino a peculiaridade de apresentar uma fisionomia de área de transição. Ao entrevistar os moradores da região percebe-se que eles ainda fazem uma terceira divisão entre o Brejo e Agreste. No entanto, como ao longo da pesquisa não foram percebidas grandes diferenças entre estas duas últimas, tendo os mesmos padrões de produção e organização e características morfoclimáticas semelhantes, tratando-se mais de uma questão de localização dos próprios agricultores, neste trabalho serão inicialmente discriminados o Brejo e o Curimataú.



Mapa 1 - Município de Solânea (PB): localização na mesorregião do Agreste Paraibano e no Estado da Paraíba



Mapa 2– Município de Solânea (PB): localização na mesorregião do Agreste Paraibano e microrregião do Curimatau Oriental

Assim, apresenta como características fisiográficas um relevo geralmente movimentado, com vales profundos e estreitos dissecados, e solos com fertilidade bastante variada, com certa predominância de média para alta. Por está inserido na unidade geoambiental do Planalto da Borborema, formada por maciços e outeiros altos, a altitude do município varia entre 650 a 1.000 metros (IBGE).

A área da unidade é recortada por rios perenes, porém de pequena vazão, e o potencial de água subterrânea é baixo. A vegetação é formada por Florestas Subcaducifólica e Caducifólica, próprias das áreas agrestes.

O clima é do tipo Tropical Chuvoso, com verão seco. A estação chuvosa se inicia em janeiro/fevereiro com término em setembro, podendo se adiantar até outubro. Nas superfícies suaves onduladas a onduladas, ocorrem os Planossolos, medianamente profundos, fortemente drenados, ácidos a moderadamente ácidos e fertilidade natural média e ainda os Podzólicos, que são profundos, textura argilosa, e fertilidade natural média a alta. Nas elevações ocorrem os solos Litólicos, rasos, textura argilosa e fertilidade natural média. Nos vales dos rios e riachos, ocorrem os Planossolos, medianamente profundos, imperfeitamente drenados, textura média/argilosa, moderadamente ácidos, fertilidade natural alta e com problemas de sais. Ocorrem ainda Afloramentos de rochas (IBGE).

O processo inicial de ocupação e de povoamento do Agreste esteve, da mesma forma que no caso sertanejo, relacionado ao desenvolvimento da atividade açucareira. Esta, como foi anteriormente colocada, promoveu, em seu período áureo, a separação da produção agrícola e pecuária, determinando uma divisão espacial do trabalho: o Litoral especializou-se na produção do açúcar enquanto a lavoura alimentar e a pecuária passaram a ser produzidos no Sertão e no Agreste. Assim, a expansão do povoamento nestas duas últimas regiões está relacionada, entre outros fatores, à retração da economia açucareira a partir da segunda metade do século XVII.

A agricultura de subsistência, complementada pelo criatório (voltado para o autoconsumo), foi o suporte do processo inicial de organização do espaço agrário agrestino.

Todas essas características são de grande importância para se entender os processos e as contingências que resultaram na atual estrutura fundiária, econômica e social da região em estudo.

Com base no Censo Agropecuário de 1996 realizado pelo IBGE, as pequenas unidades (consideradas assim aquelas com menos de 50 ha) totalizariam 3.098 estabelecimentos, e corresponde a 96,3% das propriedades locais, sendo 13.431,26 ha ao todo, ou seja, 41,20% da área cultivada no município (Tabela 1). Esses dados revelam a importante presença da pequena unidade produtiva na conformação da estrutura fundiária de Solânea e a desigual distribuição das terras no município, uma vez que os maiores estabelecimentos, os que estão entre 500 a menos de 2.000 ha (7 unidades produtivas), correspondem a somente 0,3% do total dos estabelecimentos, mas se apropriam de 16% da área agrícola total. Não se percebe em Solânea um movimento organizado de luta pela terra, sendo que a grande maioria das pequenas propriedades é oriunda do parcelamento das grandes fazendas monocultoras ou de divisões familiares em casos de herança, como demonstra a fala do Sr. Luiz Pereira de Sousa, morador da região do Curimataú:

As terras antes eram terras grande, terra de 200, 300 hectares, mas naquela época as famílias era 15, 20 filhos, então essas terras era dividida depois da morte dos pais ... (depoimento do agricultor Luiz Pereira de Souza – seu Luiz. Solânea, novembro de 2008).

Tabela 1- Estrutura Fundiária de Solânea – 1996

Grupos de área total	Nº. de Est.	%	Área (ha)	%
Menos de 1 ha	268	8,3	110,207	0,3
1 a menos de 2 ha	804	25,0	901,516	2,8
2 a menos de 5 ha	1.242	38,7	3.389,78	10,4
5 a menos de 10 ha	423	13,2	2.674,84	8,2
10 a menos de 20 ha	245	7,6	3.026,38	9,3
20 a menos de 50 ha	116	3,6	3.328,57	10,2
50 a menos de 100 ha	57	1,8	3.699,00	11,4
100 a menos de 200 ha	28	0,9	4.007,40	12,3
200 a menos de 500 ha	21	0,7	6.184,00	19,0
500 a menos de 1.000 ha	5	0,2	2.970,00	9,1
1.000 a menos de 2.000 ha	2	0,1	2.260,00	6,9
Total	3.211	100,0	32.551,69	100,0

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1996
Org. FERREIRA, Éricka (2009)

No entanto, de acordo com informações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) local, já em 2003 o número de estabelecimentos de agricultura familiar teria caído para 2.400, devido ao aumento da violência na região (STR, 2003). Essa diminuição das pequenas propriedades familiares condiz com a redução da população total do município, de acordo com dados do IBGE, conforme ilustra o gráfico 1.



Gráfico 1 - Evolução Populacional em Solânea (PB)

Fonte: IBGE

Ainda de acordo com o Censo Agropecuário de 1996 a propriedade da terra entre os produtores familiares estaria assim distribuída: cerca de 1589 estabelecimentos seriam de terras próprias, 62 arrendadas, 471 terras em parceria e 210 terras ocupadas (IBGE). Assim, percebe-se que a grande maioria dos agricultores familiares são proprietários de suas terras, seguidos em número pelos agricultores que trabalham em sistema de parceria, muito comum em todo o estado da Paraíba, como visto anteriormente.

Quanto à organização da produção e do trabalho nas pequenas produções agrícolas do município, constatou-se na pesquisa e junto ao STR que na região brejeira as propriedades são menores, porém muito bem aproveitadas, possuindo entre 1/2 e 4 hectares, sendo a produção de fruticultura a mais comum. Já na região do Curimataú, uma área mais seca, as propriedades são maiores, chegando algumas a possuir até 35 ha. Nestas, predomina a policultura alimentar (Foto 1) (produção do feijão mulatinho, do feijão macassar e da fava) e a pecuária extensiva (Foto 2). O gado destina-se parte ao corte e à comercialização e parte ao consumo. Os agricultores ainda criam galinha, ovelha, abelha, guiné, pato, peru, cabra, cavalo e bovinos (tanto para o corte como para a produção de leite). O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do município, Antonio Ferreira da Silva, confirma o exposto em sua fala:

No Brejo ficam mais as fruteiras, a jaca, a manga, a laranja, (...), já no Curimataú fica a parte de feijão mulatinho, o milho e o feijão de corda (...). Enquanto a região do Brejo tem muita água, no Curimataú tem bem menos, e a água que tem já é salgada. (depoimento de Antonio Ferreira da Silva, agricultor e presidente do STR de Solânea. Solânea, abril de 2009).

A pequena produção é basicamente para consumo próprio e para os animais. Quando há excedente este é vendido diretamente na feira do município ou para atravessadores que levam essas mercadorias para feiras da região.



Foto1.- Solânea (PB):policultura alimentar produzida em pequena unidade de produção de base familiar. Autor: SILVA, P. M S e. (abr./2009)

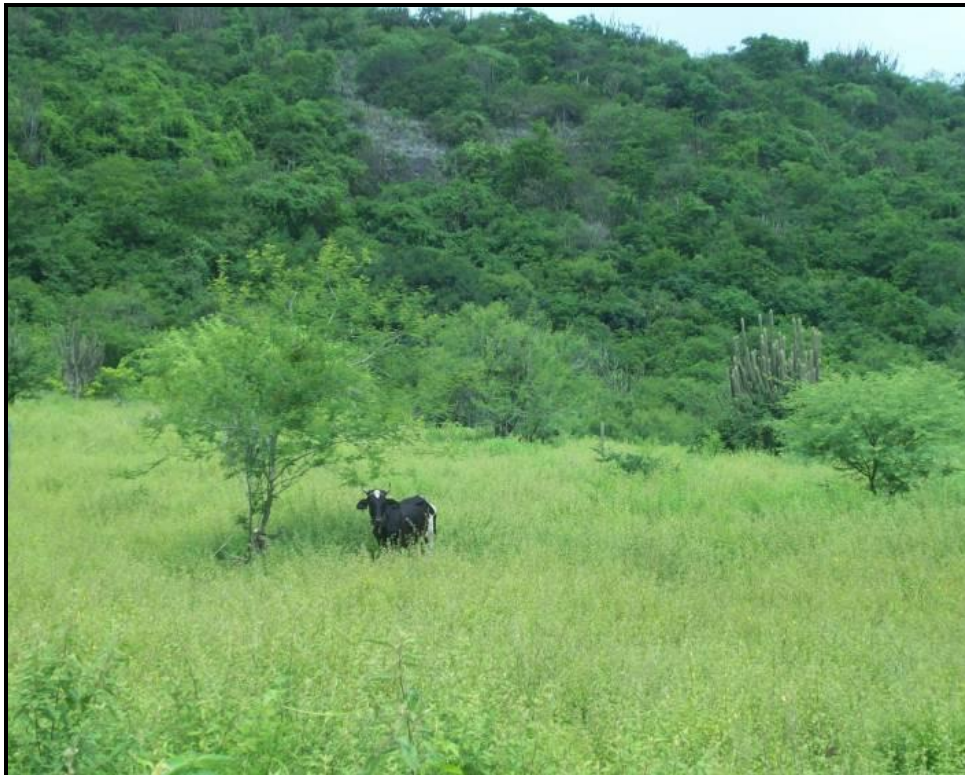


Foto 2- Solânea (PB):atividade pecuária praticada em pequena unidade de produção de base familiar. Autor: CERINO JÚNIOR, N. S. (abr./2009)

Tomando o município como um todo, sua principal base econômica é a prestação de serviços, seguida pela indústria, principalmente de transformação alimentícia e têxtil, devido especialmente à sua proximidade com a capital João Pessoa. A agropecuária ocupa a terceira posição no Produto Interno Bruto (PIB) de Solânea, como ilustra o gráfico abaixo (Gráfico 2), tendo o feijão como cultura de maior destaque.

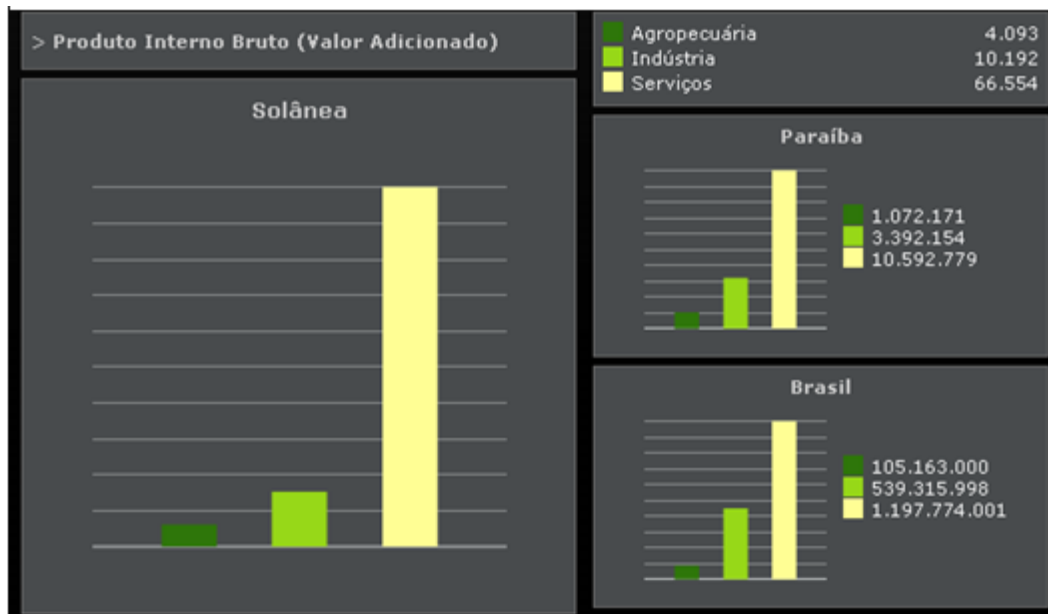


Gráfico 2 - Distribuição do Produto Interno Bruto de Solânea (PB)

Fonte: IBGE

Para entender melhor a estrutura do município, pode-se perceber pelo Atlas do Desenvolvimento Humano de 2000 (IBGE), que a população de Solânea está dividida de forma não disparitária entre o meio rural e urbano, com um acréscimo na taxa de urbanização entre 1991 e 2000, como mostram o gráfico 3 e a tabela 2.

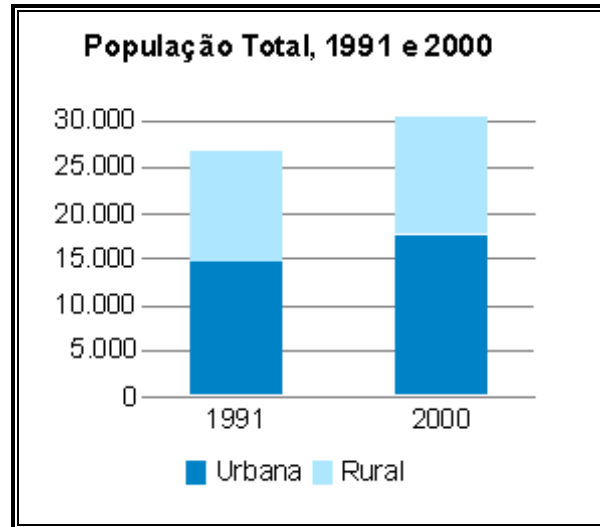


Gráfico 3 – População Total em Solânea (PB)
Fonte: IBGE

Tabela 2- População por Situação de Domicílio em Solânea – 1991 e 2000

	1991	2000
População Total	26.950	30.658
Urbana	14.803	17.834
Rural	12.147	12.824
Taxa de Urbanização	54,93%	58,17%

Fonte: IBGE

Quanto à faixa etária da população de Solânea, esta se mostra condizente com a estrutura encontrada no estado da Paraíba, e no Brasil como um todo (Gráfico 4). A pirâmide etária, representando idade crescente da base para o topo, demonstra que a maior parte da população tem idade entre 10 e 25 anos, demonstrando ainda o predomínio de uma população jovem.

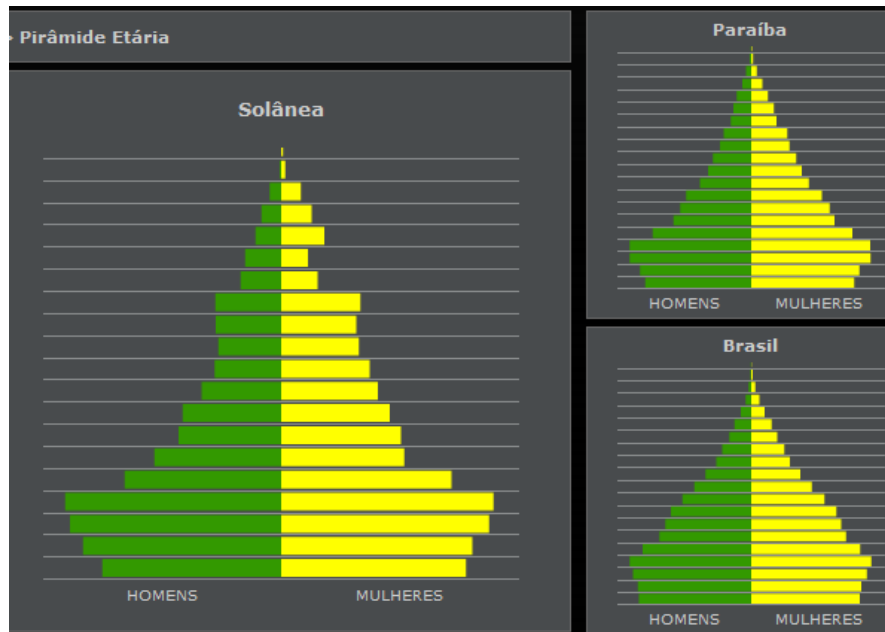


Gráfico 4 – Pirâmide Etária de Solânea (PB) - 2000

Fonte: IBGE

No próximo item buscar-se-á um melhor entendimento dos números e dados aqui apresentados por meio da análise da primeira parte das entrevistas realizadas com os agricultores familiares de Solânea, para assim ter-se uma maior compreensão da realidade a ser estudada.

1.3 O produtor, a propriedade e a produção familiar em Solânea

Na tentativa de melhor conhecer a realidade dos agricultores familiares de Solânea foram realizadas entrevistas com os mesmos, conforme amostra já citada, guiadas pelo roteiro anteriormente apresentado (Anexo A), para, a partir de suas respostas, buscar o melhor entendimento da agricultura familiar nesse município. As entrevistas foram realizadas em sítios localizados tanto no Brejo quanto no Curimataú, não sendo percebidas diferenças consideráveis nas respostas dos agricultores residentes nas distintas regiões.

O primeiro passo foi a caracterização do produtor, da propriedade e da produção. Nessas questões procurou-se conhecer a realidade desses agricultores, como se organiza a propriedade e a produção, como se dá o sustento da família. Entre os entrevistados o tamanho

da propriedade não ultrapassava 55 ha. Observando o gráfico⁶ 5 tem-se que a grande parte das propriedades visitadas estão na faixa de 1 a 9 ha (68%), sendo que a média de moradores por sítio é de 5 a 6 pessoas, uma vez que a maioria das famílias têm 3 ou 4 filhos (16,67% para ambas), logo seguidas por aquelas que têm apenas um filho (16,28%), como mostra o gráfico 6. Por essa amostragem percebe-se uma mudança no padrão da quantidade de filhos das famílias rurais, até pouco tempo vistas como aquelas com uma grande prole.

Mudança também observada na escolaridade desses herdeiros. Enquanto 25% dos pais têm entre a 1ª e a 4ª série do Ensino Fundamental, apenas 4% completou o Ensino Médio, nenhum cursou o Ensino Superior, 10% são analfabetos, e muitos confessaram encabulados que apenas sabem assinar o nome (16%); quando questionados acerca da escolaridade dos filhos mostram uma realidade em transformação: 48,82% dos filhos têm o Ensino Médio completo, 3,53% concluíram o Ensino Superior, e apenas 4,71% são analfabetos. Um senhor ainda respondeu cheio de orgulho: “*Meu filho é PHD em Matemática*” (*depoimento do agricultor Sebastião Rosa. Solânea, agosto de 2009*). Evidente que esse fato é uma exceção, mas tal conquista seria inimaginável até bem pouco tempo. Talvez essas mudanças sejam reflexos do menor número de filhos por família, o que possibilita maiores oportunidades a estes.

⁶ Alguns gráficos apresentados podem ter o somatório de seus valores superior a 100% devido a possibilidade de mais de uma resposta por entrevistado, ou ao arredondamento para duas casas decimais após a vírgula.

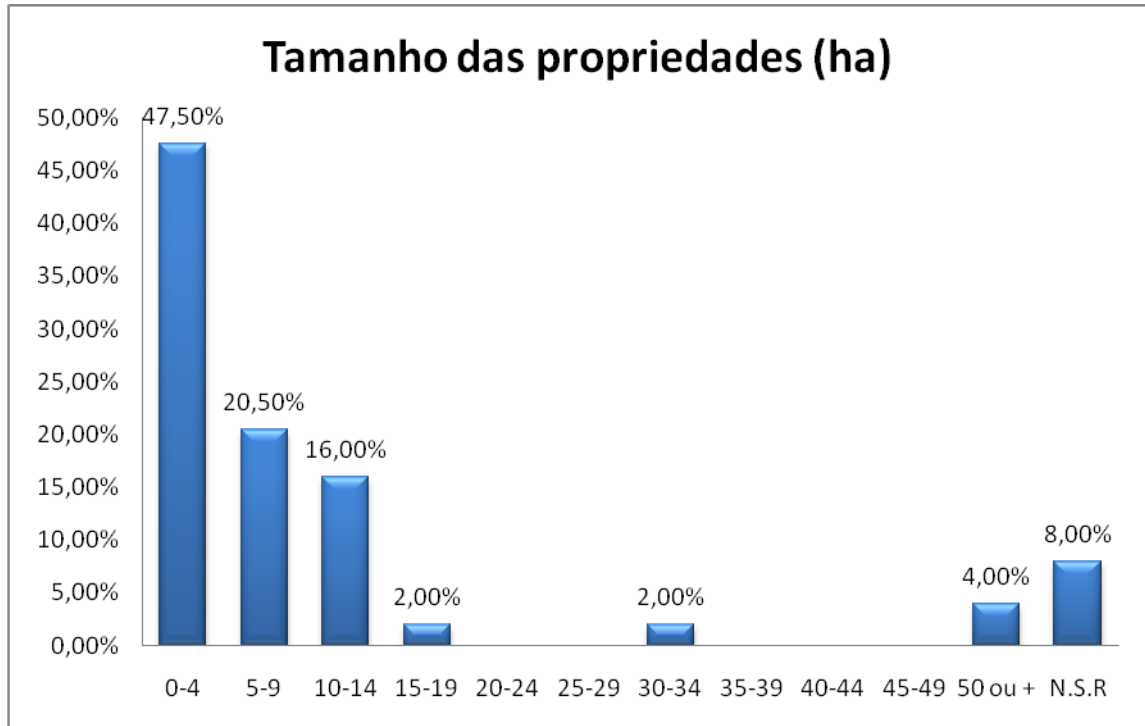


Gráfico 5 – Solânea (PB): Estrutura Fundiária das Unidades Visitadas

Fonte: Pesquisa de campo, 2009. Org. SILVA, P. M. S e; CERINO JUNIOR, N. S. (2009)

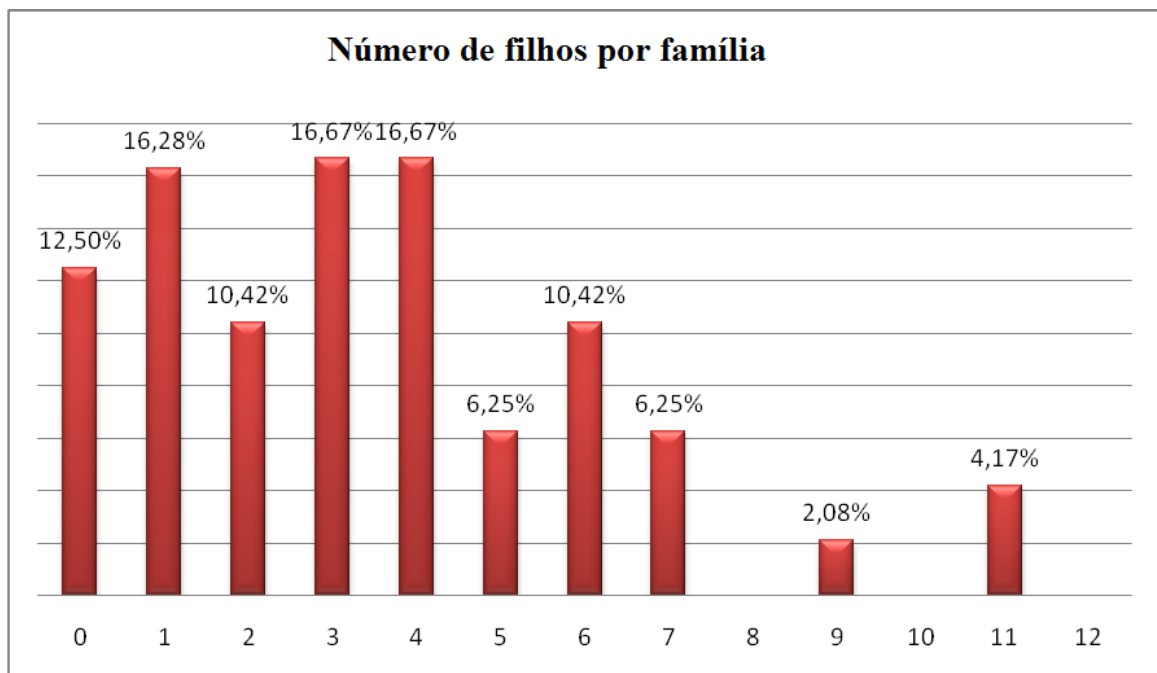


Gráfico 6 – Solânea (PB): Estrutura Familiar das Unidades Visitadas

Fonte: Pesquisa de campo, 2009. Org. SILVA, P. M. S e; CERINO JUNIOR, N. S. (2009)

Outro fator observado nas entrevistas foi que apesar do maior grau de escolaridade dos filhos a maioria deles permanece na unidade familiar, morando com os pais (55%). Dos que

deixaram o campo apenas 16% foram para a cidade de Solânea, e os demais (29%) migraram para outras cidades ou estados. Se comparados aos dados de migração campo-cidade da década de 1980, como será visto mais adiante, pode-se notar uma grande diferença nesse padrão, tendo que os jovens da comunidade rural do município são menos propensos a migrarem.

Assim, os gráficos 5 e 6 apresentam uma forte relação entre seus números. As famílias que declararam não terem filhos são em sua totalidade jovens recém-casados que receberam uma porção da terra de seus pais para constituírem seu roçado. Enquanto as maiores propriedades, aquelas com mais de 50 ha, pertencem a grandes famílias, com mais de 8 filhos, em que ainda não houve a divisão da herança, morando todos no mesmo sítio, mesmo os filhos já casados, trabalhando para a manutenção do mesmo.

Como dito anteriormente, não se encontra em Solânea um movimento organizado de luta pela terra. Quando se buscou nas entrevistas informações acerca da situação das propriedades, foi constatado que a maioria dos agricultores são proprietários de suas terras, seguidos por aqueles que trabalham em sistema de parceria, e aqueles que se declaram ocupantes, sendo a minoria arrendatários, como demonstra o gráfico 7. Aqui cabe um esclarecimento: esses agricultores declarados ocupantes, na verdade são aqueles que possuem a concessão de uso da terra, mas que ainda não às têm escrituradas em seu nome.

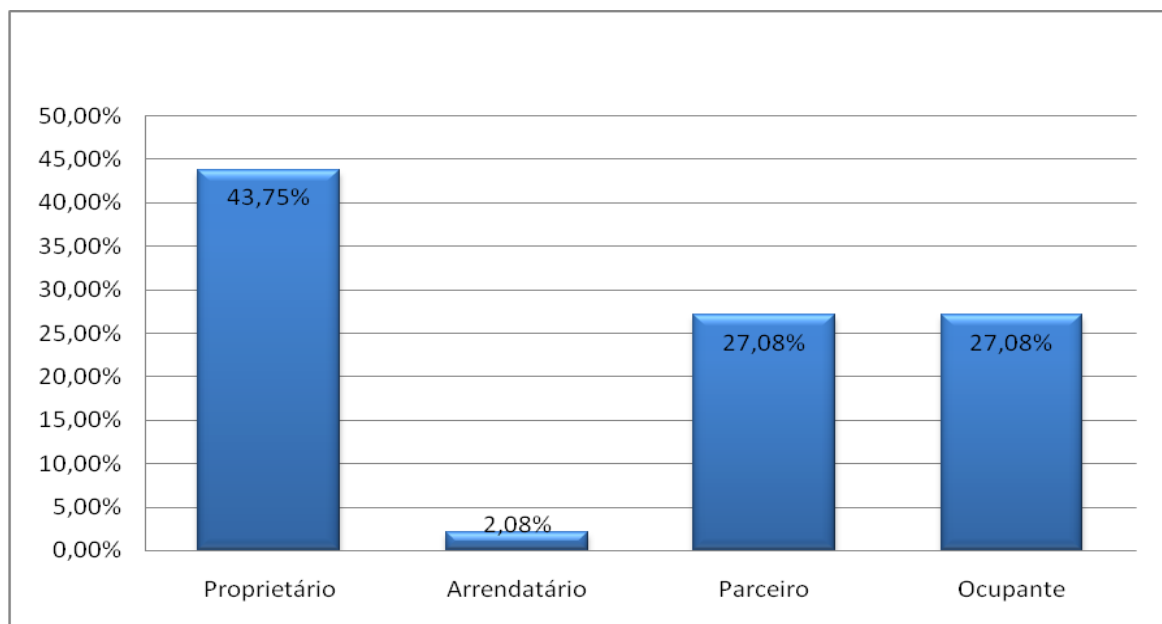


Gráfico 7 – Solânea (PB): Situação dos Agricultores em Relação à Propriedade da Terra
 Fonte: Pesquisa de campo, 2009. Org. SILVA, P. M. S e; CERINO JUNIOR, N. S. (2009)

A maioria das pequenas propriedades agrícolas de Solânea é oriunda do parcelamento de grandes unidades e da divisão por herança. Quando questionados quanto à forma de aquisição das terras, a maioria dos proprietários declarou ter sido por meio da concessão de uso, ou seja, a terra lhes era cedida para o cultivo por um dado período de tempo, sendo este renovado, até lhe ser concedida a escritura definitiva. Seguem-se aqueles que conquistaram suas terras por meio da compra, estando em terceiro lugar os que as receberam por herança. Há ainda aqueles que receberam uma porção por herança e conseguiram aumentar sua propriedade com a compra de terrenos vizinhos (Gráfico 8).

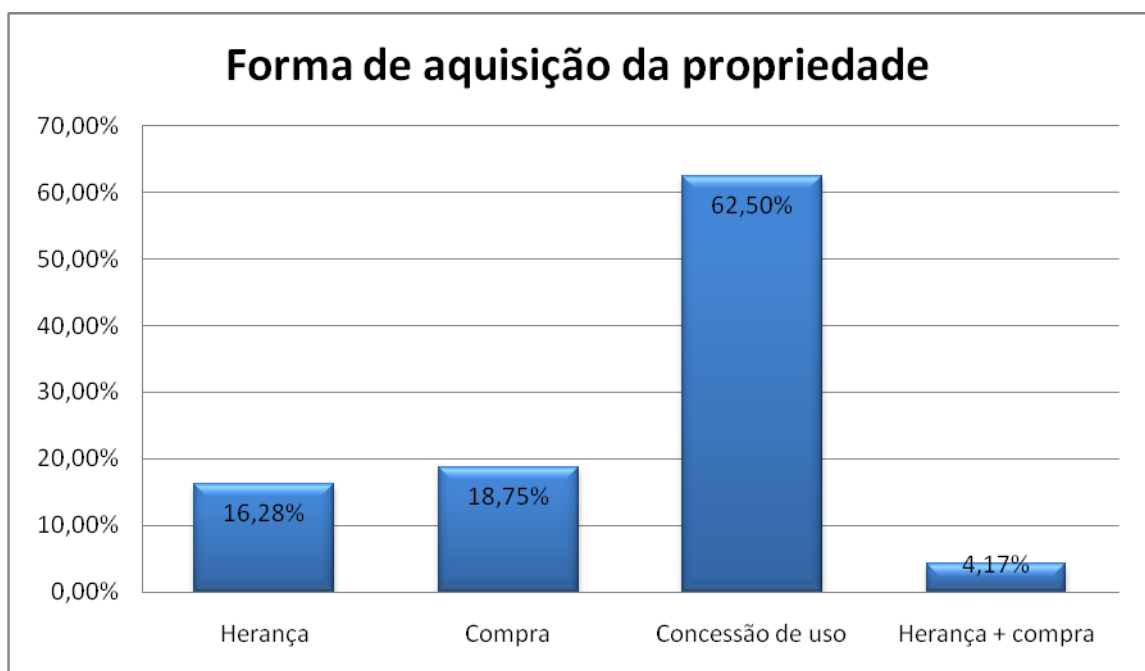


Gráfico 8 – Solânea (PB): Aquisição da Propriedade da Terra

Fonte: Pesquisa de campo, 2009. Org. SILVA, P. M. S e; CERINO JUNIOR, N. S. (2009)

Em uma primeira análise desses dados pode-se deduzir que os moradores mais antigos, aqueles que receberam suas terras por herança, venderam ou abandonaram suas propriedades e migraram para a cidade, ou para outros estados, visto que apenas 16,28% das propriedades foram adquiridas por esse meio. No entanto, quando tais números são confrontados com o tempo em que os agricultores estão nos sítios, a hipótese não se confirma: 29,17% dos proprietários estão em suas terras a mais de 30 anos (Gráfico 9). Por outro lado, 55,88% deles têm a posse a menos de 15 anos, o que pode ser reflexo da divisão das grandes propriedades, por ocasião da crise das monoculturas.

Infere-se então dessa pequena amostra que a configuração das pequenas propriedades familiares em Solânea é fruto tanto do parcelamento das terras por motivo de herança, quanto da divisão e venda das grandes propriedades monocultoras afetadas por crises como do algodão e da agave, o que corrobora o cenário anteriormente apresentado da configuração espacial do estado da Paraíba.

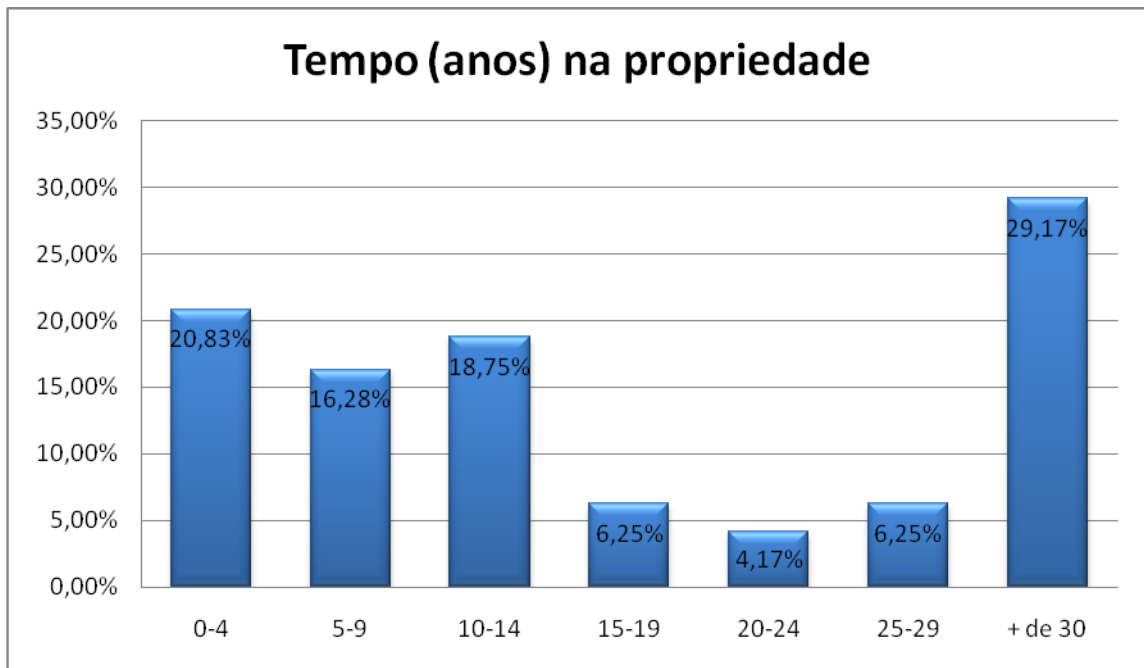


Gráfico 9 – Solânea (PB): Tempo de Moradia do Agricultor em sua Propriedade
 Fonte: Pesquisa de campo, 2009. Org. SILVA, P. M. S e; CERINO JUNIOR, N. S. (2009)

A produção das unidades familiares em Solânea apresenta-se bastante variada, como demonstra o gráfico 10, com um forte destaque para o feijão e o milho, base do sustento dessas famílias. Chama atenção o fato de que, pelo menos na amostra pesquisada, um percentual tão pequeno de produtores (0,65%) cultive o algodão em suas terras, produto que foi de extrema importância para a configuração espacial e socioeconômica da região. Tal fato pode derivar da dificuldade enfrentada na produção do algodão herbáceo, que substituiu o algodão mocó, característico da região. Essa primeira espécie mostrou-se mais suscetível a pragas, demandando assim maiores investimentos em agrotóxicos, o que diminui a lucratividade, tornando-se menos interessante para os agricultores familiares.

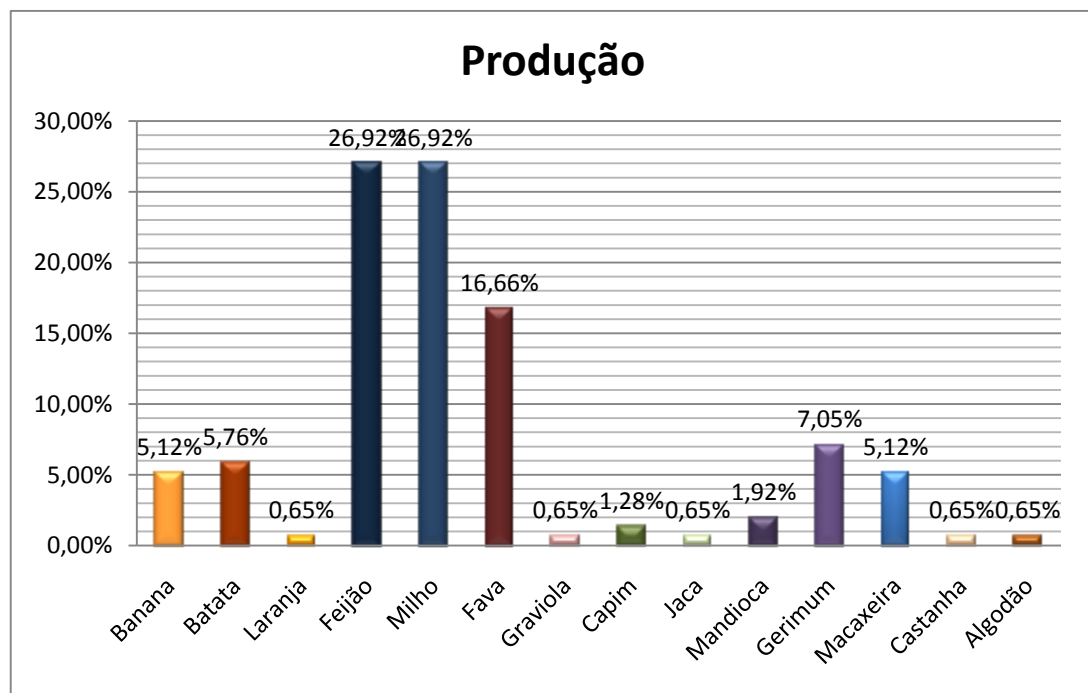


Gráfico 10 – Solânea (PB): Principais Itens Cultivados nas Unidades de Agricultura Familiar
 Fonte: Pesquisa de campo, 2009. Org. SILVA, P. M. S e; CERINO JUNIOR, N. S. (2009)

Pôde-se observar que a principal parte da produção desses agricultores destina-se ao consumo familiar (41,67%), sendo o excedente comercializado. Há aqui uma diferenciação entre os agricultores que comercializam seus produtos: 33,33% desses produtores declararam que em toda colheita há produtos a serem comercializados, enquanto 20,83% disseram que a comercialização não é constante, às vezes há excedente para comercializar, às vezes não. Quando questionados sobre o destino desses produtos comercializados, 54% dos agricultores informaram que vendem na feira, 38% vendem a atravessadores, e 8% informaram outras formas de comercialização, como a venda no próprio sítio.

Dois fatores foram levantados como principais problemas na comercialização dos produtos da agricultura familiar na região, o baixo preço pago pela mercadoria, apontado por 92% dos entrevistados, e o elevado custo do transporte. Frente a essas dificuldades, grande parte (84%) dos agricultores familiares depende de outra fonte de renda, sendo o auxílio governamental a mais corrente, como demonstra o gráfico 11. São recursos como a Bolsa Família e a aposentadoria rural que ajudam na manutenção das despesas da casa e na educação dos filhos. A frequência nas aulas é obrigatória para o recebimento da Bolsa Família, recurso disponibilizado pelo governo federal e repassado pelo município às famílias

de baixa renda para manterem as crianças na escola, o que de certa forma inibi o trabalho infantil no meio rural. Os beneficiados por esse recurso declararam que ele representa cerca de 35% da renda familiar, enquanto os proventos do INSS contribui em média com 21%.

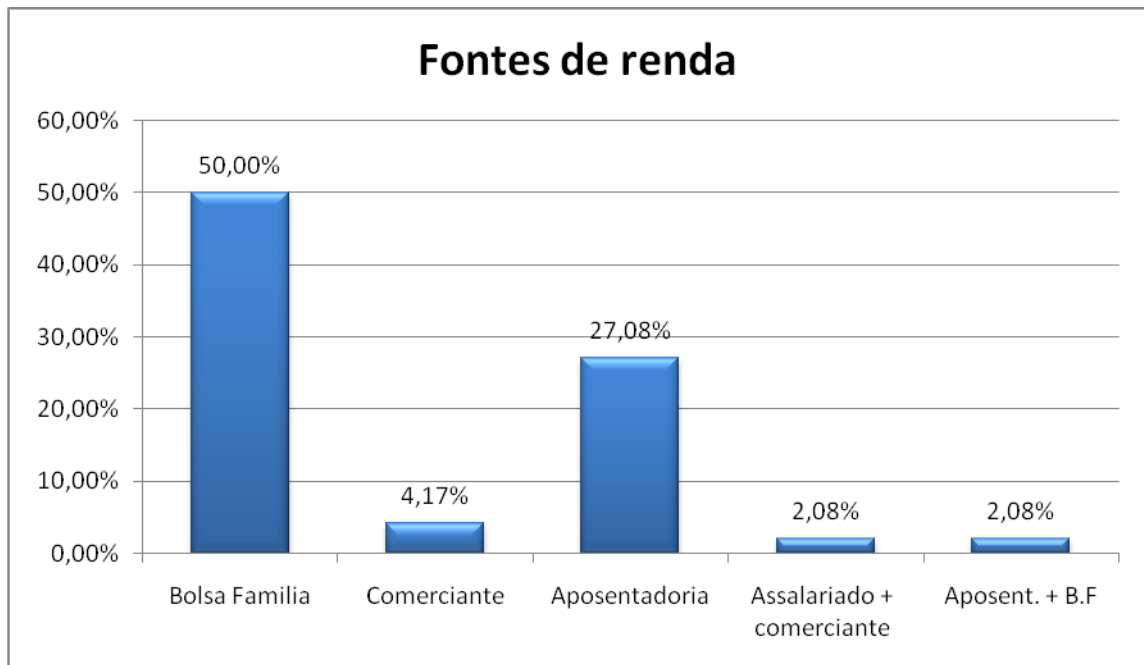


Gráfico 11 – Solânea (PB): Outras Fontes de Renda Utilizadas pelos Agricultores Familiares
 Fonte: Pesquisa de campo, 2009. Org. SILVA, P. M. S e; CERINO JUNIOR, N. S. (2009)

Há ainda aqueles agricultores que trabalham fora da propriedade para agregar renda, totalizando 60% dos entrevistados, sendo que a maioria (48%) o faz durante todo o ano. É interessante ressaltar, no entanto, que grande parte dos serviços realizados fora da propriedade é ligada à agricultura, como mostra o gráfico 12, seguido de atividades no comércio e da prestação de serviços. Alguns agricultores se identificaram como atravessadores, ou seja, compram a produção de outros sítios para revender. A média de ganho declarada nessas atividades para além de suas terras foi de R\$ 100,00 (cem reais) por mês. Embora a atividade principal seja rural, verifica-se que os filhos dos agricultores e algumas esposas já não se dedicam integralmente à agricultura, tendo outras ocupações como agente de saúde, moto-taxista na cidade, professora. Mas dentro da propriedade rural ainda há atividades que são de responsabilidade das esposas, como o cuidado com a horta e animais.

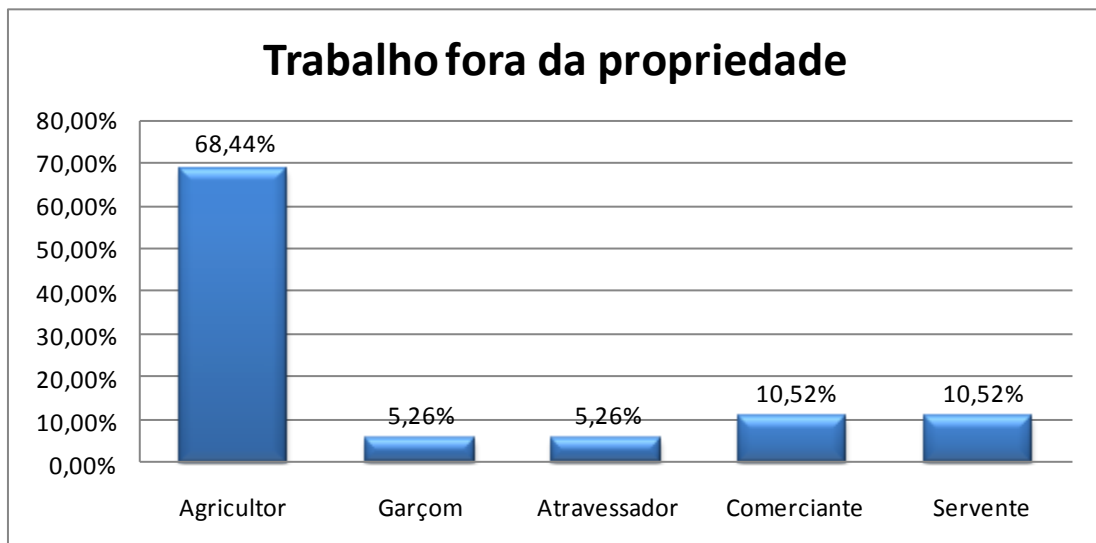


Gráfico 12 – Solânea (PB): Atividades Exercidas Fora da Propriedade Familiar
 Fonte: Pesquisa de campo, 2009. Org. SILVA, P. M. S e; CERINO JUNIOR, N. S. (2009)

Dentro da unidade a força de trabalho é realmente de predominância familiar, com grande destaque para a participação dos filhos, como mostra o gráfico 13. Dentre esses não foi encontrado nenhum com menos de 10 anos de idade no trabalho, sendo a faixa etária predominante entre 11 e 40 anos, somando-se 72,45% do total de trabalhadores. As atividades são mais intensas entre os meses de maio e julho, período em que as chuvas apresentam maior constância. Os trabalhadores familiares cuidam de todo o processo de produção, atuando desde a limpeza do terreno até a colheita. Dedicam-se ainda ao cuidado das pequenas criações de animais para consumo de subsistência.

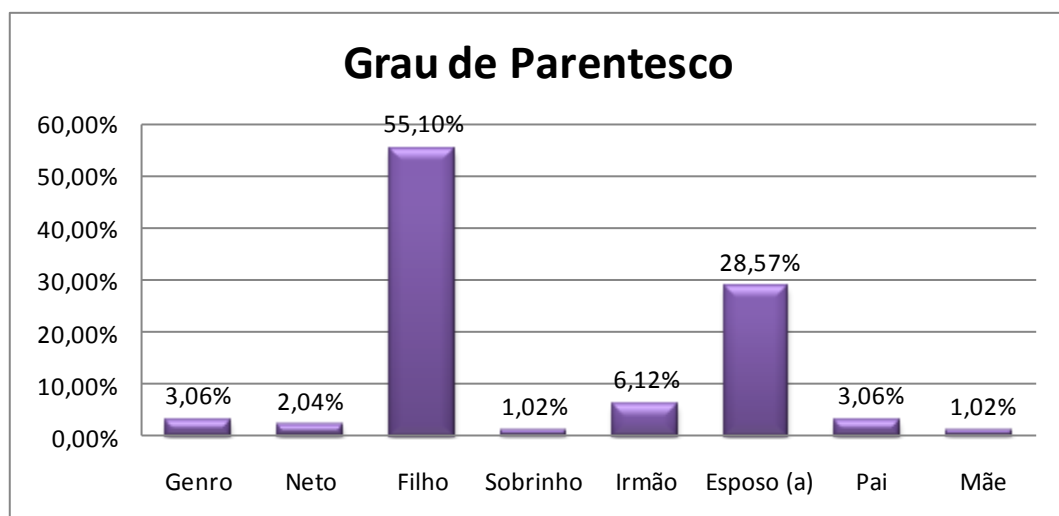


Gráfico 13 – Solânea (PB): Grau de Parentesco Entre os Trabalhadores da Unidade Familiar
 Fonte: Pesquisa de campo, 2009. Org. SILVA, P. M. S e; CERINO JUNIOR, N. S. (2009)

Em apenas 45,82% das unidades visitadas há a contratação de trabalhadores temporários para ajudar nos serviços agrícolas, sendo que o número desses não passa de 3 contratados por propriedade, como mostra o gráfico 14. Não houve registro de trabalhadores permanentes nos sítios visitados. Os trabalhadores temporários são moradores do próprio município, a maioria da zona rural, que dividem seu tempo de serviço entre a propriedade familiar e o trabalho em outras unidades. Esses serviços são contratados principalmente nos meses de março a junho para as atividades de limpeza do terreno e plantio. Os trabalhadores recebem por diária, estando esta em torno de R\$ 15,00.

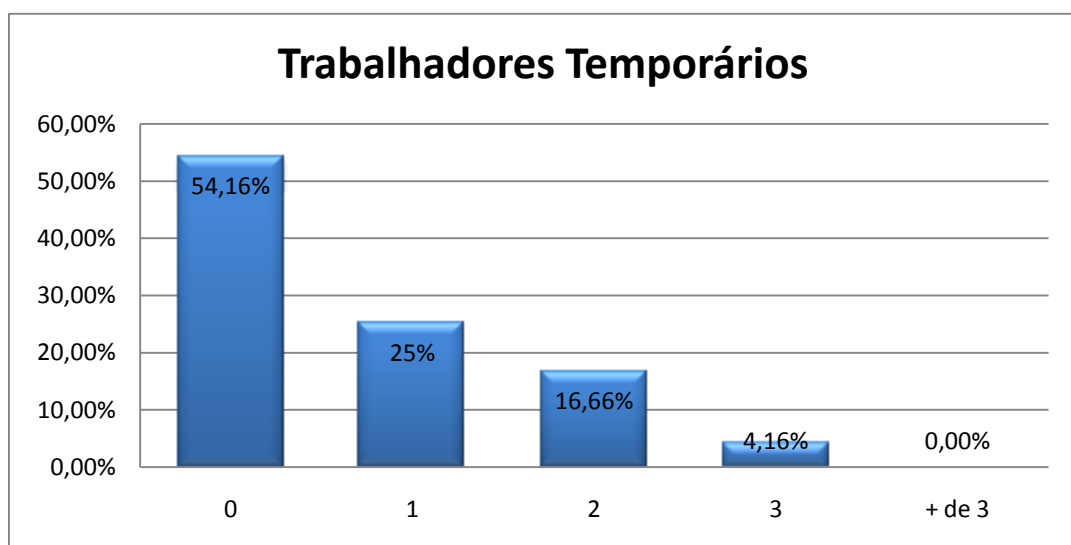


Gráfico 14 – Solânea (PB): Quantidade de Trabalhadores Temporários por Propriedade Familiar
 Fonte: Pesquisa de campo, 2009. Org. SILVA, P. M. S e; CERINO JUNIOR, N. S. (2009)

Ao buscar caracterizar a produção das unidades familiares de Solânea, observou-se que apenas 33% dos agricultores utilizam sementes selecionadas, sendo essas basicamente de feijão e milho, que na maioria das vezes estão associadas no roçado. As propriedades, regra geral, possuem benfeitorias como curral, coqueira, cisternas, galinheiro e eletricidade. É comum o uso do adubo natural e também guardar as próprias sementes para o plantio. A maioria dos agricultores (81%) declarou ter ferramentas próprias, como enxada, enxadeco, pá, facão, capinadeira, entre outros. Não houve registro de maquinário mais sofisticado como forrageiras e tratores. Quando a safra de feijão é grande alguns alugam debulhadeiras.

No entanto, 42% dos entrevistados utilizam defensivos em suas plantações, utilização esta feita sem orientação técnica. As informações de manejo e aplicação dos defensivos

químicos são adquiridas com o vendedor da loja agropecuária ou de forma popular. Percebe-se que o acesso desses produtores aos insumos químicos é bem mais fácil do que aos maquinários mais sofisticados. Também há a dificuldade de se adaptar o uso de tais máquinas à pequena produção. Mas essa realidade não é exclusividade do município de Solânea, e sim uma tônica encontrada em quase todo o país e em grande parte dos países em desenvolvimento, como se verá mais adiante.

Outro fator observado foi que apenas 17% dos agricultores familiares utilizam alguma forma de conservação do solo, como curva de nível, ou de outro recurso natural, muitos demonstrando ainda desconhecimento sobre essa temática. Somente 10,42% declararam contar com alguma assistência técnica, estando essa dividida entre a EMATER e a AS-PTA. Mas a atuação desses entes junto à comunidade de estudo será fonte de maiores considerações em capítulo adiante.

Esse foi o primeiro panorama traçado da comunidade de agricultores familiares do município de Solânea, baseado na amostra de entrevistados no trabalho de campo dessa pesquisa. No capítulo seguinte a realidade desse município será abordada de forma a contextualizá-lo nas dinâmicas territoriais e nas políticas de desenvolvimento adotadas pelo governo brasileiro, sempre tendo como foco primeiro o meio rural, em especial a agricultura de pequeno porte.

2 A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE SOLÂNEA: o significado das transformações

Nordeste Dependente

Se o sertão fosse deveras cuidado,
Certo não teria desolação,
Sertanejo não deixaria o chão,
Onde foi pelo genitor criado.
Não veria um quadro vil e assombrado
De criança em estado deprimente,
Futuro deplorável no presente
Pra deleite de muitos poderosos,
Rústicos, verdugos e inescrupulosos,
Coronéis d' um nordeste dependente.

... Nem teria prato vazio, e o pobre
Pedindo favores se tem direito,
“Coronéis” o tratando sem respeito,
Porque trazem na algibeira o vil cobre.
Não revelam o que o juízo encobre
Enganando um povo honesto e decente...
Quem trabalha vive como indigente
Para o luxo d'uma classe inoperante
(Caudilho de gravata e dominante),
Num sertão que não é independente.

(Jádson Simões)

2.1 Latifúndio e agricultura familiar: o peso de uma herança

No Brasil, a história agrícola está ligada à história do processo de colonização no qual a dominação social, política e econômica da grande propriedade (latifúndios) foram privilegiadas.

O perfil da distribuição da propriedade fundiária na Paraíba também é resultado desse longo processo, que tem suas origens na produção do espaço colonial. Essa produção, subordinada aos interesses do capital mercantil, teve como suporte a concessão de grandes sesmarias para a exploração da cana-de-açúcar no Litoral e da pecuária (posteriormente também o algodão) no interior (MOREIRA; TARGINO, 1997). A distribuição das terras em sesmarias foi responsável tanto pelo caráter privado que adquiriu a propriedade da terra, quanto pela criação dos alicerces da grande propriedade que caracterizou o sistema açucareiro, cuja produção era subordinada aos interesses do capital mercantil internacional.

A concessão de sesmarias foi suspensa em 17 de julho de 1822 e em 18 de setembro de 1850 foi aprovada a Lei 601, conhecida como Lei de Terras de 1850. Esta lei tinha por pressuposto básico a mercantilização da terra e o controle monopolista da mesma, elemento essencial ao espaço colonial. A partir dessa lei o acesso à terra limitava-se a quem tivesse condições de adquiri-la (MOREIRA; TARGINO, 1997).

Mesmo com a crise açucareira no final do século XVII permanece a estrutura de latifúndios na região Nordeste. O Engenho Central, tido na época como solução da crise, correspondia a uma unidade produtora de açúcar cuja atividade limita-se ao setor fabril (setor de transformação) não abrangendo, portanto, a atividade de produção agrícola. Sua criação fundamentou-se na idéia de que os problemas do setor achavam-se concentrados na etapa de industrialização do produto. Desse modo, era para a mesma que deveria convergir a maior parte dos investimentos. Ao separar as duas atividades, tentava-se preservar o regime de propriedade das terras e modernizar a fabricação do açúcar. Em outros termos, com os Engenhos Centrais, ao mesmo tempo em que se preservava a estrutura fundiária tradicional, introduziam-se modificações econômicas importantes relativas ao aumento da produtividade e da rentabilidade, bem como propiciava-se a concentração da atividade fabril nas mãos de um número relativamente pequeno de grandes produtores (MOREIRA; TARGINO, 1997). A atividade agrícola permaneceria nas mãos dos senhores de Engenho e dos lavradores de cana.

Com o advento do sistema de morador, como visto anteriormente, a produção de alimentos passou também a ser realizada por este e suas famílias, nos sítios que lhes eram cedidos pelos senhores de Engenho, e nas terras dos lavradores situadas fora dos limites dos Engenhos. A pequena produção e a agricultura familiar teriam nascido, assim, nos interstícios da grande propriedade monocultora, ou seja, nas “brechas” do sistema canavieiro e a ele subordinada.

Uma vez fracassado o projeto do Engenho Central, ainda no final do Império, devido a problemas como o insuficiente suprimento de cana para atender à capacidade produtiva da fábrica (face à concorrência dos Engenhos tradicionais com o Engenho Central) e a resistência dos senhores de Engenho em aderir ao projeto, o Estado passa a investir fortemente no financiamento das Usinas de Açúcar. Estas são estabelecimentos voltados para a produção de açúcar, mas que além de uma empresa fabril também exercem a atividade agrícola. As Usinas surgiram apoiadas pelo poder público, não constituindo, portanto, um resultado espontâneo do dinamismo do setor açucareiro, mas sim uma das várias formas por ele, e pelo Estado, encontrada para garantir sua sobrevivência.

Esse breve relato faz atentar para o fato de que a crise da economia açucareira contribuiu, historicamente, num movimento até certo ponto contraditório, para acentuar a concentração da propriedade da terra, da renda e do poder, fortalecendo assim a oligarquia açucareira tradicional e ampliando o seu poder de barganha junto à máquina estatal, uma vez que algumas poucas Usinas substituíram centenas de Engenhos. No bojo desse processo estão presentes a expulsão dos moradores e a eliminação da categoria de lavradores (MOREIRA; TARGINO, 1997).

Assim, a grande propriedade impôs-se como modelo socialmente reconhecido e recebeu estímulos expressos na política agrícola que procurou modernizar e assegurar sua reprodução, podendo-se concluir que a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno, não só no espaço nordestino, mas na sociedade brasileira como um todo.

Para fins conceituais, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO – define a propriedade familiar a partir dos seguintes indicativos (FAO, 2000):

- a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento;
- a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família;
- a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

No Brasil, por muitas vezes houve divergências quanto à utilização da expressão agricultura familiar. O Ministério da Agricultura, para efeito do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), considerou como familiares todos os agricultores que contratavam até dois empregados permanentes e detinha área inferior a quatro módulos fiscais. A CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), por sua vez, considera como familiares todos os agricultores que trabalham em menos de quatro módulos fiscais, e que não contratem mão-de-obra permanente.

Colocando de forma resumida, a agricultura familiar é uma instituição de reprodução da família cujo núcleo está na relação direta com a terra e com a produção agrícola (PALMA, 2003).

No debate acadêmico e na literatura especializada no Brasil, como argumenta Lages (1998), a caracterização das unidades familiares de produção tem sido pautada, invariavelmente, num sistema classificatório construído a partir de adjetivações dicotomizadas, cujo termo contraposto é a unidade capitalista de produção agrícola ou as unidades patronais.

Ainda de acordo com Lages (1998), esta contraposição, que simplifica a complexidade que envolve o universo das unidades familiares de produção, não por acaso, possui como máxima três elementos fundamentais:

- O nível tecnológico, atribuindo à agricultura familiar menor eficiência, apoiada no tradicionalismo e no uso restrito de tecnologias ditas modernas;
- O tamanho das propriedades, geralmente sendo consideradas pequenas e inadequadas para uma economia de escala;
- A contraposição de uma racionalidade econômica atribuída à agricultura capitalista ou patronal, a uma racionalidade social, consagrada à unidade familiar de produção.

Essa caracterização esconde a grande diversidade do universo familiar de produção agrícola. Talvez por essa razão, e por incluir irrestritamente os agricultores familiares no conjunto da chamada agricultura tradicional⁷, estes foram, historicamente, considerados um obstáculo ao desenvolvimento agrícola. Tanto, que a modernização agrícola implantada no Brasil teve também por objetivo a sua superação, não a incorporando à suposta modernidade que a Revolução Verde tentou instaurar no país, como será visto mais adiante.

A agricultura familiar, no desenrolar da história do desenvolvimento agrário do país, sempre ficou relegada às áreas não-ocupadas pelas grandes culturas de exportação, como visto, ou pelas grandes fazendas de criação extensiva de gado. Com raras exceções, essas áreas são as de maiores dificuldades naturais para a produção: as mais declivosas, menos férteis, mais sujeitas a secas, mais distantes dos mercados etc. Além dessas dificuldades estruturais a agricultura familiar ficou submetida ao poder do setor comercial, de forma que mesmo a sua inserção no mercado se fez e se faz subordinada a regime de preços sempre desfavoráveis aos agricultores (PALMA, 2003).

A produção familiar sempre esteve à margem, pressionada por uma estrutura agrária altamente concentrada que impediu que suas vantagens competitivas lhe assegurassem, como nos Estados Unidos e Europa, um lugar preeminente na estrutura produtiva. Desse modo, além das dificuldades de contrabalancear as forças econômicas que favorecem as monoculturas, acrescentam-se os problemas decorrentes dessa evolução histórica desfavorável à produção familiar.

Se for adicionado a essas condições negativas o fato de que os agricultores familiares foram deixados à margem dos investimentos públicos – acesso à água potável, habitação, saneamento, saúde, educação, comunicação, transportes, eletricidade e lazer – pode-se entender as maciças migrações ocorridas nos anos do milagre econômico, os anos 60 e 70 do século XX, quando a demanda por emprego nas grandes obras de infra-estrutura no desenvolvimento urbano e industrial atraiu cerca de 30 milhões de trabalhadores rurais (GRAZIANO DA SILVA ; WEID; BIANCHINI, 2001).

⁷ Agricultura tradicional entendida como aquela que utiliza técnicas rudimentares, artesanais e ancestrais, tendo como destino de produção o autoconsumo e a subsistência das famílias que a praticam. É tida também como aquela com baixo rendimento e produtividade agrícolas.

Assim, vê-se que nunca houve, ao longo da história brasileira, uma valorização da agricultura familiar, o que acarretou vários problemas sociais que têm sua base principalmente na desigualdade socioeconômica.

Outro autor que aborda a questão da agricultura familiar não só no cenário brasileiro, mas também traçando uma comparação entre este e os demais países da América latina, Europa e Estados Unidos, é Hughes Lamarche (1993). Ele afirma que em todos os países onde um mercado organiza as trocas, a produção agrícola é sempre, em maior ou menor grau, assegurada por explorações familiares, ou seja, por explorações nas quais a família participa da produção, definindo a agricultura familiar da seguinte forma:

A exploração familiar, tal como a concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração. (LAMARCHE, 1993, p. 15).

Lamarche (1993) ainda faz uma diferenciação entre a exploração camponesa e a exploração familiar, ressaltando que não se pode confundir esses dois modelos. Para ele o modelo camponês define-se a partir dos seguintes princípios:

- há inter-relação entre a organização da produção e as necessidades de consumo;
- o trabalho é familiar e não pode ser avaliado em termos de lucro, pois o custo objetivo do trabalho familiar não é quantificável;
- os objetivos da produção são os de produzir valores de uso e não valores de troca.

Assim definida, “a exploração camponesa é uma exploração familiar, sem dúvida alguma. [...] mas nem todas as explorações familiares são camponesas.” (LAMARCHE, 1993, p. 16), uma vez que estas primeiras podem tanto produzir para a venda quanto almejarem sua inserção no mercado econômico.

Seguindo essa abordagem teórica percebe-se que as explorações familiares agrícolas não constituem um grupo social homogêneo, ou seja, uma formação social que corresponda a uma classe social no sentido marxista do termo. A coexistência de diversos modelos de funcionamento demonstra que a exploração familiar não pode ser definida em um modo de produção específico, como é o caso da exploração camponesa ou da empresa de produção.

Lamarche (1993) assegura ainda que, se a exploração familiar está um pouco presente em toda parte do mundo, apesar das numerosas tormentas econômicas e políticas que ela teve de enfrentar, é sem dúvida graças à sua excepcional capacidade de adaptação. “A exploração familiar transforma-se, evolui, adapta-se em função de sua história e do contexto econômico, social e político no qual sobrevive”. (LAMARCHE, 1993, p. 23).

Assim, com base nesse breve panorama acerca da agricultura familiar, percebe-se que na literatura pesquisada o que há em comum entre as terminologias que tentam explicar a produção familiar no Brasil é a predominância do trabalho e gestão da família na produção agrícola, podendo também utilizar mão-de-obra de trabalhadores permanentes ou temporários. Logo, tem-se suporte para analisar a agricultura de pequeno porte existente em Solânea como agricultura familiar, uma vez que ela atende às características levantadas e se diferencia do modelo camponês por objetivar uma renda a mais, apesar das dificuldades, e valores de troca.

Como tratado nas linhas anteriores, a agricultura familiar no Brasil foi profundamente marcada pelas origens coloniais da economia e da sociedade brasileira, com três fortes características: a grande propriedade, as monoculturas de exportação e a escravatura. A fragilidade e a dependência social e política dos produtores do campo são reforçadas em toda parte por mentalidades forjadas pelas antigas relações do tipo senhor/escravo.

Pode-se afirmar então, de maneira geral, que a agricultura familiar nasceu no Brasil sob o signo da precariedade: precariedade jurídica, econômica e social de controle dos meios de trabalho e de produção e, especialmente, da terra; caráter extremamente rudimentar dos sistemas de cultura e das técnicas de produção; pobreza da população engajada nestas atividades, como demonstra a grande mobilidade espacial e a dependência ante a grande propriedade. (BRUMER, 1993, p. 180).

Aproximando-se da realidade paraibana, do mesmo modo que no Litoral, a agricultura familiar no Sertão e no Agreste desenvolveu-se inicialmente no interior do latifúndio e dele dependente. Sua expansão acha-se ali relacionada à expansão dos sistemas de parceria e arrendamento, formas de trabalho características da região (MOREIRA; TARGINO, 1997).

A agricultura familiar com a pequena produção de alimentos no Agreste, região onde se insere o município de estudo, conviveu com a cultura do algodão em todos os padrões de propriedade; retraiu-se aos limites das pequenas e médias unidades de produção durante o período áureo da agave. Sempre ocupou os poros da atividade monocultura. A fruticultura,

além do milho, do feijão, da mandioca, e, em algumas áreas, da horticultura, são as lavouras de maior importância.

É importante ressaltar que entre as Mesorregiões do estado, é no Agreste onde a agricultura familiar possui maior importância relativa tanto econômica como social. Com efeito, é nesta região onde se encontram os mais baixos índices de concentração fundiária da Paraíba. O menor índice de concentração de terras tem reflexo direto nos índices de concentração de renda: o índice de Gini⁸ da Paraíba em 2003 (0,460), estado que apresenta um dos menores índices de concentração fundiária da região, é o menor do Nordeste (0,547) e está abaixo do índice do Brasil (0,545). Solânea (0,410) apresenta ainda um índice abaixo da média paraibana (IBGE).

Como não há dados disponíveis do índice de Gini específico da Mesorregião agrestina, e nem exclusivamente do município de Solânea, pode-se extrapolar a análise desses dados e inferir que nessa região onde a concentração fundiária é menor, também a concentração de renda é diminuta.

Com certeza, o peso da pequena produção no contexto da organização do espaço agrestino foi um dos fatores responsáveis pelo adensamento populacional dessa região, em particular na zona rural (MOREIRA; TARGINO, 1997).

Neste próximo item será apresentado um panorama do desenvolvimento rural e suas políticas no Brasil para compreender como se deu a evolução da agricultura familiar nesse contexto e sua condição atual.

2.2 Desenvolvimento rural e modernização agrícola: o significado dos conceitos

Ao se falar em políticas de desenvolvimento rural encontra-se a dificuldade de não existir uma consolidada tradição de análise dessas políticas públicas no Brasil, havendo sim

⁸ Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).

um conjunto de expressões que são utilizadas como análogas, embora tenham distintos significados. Por tanto, faz-se necessário esclarecer.

Uma dessas expressões é *desenvolvimento agrícola* (ou agropecuário). Este estaria se referindo, exclusivamente, às condições da produção agrícola e/ou agropecuária e suas características, no sentido estritamente produtivo, identificando suas tendências em um dado período de tempo. Refere-se, portanto, à base propriamente material da produção agropecuária e suas facetas e evolução – por exemplo, área plantada, produtividade, formatos tecnológicos, economicidade, uso do trabalho como fator de produção, entre outros tantos aspectos produtivos (NAVARRO, 2001).

Outra expressão correlata é *desenvolvimento agrário*. Normalmente, são interpretações acerca do mundo rural em suas relações com a sociedade maior, em todas as suas dimensões, e não apenas a estrutura agrícola, ao longo de um dado período de tempo. Como são amplos painéis históricos sobre o mundo rural em um dado período, são comumente estudos macrossociais e pouca relevância é atribuída aos processos microssociais ou da vida cotidiana (NAVARRO, 2001).

Esses estudos têm em comum o fato de buscarem na evolução dos determinantes macro-estruturais e especialmente na dinâmica do capitalismo agrário do passado a interpretação do presente e, também, uma indicação das possibilidades do futuro, sob um enfoque histórico, englobando os determinantes sociais, políticos e econômico-estruturais de um determinado período

Já o desenvolvimento rural diferencia-se das anteriores por uma característica específica: trata-se de uma ação previamente articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças em um determinado ambiente rural. Em consequência, o Estado nacional, ou seus níveis sub-nacionais (estados, municípios), presume-se à frente de qualquer proposta de desenvolvimento rural (NAVARRO, 2001).

A definição do que seja, exatamente, desenvolvimento rural, em tais ações, tem variado ao longo do tempo, embora normalmente nenhuma das propostas deixe de destacar a melhoria do bem-estar das populações rurais como o objetivo final. As diferenças, portanto, surgem nas estratégias escolhidas, na hierarquização dos processos (prioridades) e nas ênfases metodológicas. Além disto, certamente tais diferenças são fundamentadas em leituras de

realidades (interpretações) distintas, o que aponta objetivos igualmente distintos, ou seja, a análise do que tenha sido exatamente o desenvolvimento agrário fundamentará leituras (e projetos) correspondentes de desenvolvimento rural.

O conceito de desenvolvimento rural, em consequência, altera-se ao longo do tempo, influenciado por diversas conjunturas e, principalmente, pelos novos condicionantes que o desenvolvimento mais geral da economia e da vida social gradualmente impõe às famílias e às atividades rurais. No entanto, é preciso esclarecer que este se trata muito mais do que o mero desenvolvimento agrícola ou agrário.

Abordando especificamente o desenvolvimento rural, a visão que guiou suas políticas durante várias décadas, em diversos países, nasceu nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial, especialmente a partir da década de 1950, e se estendeu até o final dos anos setenta, coincidindo com o período da Guerra Fria (NAVARRO, 2001).

Nesse longo período, sob o impacto do notável crescimento econômico da época, que materializou um padrão civilizatório dominante, revolucionando o modo de vida e os comportamentos sociais, a possibilidade do desenvolvimento alimentou esperanças e estimulou iniciativas diversas em todas as sociedades. Seria assim inevitável que o desenvolvimento rural, como sub-tema imediatamente derivado, fosse igualmente um dos grandes motores das políticas governamentais e dos interesses sociais.

Nesse contexto, uma nova compreensão de agricultura gradualmente tornou-se hegemônica em todo o mundo, não apenas no plano científico, mas tornada concreta nos diferentes sistemas agrícolas dos países que a ela aderiram. Alicerçada no que foi genericamente intitulado de revolução verde⁹, materializou-se de fato sob um padrão tecnológico o qual, onde foi implantado de forma significativa, rompeu radicalmente com o passado, pois praticamente impôs às famílias rurais as novas formas de racionalidade produtiva, mercantilizando gradualmente a vida social e, em lento processo histórico, quebrando com a relativa autonomia setorial que em outros tempos a agricultura teria experimentado (NAVARRO, 2001).

⁹ A partir de meados da década de 1960, vários países latino-americanos engajaram-se na chamada Revolução Verde, fundada basicamente em princípios de aumento da produtividade através do uso intensivo de insumos químicos, de variedades de alto rendimento melhoradas geneticamente, da irrigação e da mecanização.

Ora, se o meio rural sempre apresentou níveis de renda baixos, padrões de vida e de consumo restritos, processos produtivos menos intensivos em capital, pior remuneração nos empregos, acessibilidade reduzida a certos bens e serviços, difusão precária das novas tecnologias, limitada mobilidade social, cultura tradicional e conservadora, quando comparado ao meio urbano, nada mais lógico do que “desenvolvê-lo”, inseri-lo na lógica de maior produção para posterior divisão das benesses.

[...] o meio rural, seja nos países desenvolvidos, seja nos subdesenvolvidos, sempre aparece como o “parente pobre” do meio urbano, o âmbito em que os benefícios do desenvolvimento são menores ou inexistentes. [...] O rural, ainda mais o rural de um país considerado subdesenvolvido, como o Brasil, seria a representação paradigmática do atraso. (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 30).

A rede de discursos e práticas que consolida esse tipo de representação sobre o desenvolvimento, baseado exclusivamente na maior produtividade e crescimento econômico, repassa a idéia de um meio rural em persistente desvantagem, afetado por múltiplas deficiências, necessitado de ajuda e de um planejamento racional, que consiga incorporá-lo à trilha de desenvolvimento atingido pelo meio urbano e pelos países desenvolvidos. Com a disseminação de tal padrão na agricultura, desde então chamado de moderno, o mundo rural (e as atividades agrícolas, em particular) passou a subordinar-se, como mera peça dependente aos novos interesses, classes e formas de vida e de consumo, majoritariamente urbanas, que a expansão econômica do período ensejou, em graus variados nos diferentes países.

Somente a partir de meados da década de 1960, a agricultura brasileira inicia o processo de modernização, com a chamada revolução verde. Emergem, nessa década, com o processo de modernização da agricultura, novos objetivos e formas de exploração agrícola originando transformações tanto na pecuária, quanto na agricultura. Como conseqüências do processo são apontados, além da acirrada concorrência no que diz respeito à produção, os efeitos sociais e econômicos sofridos pela população envolvida com atividades rurais.

No Brasil, por exemplo, já nos anos setenta do século XX e sob a condução dos governos militares, um conjunto de programas foi implementado nas regiões mais pobres, no Nordeste em particular, sob a égide do desenvolvimento rural. Em tal contexto, a transformação social e econômica e a melhoria do bem-estar das populações rurais mais pobres foram entendidas como o resultado natural do processo de mudança produtiva na

agricultura. Este último foi então meramente identificado como a absorção das novas tecnologias do padrão tecnológico então difundido, acarretando aumentos da produção e da produtividade e, assim, uma suposta e virtuosa associação com aumentos de renda familiar e, portanto, desenvolvimento rural.

Montenegro Gómez (2006, p. 22) qualificou esse dito desenvolvimento rural como “expansão e aprofundamento da lógica de mercado, progresso material medido pelo consumo, crescimento econômico como pré-condição para o desenvolvimento e homogeneização e mercantilização da cultura”.

Já no final dos anos setenta do século XX os insatisfatórios resultados das propostas de desenvolvimento rural implementadas em diferentes países, demonstravam a necessidade de mudança nos paradigmas até então seguidos, particularmente em relação à redução da pobreza rural, que pouco se modificou. O Estado passava a legar a responsabilidade do desenvolvimento rural à regulação mercantil.

A partir dos anos oitenta do século XX, políticas inspiradas no enfoque que posteriormente seria rotulado de neoliberalismo, enfraquecendo fortemente o papel do Estado na condução eficaz de suas políticas, retirariam o desenvolvimento rural da cena de discussões. No entanto, por essa breve análise, pode-se notar que mesmo nos momentos em que se pretendia colocar o desenvolvimento rural na pauta de grandes discussões, na verdade o que se discutiam, e implementavam, eram políticas de desenvolvimento agrícola ou agrário.

Nessas políticas valorizam-se e custeiam-se medidas para o aumento da produtividade, geralmente por meio da mecanização e utilização de insumos químicos, esperando que o verdadeiro desenvolvimento rural, no qual está inserida a noção de melhoria da qualidade de vida da população aí existente, aconteça por acréscimo, tendo-se sim uma modernização agrícola.

Quando se fala em modernização da agricultura, diferentes autores abordaram as atividades econômicas, ou seja, as grandes marcas dessas fases, evidenciando que a produção serve como instrumento de transformação do espaço que trouxe ora prosperidade, ora decadência.

A agricultura precisou reestruturar-se para elevar sua produtividade, não se preocupando com a questão dos recursos naturais. O que se tinha como meta era produzir de

forma que o retorno fosse o maior e o mais rápido possível. O modelo agrícola adotado nas décadas de 1960-70 era voltado ao consumo de capital e tecnologia externa: grupos especializados passavam a fornecer insumos, desde máquinas, sementes, adubos, agrotóxicos e fertilizantes. A opção de aquisição era facilitada pelo acesso ao crédito rural, determinando o endividamento e a dependência dos agricultores.

A expansão da agricultura moderna ocorre concomitante a constituição do complexo agroindustrial, modernizando a base técnica dos meios de produção, alterando as formas de produção agrícola e gerando efeitos sobre o meio ambiente. As transformações no campo ocorrem, porém, heterogeneamente, pois as políticas de desenvolvimento rural, inspiradas na modernização da agricultura, são cheias de desigualdades e privilégios.

A modernização ocorreu de maneira parcial, no sentido de atingir alguns produtos, em algumas regiões, beneficiando alguns produtores e algumas fases do ciclo produtivo (GRAZIANO DA SILVA, 1985). Dessa forma, não só aumentou a dependência da agricultura com relação a outros setores da economia, principalmente o industrial e o financeiro, como o grau de desequilíbrio social e o impacto da atividade agrícola sobre condições ambientais.

Santos (2000, p. 89) complementa: “[...] a agricultura científica, moderna e globalizada acaba por atribuir aos agricultores modernos a velha condição de servos da gleba. É atender a tais imperativos ou sair”. Nesse novo mundo moderno não há espaço para pequena produção, ou se produz muito para ter preços competitivos no mercado, ou vende-se as terras para quem possa fazê-lo.

Nesse contexto, a modernização agrícola apresenta objetivos que não levam, necessariamente, ao desenvolvimento¹⁰ rural, entendido como aquele que eleva a qualidade de vida de seus moradores. Ou seja, a modernização indica a capacidade que um sistema social tem de produzir a modernidade, e o desenvolvimento se refere à vontade dos diferentes atores sociais (ou políticos) de transformar a sua sociedade (ALMEIDA, 1997).

¹⁰ Sobre o conceito de desenvolvimento Balsan (2006, p. 128) explica que “[...] desenvolvimento tem conotações muito mais amplas que crescimento, que implica, pura e simplesmente, no aumento físico da produção ou do rendimento em uma economia”. A autora deixa claro que para que se promova o desenvolvimento rural certos aspectos são indispensáveis, entre eles: tecnologia moderna, apoio infraestrutural e melhoria do bem estar.

O conteúdo ideológico da modernização da agricultura, de acordo com Almeida (1997), incorpora quatro elementos ou noções:

[...] (a) a noção de crescimento (ou de fim da estagnação e do atraso), ou seja, a idéia de desenvolvimento econômico e político; (b) a noção de abertura (ou do fim da autonomia) técnica, econômica e cultural, com o conseqüente aumento da heteronomia; (c) a noção de especialização (ou do fim da polivalência), associada ao triplo movimento de especialização da produção, da dependência à montante e à jusante da produção agrícola e a inter-relação com a sociedade global; e (d) o aparecimento de um tipo de agricultor, individualista, competitivo e questionando a concepção orgânica de vida social da mentalidade tradicional. (ALMEIDA, 1997, p. 39).

Nesse contexto, Graziano Neto (1982) alega que

Normalmente quando se fala em modernização da agricultura pensa-se apenas nas modificações ocorridas na base técnica de produção, na substituição das técnicas agrícolas substituídas por técnicas ‘modernas’ [...] Modernização, porém, significa mais que isso. Ao mesmo tempo que vai ocorrendo aquele processo técnico da agricultura, vai-se modificando também a organização da produção, que diz respeito às relações sociais (e não técnicas) de produção. (GRAZIANO NETO, 1982, p. 26).

Assim, alguns impactos causados pela modernização da agricultura foram, além da instituição do agronegócio: êxodo rural, diferenças estruturais, processo de especialização, concentração fundiária, concentração de renda, exploração da mão-de-obra, problemas ambientais, entre outros. Na região Nordeste a intensificação da sazonalidade do emprego pela introdução do uso de fertilizantes químicos e do aumento da mecanização foi realmente marcante.

2.3 Os impactos da modernização agrícola no meio paraibano

No Brasil, a implantação da indústria pesada entre 1955 e 1961, a consolidação do Complexo Agroindustrial, a criação de um Sistema de Crédito Nacional, a intensificação do processo de urbanização e a ação do Estado através da implementação de políticas agrícolas destinadas a favorecer e incentivar a aquisição dos produtos da indústria pelos produtores rurais (sobretudo os médios e grandes) constituíram a mola mestra da modernização conservadora da agricultura. Do ponto de vista tecnológico, essa modernização apoiou-se em dois elementos básicos: a quimificação e a mecanização, como visto nas linhas anteriores.

Essa incorporação do progresso técnico propiciado pelo processo de modernização da agricultura se processou, porém, de forma espacialmente desigual. Ela foi bem mais intensa no Centro-Sul do país do que nas regiões Norte e Nordeste.

[...] na Paraíba existiam em 1980 menos de 1,0% do total nacional de tratores. Considerando-se o uso de trator como o principal elemento da mecanização da agricultura brasileira, este dado referente à Paraíba pressupõe um processo de modernização bastante modesto. (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 198-199).

Mesmo com essa disparidade quando comparado ao Centro-Sul, no estado paraibano o advento do sistema Usina e a sua posterior consolidação, principalmente a partir da década de 1950, trouxeram mudanças substanciais tanto na base técnica quanto nas relações sociais, implicando em transformações significativas na organização e estruturação do espaço agrário litorâneo. Pode-se dar como exemplo a transformação dos lavradores em trabalhadores assalariados da cana; o surgimento da figura do fornecedor de cana, havendo assim a alienação do trabalho, ou seja, o agricultor não tem mais contato direto com o produto final; a intensificação da sazonalidade do emprego, pela introdução de fertilizantes químicos e do aumento da mecanização; e a substituição do Senhor de Engenho pelo usineiro, um “homem da cidade” (MOREIRA; TARGINO, 1997). Tais transformações irão se aprofundar com o advento do Proálcool na década de 1980.

Enquanto no litoral a cana-de-açúcar foi um dos principais atores no processo de estruturação do espaço agrário, no interior esse papel foi desempenhado pelo algodão e pelo gado, como visto anteriormente.

Depois daquele primeiro momento de “abertura” do espaço interiorano à exploração econômica, outro marco do processo de modernização da pecuária estadual foi a expansão da atividade criatória na década de 1970. Para sua efetivação, ela contou com o crédito subsidiado, com juros muito baixos e um longo período de carência (três anos). O Banco do Brasil, o Banco do Nordeste e o Banco do Estado da Paraíba, foram os principais agentes da política de crédito e de financiamento da pecuária no estado (MOREIRA; TARGINO, 1997).

Essa expansão, caracterizada como “fenômeno da pecuarização”, foi mais forte no Agreste do que no Sertão. A transformação das terras consagradas à policultura alimentar em áreas de pasto rompeu com a forma de convivência tradicional entre agricultura e pecuária, que caracterizou historicamente os diversos espaços agrestinos. Essa mudança acarretou a

liberação/expulsão de trabalhadores, parceiros e arrendatários, gerando conflitos e intensificando o êxodo rural. Além dos impactos sobre as relações de trabalho e a mobilidade da população, os efeitos da pecuarização também se fizeram sentir sobre a vegetação da caatinga. Houve um intenso processo de destruição da vegetação natural para dar lugar aos pastos plantados.

Nesse período, o criatório ampliou suas fronteiras no interior do semi-árido e do Agreste, expandiu-se pelo Brejo e alcançou o Litoral. A partir dos anos 1980 a redução dos incentivos fiscais e creditícios e os repetidos períodos de seca que afligiram o Estado contribuíram tanto para o arrefecimento da modernização da pecuária como para a atenuação do ritmo e da intensidade do processo de expansão desta atividade na Paraíba.

Se na década de 1980 os estímulos do Estado à pecuária fizeram-se menor, os incentivos fornecidos pelo governo Federal através do Proálcool permitiram a expansão da cana não só sobre os tabuleiros costeiros e encostas do Brejo, como sobre municípios do Agreste Baixo, do Agreste Ocidental e do Piemonte da Borborema. No entanto, esse programa trouxe vantagens a um grupo muito seletivo de pessoas, trazendo para a maioria da população paraibana mais prejuízos do que bonança.

O Proálcool foi responsável pela intensificação do processo de concentração da propriedade da terra, pelo crescimento da utilização do trabalho assalariado de mulheres e crianças, pela retração da produção de alimentos e pelo conseqüente aumento da fome, pela expulsão massiva da população rural, pela disseminação do trabalho semi-escravo e pelo agravamento das condições de trabalho e vida da classe trabalhadora. (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 120).

O que sobressai dessa análise é que a melhoria do padrão técnico, ou seja, a modernização agrícola, foi mais sentida na agropecuária nas áreas de tradição canavieira e nas de expansão recente de cana-de-açúcar situadas no Litoral e no Agreste (onde está inserido o município em estudo), isto é, nas áreas de maior atuação do Proálcool.

No que se refere ao desempenho da produção, percebe-se um forte recuo das lavouras alimentares tradicionais na década de 70 do século XX, com destaque para alguns aspectos: a produção de feijão, embora disseminada em todo o Estado, era mais concentrada nas Microrregiões agrestinas. Entre os municípios que se distinguiam como grandes produtores estava Solânea (MOREIRA; TARGINO, 1997).

Assim, pode-se notar que a dinâmica recente de produção de alimentos tradicionais na Paraíba reproduz o movimento secular de subordinação dessa produção ao processo de expansão e/ou retração das atividades que comandam a economia estadual, tais como as atividades canvieira e pecuária.

As médias e grandes propriedades são obrigadas a organizar suas atividades tendo em vista a obtenção do lucro, consequência da subordinação da agricultura ao capital. Daí voltar-se para aquelas atividades e culturas cuja rentabilidade seja sustentada pelo mercado ou pelas políticas governamentais. As culturas onde os riscos são maiores, como é o caso das culturas alimentares tradicionais, na Paraíba, são deixadas para a pequena produção. Aí, a organização familiar da produção tem maior elasticidade de absorção dos riscos climáticos e mercadológicos.

Ao subordinar-se às leis do lucro, a agricultura necessita aumentar a produtividade do trabalho, ou seja, ela necessita que cada trabalhador produza mais em menos tempo. Isso só é possível de obter-se aumentando a jornada e/ou intensificando o ritmo de trabalho das pessoas. Para tal, se faz necessário uma mudança nas relações técnicas de produção, o que leva a uma integração maior da agricultura com a indústria, seja como compradora de adubos, máquinas e defensivos agrícolas, seja como vendedora de matérias-primas.

É importante ressaltar também que a intensificação do processo de mecanização foi mais expressiva nas maiores que nas menores unidades de produção. Exemplo disso é que o crescimento do número de tratores nos estabelecimentos maiores de 200 ha foi equivalente a cerca de 60,0% do aumento observado para o conjunto do estado. Essa modernização desigual é responsável tanto pela acentuação das disparidades intra e extra-regionais, como pela intensificação da sazonalidade do trabalho agrícola, pelo agravamento do êxodo rural e por uma maior concentração da renda e da posse da terra.

Outro aspecto relevante das mudanças observadas no padrão técnico da agropecuária paraibana na década de 1970 refere-se à questão da irrigação (MOREIRA; TARGINO, 1997). Durante muito tempo, costumou-se atribuir às estiagens prolongadas o quadro de pobreza e atraso ao qual vive submetido o homem do campo no Nordeste.

[...] no discurso conservador das oligarquias rurais que sempre acumularam riqueza à custa da pobreza dos que labutam no campo, a seca – um fenômeno natural – passou a ser resposta fácil para um problema complexo e de múltiplas determinações, que envolve interesses sociais e econômicos conflitantes. (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 205-206).

No entanto, a dependência dos condicionantes naturais é inversamente proporcional ao desenvolvimento das forças produtivas. Quanto maior o desenvolvimento das forças produtivas, menor se torna a dependência da organização da produção ao meio físico. Capacidade de inovação tecnológica a modernização agrícola mostrou ter, evidenciando que o problema do Nordeste é muito mais político do que natural.

Por fim, pode-se dizer que os principais reflexos do processo de modernização agrícola, não só na Paraíba, mas em toda a região Nordeste, fazem-se sentir na estrutura fundiária, na composição do emprego e na dinâmica populacional, três fatores intimamente ligados.

O nível e a composição do emprego são resultantes de uma série de fatores, alguns atuando como estimuladores, outros como inibidores da utilização da força-de-trabalho na produção de bens agropecuários. A evolução das variáveis relacionadas com o mundo do trabalho rural está estreitamente vinculada à dinâmica da população rural. De um lado, a capacidade do setor primário de gerar emprego e renda constitui uma das condições fundamentais para a fixação do homem no campo e, de outro, algumas alterações nas relações sociais de produção pressupõem a expropriação/expulsão de parcela significativa da população rural.

A modernização da atividade agrícola e o crescimento das atividades urbanas têm provocado, nas últimas décadas, mudanças significativas na composição setorial do emprego no estado.

Observa-se ao longo da segunda metade do século XX a quebra da hegemonia das atividades primárias, tanto na geração da riqueza quanto na absorção da força-de-trabalho. Acontece a transição de uma sociedade rural para uma sociedade urbana, com todas as vantagens e problemas daí decorrentes. (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 251).

Na maioria dos casos, o declínio do poder de absorção do setor primário não corresponde ao fortalecimento da economia urbana dos municípios, o que permitiria incorporar o contingente de trabalhadores repellido pela atividade agropecuária. Logo, as cidades não têm capacidade para absorver toda a mão-de-obra vinda do meio rural, nem a sua própria demanda por emprego. Outro fator complicador é o falta de trabalhadores qualificados. As vagas de emprego existentes muitas vezes não são ocupadas devido a pouca qualificação da mão-de-obra.

O movimento ascendente do emprego feminino e infantil acusado pelas fontes de informação pode ser imputado, principalmente, tanto à emigração dos membros masculinos adultos da família, como à necessidade de ampliação da renda familiar, dado o baixo nível de remuneração da força de trabalho do chefe da família.

Assim, pode-se citar algumas conseqüências do processo de modernização da agricultura no estado paraibano:

- Tal processo concorreu para a pecuarização e para o fortalecimento da monocultura, tornando o setor primário estadual como que refém do gado e da cana.
- O crescimento da riqueza produzida não se deu concomitantemente com a sua distribuição, o que vale dizer que as condições de vida da população trabalhadora rural não foram melhoradas na mesma proporção.
- As relações de trabalho foram modernizadas. Isto é, foram quebradas as ligações do trabalhador com a terra, reduziu-se a parceria, o arrendamento e a morada. O trabalhador, para garantir sua sobrevivência, passa a depender apenas da venda de sua força-de-trabalho. O desenraizamento do trabalhador em relação à terra enquanto fonte de alimento (e, principalmente, de trabalho) leva-o à mudança de habitat, indo residir nas periferias urbanas. O que explica o intenso o êxodo rural desde a década de 1950 até 1980.
- Ao tempo em que o trabalho se apresenta “livre”, reduz-se o requerimento da força-de-trabalho por hectare explorado, em virtude das mudanças nas relações técnicas de produção.

Em suma, a disseminação do progresso técnico no processo produtivo agrícola da Paraíba levado a efeito pelo processo de modernização da agricultura, embora atenuado em relação ao Centro-Sul e arrefecido na década de 1980, teve repercussões tanto a nível da utilização dos solos quanto sobre o emprego rural e até mesmo sobre o meio físico. Isso porque a expansão do uso de máquinas, fertilizantes e defensivos químicos permitiu a expansão de certas atividades como a cana-de-açúcar em áreas até então consideradas impróprias ao seu cultivo. A irrigação, mesmo considerada ainda insuficiente, criou áreas agrícolas de exceção no Sertão, num exemplo de que a natureza pode ser adaptada pela ação do homem (MOREIRA; TARGINO, 1997).

O avanço da mecanização e das tecnologias físico-químicas ao aumentar a produtividade do trabalho, nas áreas onde essas mudanças foram mais incisivas, liberou mão-de-obra e contribuiu para acentuar o emprego sazonal e o êxodo rural.

A redução da população rural tanto em termos relativos quanto em termos absolutos é tida, historicamente, como uma das conseqüências do desenvolvimento capitalista da agricultura. A dominação do capital sobre a agricultura torna excedente uma parcela significativa dos trabalhadores rurais, em decorrência da elevação da composição orgânica do capital, das mudanças nas relações sociais de produção e das transformações no uso do solo requeridas pela sua metamorfose em mercadoria. Por outro lado, as áreas rurais cuja organização produtiva não sofreu o processo de mudança e permaneceu estagnada, em decorrência da sua estrutura fundiária e de fatores socioculturais, também passam a expulsar os acréscimos demográficos que não podem ser absorvidos produtivamente. Tais áreas são chamadas de “viveiros populacionais” (MOREIRA; TARGINO, 1997).

A atração exercida pela cidade, em particular sobre os jovens do campo, o desengano destes com o trabalho rural e o sonho de obter melhores condições de sobrevivência alimenta ainda mais o êxodo rural. Os fluxos migratórios procedentes do campo, destinam-se tanto a outros estados, quanto às cidades do próprio estado. O deslocamento de população da área rural para a urbana é um dos principais fatores explicativos para o crescimento expressivo das cidades paraibanas.

Fazendo-se uma comparação entre os Censos Demográficos da Paraíba de 1970 e 1980, período de maior intensidade da modernização agrícola, tem-se que nas cidades com população entre 20.000 e 60.000 habitantes, faixa em que se situa o município de Solânea, o êxodo rural passou de 13.458 pessoas em 1970 para 52.591 em 1980. Da mesma forma aumentou a migração das pequenas cidades em direção às grandes: de 40.740 pessoas em 1970, para 66.377 em 1980. Ao tomar-se a população migrante como um todo tem-se o crescimento de 54.222 pessoas em 1970 para 118.968 em 1980¹¹. Identifica-se assim que, não só as cidades exercem grande atração sobre o meio rural, como também a população das pequenas cidades é atraída pelas de maior porte.

Mas como foi visto, não se pode estabelecer uma relação direta entre êxodo rural e

¹¹ Fonte: FIBGE. Censos Demográficos da Paraíba, 1970 e 1980.

condicionamentos naturais restritivos à atividade agrícola, como muitos os faz. Embora se encontre áreas do semi-árido com elevados índices de expulsão da sua população rural, o fenômeno foi mais intenso e generalizado no Agreste e no Litoral, subunidades espaciais mais bem dotadas do estado do ponto de vista das condições edafo-climáticas. Ao contrário, na faixa central do Cariri, um das áreas mais secas da Paraíba, o êxodo rural foi de baixa intensidade. Desse modo, a seca não pode explicar, sozinha, a intensidade e a dimensão do fenômeno em análise.

As áreas de maior evasão populacional coincidiram com aquelas que, na década de 70 do século XX, sofreram em maior grau o processo de modernização conservadora da agricultura. Processo este materializado seja no avanço da cana-de-açúcar e/ou da pecuária, seja na expansão do assalariamento e na retração das relações de trabalho pré-capitalistas, seja ainda na elevação do grau de mecanização do processo produtivo, ou no aumento da concentração da propriedade fundiária.

Outro aspecto importante a ser considerado no estudo dos movimentos populacionais rurais refere-se às migrações sazonais. Na Paraíba, as migrações sazonais estão relacionadas à atividade canavieira e ao deslocamento de trabalhadores das regiões agrestina e sertaneja para se ocuparem da colheita da cana-de-açúcar na Zona da Mata seja na Paraíba, seja em estados vizinhos (MOREIRA; TARGINO, 1997).

Ainda acerca da dinâmica populacional do estado, vale notar que é expressiva a correspondência entre as áreas de maior densidade populacional, com as que combinam policultura alimentar e valores mais elevados da produção agrícola. Por outro lado, as áreas rurais menos povoadas correspondem àquelas cujas condições do meio apresentam-se mais restritivas à atividade agrícola (regiões de clima árido como o Cariri e o Seridó), ou ainda àquelas onde, paralelamente ao avanço do processo de pecuarização, foi muito intenso o desmantelamento da principal atividade agrícola, no caso, a cotonicultura, em decorrência da praga do Bicudo.

Portanto, uma análise mais conseqüente da dinâmica da população rural do estado deve levar em consideração as transformações recentes na organização da produção agropecuária, que respondem a uma crescente subordinação desta atividade à acumulação capitalista. Nesse contexto, as limitações do quadro natural atuam não apenas como fator de expulsão em momentos de ocorrência das estiagens prolongadas, mas também como fator que

tem concorrido para a reorientação das formas de utilização do solo e das relações de trabalho anteriormente vigentes. Reorientação que resulta em liberação de mão-de-obra do setor primário e na acentuação dos fluxos migratórios sazonais.

Visto as conseqüências, muitas vezes desastrosas, dessa modernização agrícola conservadora para o estado da Paraíba, os seus piores impactos foram para a agricultura familiar, como se verá nas linhas seguintes.

2.4 Agricultura familiar: conseqüências de uma modernização conservadora e potencialidades para o desenvolvimento rural

Para Graziano da Silva; Weid; Bianchini (2001) a única alternativa tecnológica apresentada pelo Estado para aumentar a produtividade das culturas de agricultura familiar é a sua modernização nos moldes da Revolução Verde, cujo “sucesso” para grande produção é apontado como demonstração da sua vantagem comparativa. No entanto, inúmeras experiências apontam para a inviabilidade desse modelo tecnológico para agricultura familiar. Há o grande custo dos insumos e a baixa capitalização da agricultura familiar, o que exigiria a existência de um sistema de créditos acessível e uma cobertura de riscos (ambientais e de mercado) que lhes dê segurança. O que não se verifica na realidade brasileira.

A visão de Lamarche (1993) condiz com as colocações de Graziano da Silva (1985). Ambos reconhecem que a agricultura familiar foi bastante afetada pelo caráter conservador da modernização agrícola: discriminatório, parcial e incompleto. Uma parcela importante da chamada pequena produção foi excluída do processo de modernização, conservando muitas de suas características tradicionais: a dependência em relação à grande propriedade, a precariedade do acesso aos meios de trabalho, a pobreza dos agricultores e sua extrema mobilidade espacial.

Por outro lado, os produtores familiares que se modernizaram, aderindo de forma indiscriminada às tecnologias impostas pelo novo modelo, continuam a assumir a propriedade fundiária e a dependência penosa e ambígua do trabalho assalariado, que se constitui geralmente de um ordenado pago à força de trabalho local e somente em alguns raríssimos casos indica uma mudança qualitativa do ponto de vista estrutural. Diante das dificuldades engendradas pelo êxodo em direção às cidades (falta de emprego, condições de vida precária

etc.), as unidades familiares passaram a ser vistas com a mera função de reter e abrigar uma população rural excedente. No entanto, estas representam um grande potencial.

Abramovay (1992) aponta que a produção rural de base familiar não é sinônimo de pequena produção e muito menos de campesinato, pois pela adoção de técnicas cada vez mais modernas no processo produtivo, a mão-de-obra torna-se cada vez menos utilizada. A partir disso, o autor defende que a transformação da agricultura no modo de produção capitalista não deve significar a superioridade da agricultura patronal ou da propriedade capitalista, mas sim o fortalecimento da agricultura familiar. Essa realidade é observável, segundo o autor, no espaço rural europeu e norte-americano, onde a agricultura familiar se apresenta como uma forma social reconhecida e legitimada, sendo reflexo do processo de modernização capitalista. Reconhecimento esse que ainda não se configura no meio rural brasileiro.

A partir dos anos 1970, o processo de modernização conservadora da agricultura embora mais atenuado na Paraíba do que em outros estados (sobretudo do Centro-Sul), foi responsável por mudanças profundas na base técnica e na organização da produção agropecuária, na distribuição da posse da terra, na dinâmica da população e do emprego rural, nas formas de organização e de luta da classe trabalhadora que redundaram numa nova reestruturação do espaço agrário estadual.

Apesar das modificações na organização agrária, constata-se que a agricultura familiar, constituída de pequenas áreas, continua expressiva no contexto da estrutura fundiária estadual. Em 1985, ela representava mais de 90% do total dos estabelecimentos agrícolas. Essa observação é de fundamental importância para a questão do emprego, já que essas propriedades têm absorvido mais de três quartos do pessoal ocupado no setor agropecuário paraibano. A agricultura familiar funciona como um freio ao processo de redução da força de trabalho rural que se poderia esperar com a modernização da atividade. A pequena propriedade do solo consegue reter parte do contingente populacional que tenderia a migrar (MOREIRA; TARGINO, 1997).

A importância do peso da agricultura familiar na absorção e retenção de mão-de-obra pode ser percebida também quando se constata que mesmo com o declínio do sisal e do algodão, culturas que representaram os maiores índices de ocupação homem/hectare entre as lavouras em 1980, não aconteceu a redução do emprego rural que se podia esperar na Paraíba.

Assim, a manutenção da capacidade de absorção da mão-de-obra pela pequena propriedade deve-se não só ao crescimento do seu número e da sua área, como também e, principalmente, ao fato dessas unidades produtivas não terem sido atingidas de modo substancial pelo processo de modernização.

No caso do trabalho familiar paraibano, este declinou em 87 municípios (50,9% do estado) situados tanto nas áreas produtoras de cana do Litoral e do Brejo como no Agreste (onde a pequena produção desempenha um papel relevante), na bacia leiteira de Campina Grande e em outras áreas do agreste, do Cariri e do Sertão da Paraíba. Sua participação no total do pessoal ocupado passou de 79,6% em 1970 para 69,8% em 1980. Os parceiros subordinados, por sua vez, reduziram-se em 90 municípios (52,6% do total), na sua grande maioria situados em áreas onde essa forma de trabalho é considerada tradicional como no Sertão, no Curimataú e no Agreste (MOREIRA; TARGINO, 1997).

A diminuição da força de trabalho familiar, bem como dos parceiros subordinados, dos arrendatários, dos moradores e agregados e dos pequenos proprietários observada na década de 1970, exprime com muita clareza a retração de formas e relações de trabalho que não se ajustam às novas necessidades de acumulação capitalista na agricultura.

Apesar de todas as mudanças observadas na organização agrária estadual nas décadas de 1970 e 1980, observou-se uma forte resistência das propriedades de agricultura familiar a submeterem-se ao processo de modernização da agricultura. Estas não perderam sua característica de grandes absorvedoras de mão-de-obra, contrapondo-se ao latifúndio que, ou ocupa uma reduzida mão-de-obra (quando dedicado à agropecuária), ou restringe sua capacidade de absorção a uma determinada fase do processo produtivo (quando dedicado a lavouras comerciais).

Nas pequenas propriedades, as inovações tecnológicas só foram parcialmente absorvidas. Ressaltam-se, particularmente, aquelas cuja introdução depende de uma escala mínima de produção e são mais onerosas, como a mecanização. Em 1980, do total de tratores e arados mecânicos utilizados no estado paraibano, apenas 15,9 % e 13,7%, respectivamente, pertenciam aos pequenos estabelecimentos. Em contrapartida, do total de estabelecimentos que utilizavam adubos químicos e defensivos agrícolas 80,1% e 85,8%, respectivamente, eram menores de 50 ha. O que vale dizer, que a tendência da tecnificação dos pequenos produtores da Paraíba, do mesmo modo que acontece para o conjunto do país, é de absorver

principalmente as tecnologias físico-químicas e, em grau muito menor, as tecnologias mecânicas (MOREIRA; TARGINO, 1997). Este dado é preocupante, uma vez que não existe controle e muito menos uma difusão das formas adequadas de utilização de agroquímicos, sobretudo nas unidades de agricultura familiar. E são exatamente estas que se responsabilizam pelo grosso da produção de alimentos que é consumido pela população. Hoje, cerca de 60% dos alimentos consumidos no Brasil são produzidos pela agricultura familiar, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário¹².

Para Soares (2000) e Maluf (2003) a agricultura familiar assume grande importância na segurança alimentar da família e da sociedade. Além disso, contribui também para a preservação dos recursos naturais, ao utilizarem formas menos agressivas de produção, e para a reprodução socioeconômica e cultural das famílias rurais. Os autores ressaltam ainda que parte da insegurança alimentar do Brasil provém da inviabilização da agricultura familiar. Dessa forma, Soares salienta que “[...] o descaso histórico com esse setor da agricultura, seja através da falta de financiamento, ou da falta de infra-estrutura de produção e comercialização, ou da ausência de políticas públicas de saúde e educação, leva à saída acelerada de agricultores do campo para a cidade.” (SOARES, 2004, p. 44).

É estratégico o papel desempenhado pela agricultura familiar para a segurança alimentar. Tanto pelo lado da produção de alimentos quanto pelo efeito distribuidor de renda desse setor da agricultura, criando condições para o acesso ao alimento. Ao se elaborar e executar políticas públicas, inclusive a política comercial, deve-se levar em conta esta função.

No entanto, não raramente, a segurança alimentar é negligenciada. No caso paraibano, o tripé da produção semi-árida constituído pelo gado-algodão-culturas alimentares, o último elo era, e continua sendo, o mais frágil. Com efeito, por ocasião das secas periódicas, quem mais sofre é a produção alimentar. O algodão mocó, cultura de longo ciclo cultivado em grande quantidade no passado, tinha melhores condições de resistência. Daí o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) afirmar que a seca, além de um desastre econômico, era, antes de mais nada, um desastre social, pois afetava mais fortemente as reservas alimentares da população (MOREIRA; TARGINO, 1997).

¹² Dados disponíveis no sítio do MDA em agosto de 2009, disponível em: www.mda.org.br.

Além desse importante papel relacionado à segurança alimentar, Soares (2000) ressalta que o reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura familiar pode significar que seu tratamento não deve ser unicamente comercial ou de mercado. A introdução do conceito de multifuncionalidade da agricultura em 1992, na Europa, reforça o papel da agricultura frente aos grandes desafios do mundo rural: preservação da população, do ambiente e das paisagens rurais, geração de renda e emprego, ligação com os consumidores e acolhimento das populações urbanas.

Ao conceito de multifuncionalidade da agricultura opõe-se a ideia de que a agricultura é apenas uma atividade exclusivamente produtora de bens alimentares, o que leva a considerar também outras funções, sendo apresentadas cinco novas funções estratégicas do espaço rural para eventuais políticas de desenvolvimento rural:

- Função alimentar e econômica
- Função social
- Função ambiental e de manutenção da biodiversidade
- Função estética
- Função recreativa e pedagógica

Logo, o rural deixa de ter apenas a função de produção de alimentos e matérias-primas (abordagem setorial) e passa a ter também a função de construção da cidadania moderna. Se o meio rural for apenas a expansão, sempre minguada, do que vai restando das ocupações urbanas, ele se credencia, no máximo, a receber políticas sociais que compensem sua inevitável decadência e pobreza. Se, ao contrário, essas áreas tiverem a capacidade de preencher funções necessárias a seus próprios habitantes e também às cidades – mas que estas próprias não podem produzir – então a noção de desenvolvimento poderá ser aplicada ao meio rural.

A agricultura familiar provê um conjunto de serviços e bens públicos, tangíveis e intangíveis de elevado valor para a sociedade em geral. “Os meros instrumentos de mercado não são suficientes para dar conta da complexidade do desenvolvimento da agricultura familiar em seus diversos aspectos.” (SOARES, 2000, p. 44-47).

E os agricultores reconhecem esse fato. Em pesquisa realizada por Lamarche (1993) a maioria deles afirma que o Estado tem um papel a desempenhar na agricultura e julga até que

sua intervenção é insuficiente.

O Estado é visto como algo distante e inacessível. As instituições oficiais se fazem presentes particularmente pelos serviços de assistência técnica que prestam. Para os agricultores, tais serviços representam o governo, pois é preciso passar por eles para se obter recursos oficiais destinados aos projetos especiais e à agricultura familiar. Contudo, este apoio está longe de atender aos menores, pois é muitas vezes desviado de seus objetivos iniciais. Por outro lado, o acesso a tais programas passa freqüentemente pela mediação de políticos ligados à oligarquia local. Nesse caso, o clientelismo impõe-se como a relação predominante entre os agricultores e o Estado.

Apesar dessa triste realidade, no conjunto, verifica-se que a identidade do agricultor familiar brasileiro está ainda em construção, e, mesmo que de forma tímida, se constrói a partir da convicção de que o agricultor constitui uma categoria social particular, ocupando um lugar específico na sociedade brasileira, diferente ao mesmo tempo dos grandes proprietários e empreendedores e dos trabalhadores assalariados. Passam a reconhecer sua importância no cenário produtivo nacional, não mais como um contingente populacional excedente, atrasado, mas como peça fundamental da produção agrícola e da segurança alimentar do país.

Além da referência à ética trabalhista, os agricultores reivindicam sua legitimidade social em nome de sua contribuição ao desenvolvimento nacional. Por essa razão, os exploradores familiares declaram-se conscientes, em ampla maioria, do papel importante que têm desempenhado no desenvolvimento do país. “Alguns crêm também que este papel continuará muito significativo no futuro (ainda que em menor proporção)” (LAMARCHE, 1993, p. 220). Infelizmente, essa legitimidade dos agricultores familiares está longe de ser socialmente reconhecida.

A partir da heterogeneidade da agricultura familiar e da multiplicidade de relações que esses grupos estabelecem na ordem socioespacial, concorda-se com Saquet (2006) quando afirma que pensar o campo ou rural, em si mesmo, é apreendê-lo de maneira bastante limitada, dadas as múltiplas relações que o espaço agrário mantém com o espaço urbano e vice-versa, mesmo porque o campo rompe barreiras espaciais à medida que o agricultor familiar não fica limitado à sua propriedade. “Dessa forma, é necessária uma reflexão que contemple os aspectos do movimento e das trocas entre o campo e a cidade.” (VENÂNCIO, 2008, p.57).

Quando se trata dessa dicotomia entre rural e urbano há críticas severas. Veiga (2002) coloca os problemas da classificação de espaço rural e espaço urbano no Brasil. Nessa classificação, que não faz qualquer referência às funções dos diferentes espaços, o espaço rural corresponde àquilo que não é urbano, sendo definido a partir de carências e não de suas próprias características. Além disso, o rural, assim como o urbano, é definido pelo arbítrio dos poderes municipais, o que, muitas vezes, é influenciado por seus interesses fiscais.

Veiga (2002) chama a atenção para o fato de que este critério leva a classificar como área urbana sedes de municípios muito pequenas, algumas com população inferior a 2.000 habitantes, o que seria ainda pior no caso de algumas sedes distritais. Tal distorção levaria a denominar de cidade o que na realidade seriam aldeias, povoados e vilas, resultando numa supervalorização do grau de urbanização. Ele sugere o uso combinado de três critérios para evitar a ilusão imposta pela atual norma legal, sendo eles: o tamanho populacional do município, sua densidade demográfica e sua localização. Essa discussão poderia ser um passo para romper com a visão dicotômica entre rural e urbano, bem como a do primeiro ser sinônimo de atraso e pobreza.

Mas voltando à análise da agricultura familiar, nesta pesquisa tal conceito será utilizado com base nas definições e argumentações de autores como Lamarche (1993), Graziano da Silva (1985), Abramovay (1999), Soares (2001) e Saquet (2006) que, apesar de terem opiniões divergentes quanto à natureza da agricultura familiar, trazem em comum uma visão ampla acerca do tema, considerando as especificidades e potencialidades da agricultura familiar no contexto do desenvolvimento rural.

Com base nas características típicas da agricultura familiar, como um relacionamento mais direto com a terra e os meios de produção, a possibilidade da pluriatividade, a maior autonomia dos agricultores, entre outros, aliadas a multifuncionalidade do espaço rural, pode-se apontá-la como uma alternativa ao desenvolvimento rural mais harmônico, entendido como aquele que valoriza além do crescimento econômico, também a qualidade de vida da população rural, os fatores sociais. Assim, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) afirma que o desenvolvimento harmônico do meio rural se traduz em crescimento e geração de riquezas em função de dois propósitos superiores:

- a coesão social, como expressão de sociedades nas quais prevaleça a equidade, o respeito à diversidade, à solidariedade, à justiça social, o sentimento de pertencimento e inclusão; e

- a coesão territorial como expressão de espaços, recursos, sociedades e instituições imersas em regiões, nações ou espaços supranacionais, que os definem como entidades cultural, política e socialmente integradas. (MDA/SDT, 2005, p. 21).

Depois de alguns anos de “esquecimento” (durante a década de 1980), os debates sobre o desenvolvimento ressurgem a partir de meados da década de 1990. Até então o cunho dos programas de desenvolvimento estavam basicamente atrelados a aspectos econômicos, com um viés fortemente relacionado à questão produtiva. A partir da última década os programas de desenvolvimento passaram a dar relativa importância para aspectos sociais, apresentando aparentemente preocupação com a qualidade de vida, orientação inspirada nas diretrizes elaboradas pelas instituições internacionais de fomento ao desenvolvimento. Essa mudança de tensão do econômico para o social (prevalecendo a hegemonia do econômico) pode estar relacionada com os graves problemas sociais que os países ditos desenvolvidos vem enfrentando nos últimos anos, principalmente relacionados ao fluxo migratório crescente de pessoas dos países subdesenvolvidos para os países da União Européia e Estados Unidos da América. Assim como as consequências do êxodo rural para o meio urbano despertou a preocupação em relação aos problemas da agricultura familiar quanto aos modelos de desenvolvimento até então apresentados (FIALHO; WAQUIL, 2008).

Com base em questões como as acima levantadas, na década de 1990 foram criadas algumas políticas públicas, dentre elas o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), cujo objetivo era o fortalecimento da agricultura familiar, tendo como fatores principais de motivação: a crescente necessidade de intervenção estatal frente ao quadro de ampla exclusão social e o fortalecimento dos movimentos sociais rurais. O crescimento da miséria, da violência e da insegurança nas grandes cidades fez com que também ampliasse o apoio da sociedade urbana às políticas de valorização do meio rural.

Não se trata de repensar o desenvolvimento pelo simples sentimento de bondade e justiça, de incluir uma parcela da população que historicamente foi marginalizada, mas de garantir as condições futuras de funcionamento da engrenagem econômica. Neste quadro de mudanças rápidas, profundas e inéditas da chamada “globalização”, desenvolvimento e desenvolvimento rural reapareceram gradualmente no teatro dos debates e das disputas sociais, agora em escala global.

Ao se falar em uma “nova abordagem” do desenvolvimento rural, a primeira questão a esclarecer é o fato dele não se resumir ao crescimento agrícola. O desenvolvimento rural é um

conceito espacial e multissetorial, e a agricultura faz parte dele, assim, tem-se uma visão multifuncional do meio rural. Não há a ilusão de que este modelo de desenvolvimento irá resolver todos os problemas do campo brasileiro, até porque traduzir esta nova idealização de desenvolvimento em “crescimento” e “geração de riqueza” leva a inferir que de novo há vários elementos, mas que os objetivos talvez ainda sejam os mesmos ou que os caminhos para a conquista sejam outros, mas os parâmetros para identificar uma sociedade como desenvolvida sejam os mesmos que eram (ou são) criticados em outras concepções de desenvolvimento. No entanto há pelo menos a perspectiva de melhorar a qualidade de vida dos produtores familiares, ou de colocá-los em plano de análise.

Exemplo desta reestruturação pode ser ilustrado pela segmentação de um ministério que anteriormente tratava das questões relacionadas à agricultura e pecuária e atualmente é composto pelos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Desenvolvimento Agrário (MDA). O primeiro (MAPA) tendo por missão “promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira”, e o segundo (MDA), tendo como área de competência assuntos relacionados à reforma agrária; promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares; e identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos.

De acordo com o documento “Diretrizes para o Desenvolvimento Rural Sustentável”, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), cabe à agricultura familiar exercer um papel central no novo projeto de desenvolvimento do país por meio da geração de trabalho e renda, assegurando dinamismo para as economias locais e, conseqüentemente, garantir um desenvolvimento equilibrado entre municípios e regiões (MDA/CONDRAF, 2006).

Para isso faz-se necessário rever as funções da agricultura familiar, incluindo: a) a geração de renda de forma desconcentrada; b) a criação de ocupações produtivas nos setores situados à jusante e à montante da propriedade agrícola, quer dizer, gerar empregos rurais não-agrícolas; c) garantir suficiência, qualidade, diversificação e continuidade a uma política agrícola de segurança alimentar; d) continuar gerando divisas para o país; e) reduzir migração campo-cidade e das cidades pequenas para as grandes, redesenhando as relações cidade através de novas configurações rurais-urbanas; f) apoiar a retomada do processo de desenvolvimento; g) contribuir para uma maior competitividade da economia nacional; h)

maximizar o uso racional dos fatores ambientais; h) contribuir para reduzir as desigualdades espaciais e sociais; i) articular-se com os outros setores da economia (LAGES, 1998).

A agricultura familiar, ao fixar as famílias rurais no campo, evitando que estas migrem para as cidades, pode servir como vetor de ocupação do território contra os vazios demográficos deixados pela modernização agrícola “sem homens”, que fez até da Amazônia brasileira uma região precocemente urbana. Nesse contexto é possível imaginar o apoio à agricultura familiar como estratégia para pensar novas configurações espaciais rurais-urbanas, através de um novo modelo de desenvolvimento que articule, ao invés de separar, os espaços rural e urbano.

Multiplicando-se as experiências de desenvolvimento rural apoiadas na agricultura familiar, amplia-se o impacto do chamado choque distributivo, permitido pela melhor distribuição de renda no campo. No caso brasileiro, onde as condições de vida da população do campo são muito precárias, estes benefícios advindos do apoio à agricultura familiar resultaria, ao lado do processo de alfabetização e dos programas de saúde, na ampliação da cidadania no meio rural.

De acordo com Janvry e Sadoulet (2000), observou-se na última década o surgimento de uma nova geração de iniciativas de desenvolvimento rural na América Latina. Nessas novas iniciativas um papel importante é reservado às famílias, que têm certo controle sobre uma ampla variedade de ativos privados e os usam em um contexto que inclui uma ampla estrutura econômica. As famílias escolhem as estratégias que maximizam a sua renda e o seu bem-estar geral. Quando os programas de desenvolvimento rural aprovacionam o bem-estar das famílias rurais, eles incluem intervenções que podem afetar as posições de ativos, seu contexto ou a provisão direta de necessidades básicas.

Os autores apontam algumas características das famílias rurais que determinam a lógica da nova abordagem do desenvolvimento rural (JANVRY ; SADOULET ,2000):

- As famílias são caracterizadas por um elevado grau de heterogeneidade na forma como controlam os seus ativos e os contextos onde eles dão valor econômico para esses. Como consequência, as famílias seguem uma ampla variedade de estratégias de renda que necessitam ser acomodadas pelas intervenções de desenvolvimento rural. As famílias tipicamente escolhem estratégias que envolvem pluratividade, combinando

fontes de renda que cortam os setores econômicos, mas que são integrados através da dimensão geográfica onde as estratégias ocorrem.

- Existem complementaridades no uso dos ativos que possuem. Como consequência, o retorno de qualquer ativo depende amplamente da carteira total de ativos que elas controlam, das instituições, dos bens públicos e do contexto onde operam. Isso implica que as intervenções de desenvolvimento rural necessitam também considerar a complementaridade dos ativos para assegurar o seu efeito positivo total.
- Famílias e organizações locais controlam a informação que é privada ou somente localmente pública. Como consequência, os agentes externos à comunidade não têm acesso direto a essa informação, necessitando, portanto, de intermediários para acessá-la. As instituições locais, eventualmente integradas com organizações nacionais e instituições internacionais, têm, dessa forma, um papel importante na aplicabilidade da nova abordagem para o desenvolvimento rural.
- As famílias se engajam em estratégias que podem ser individuais e coletivas. A dimensão coletiva dessas estratégias pode vir do acesso comum a recursos, mas vem principalmente de questões que tratam de economias de escala, poder de mercado e advocacia política que pode ser alcançada através de associações.

Essas características das estratégias de renda da família ditam uma variedade de características da nova abordagem para o desenvolvimento rural que faz com que esta difira do desenvolvimento rural setorizado, baseado na modernização agrícola.

Assim, são apontadas algumas características dessa nova abordagem, como (JANVRY; SADOULET, 2000):

- a) Coordenação nacional: para evitar contradições e replicações, uma iniciativa particular de desenvolvimento rural necessita ser coordenada por um processo amplo de realizações de políticas com outros programas de desenvolvimento rural e com iniciativas originadas no setor privado. A coordenação torna-se tão mais importante quando as dimensões dos novos programas de desenvolvimento rural tornam-se mais flexíveis para acomodar as heterogeneidades e as complementaridades, extrapolando o foco agrícola do desenvolvimento rural integrado.
- b) Complementaridade e territorialidade: grandes avanços têm sido empreendidos para descentralizar atividades seguindo o princípio da complementaridade. Para atividades que implicam economias de escala e externalidades regionais, a descentralização

ótima se dá em nível regional. Para muitas outras atividades, essa se dá em nível municipal. Esses níveis de descentralização, em princípio, permitem um melhor atendimento à especificidade da população-alvo e tomam a abordagem territorial para o desenvolvimento rural que transcende a abordagem setorial e, portanto, acomodam a heterogeneidade e a pluratividade.

- c) Abordagem demanda-dirigida: devido à heterogeneidade (em ativos e contextos) e a informação privada, as famílias e as comunidades são as melhores fontes para identificar os componentes dos programas de desenvolvimento rural dos quais as mesmas podem derivar o máximo retorno. Por essa razão, a “nova“ abordagem dos programas de desenvolvimento rural tipicamente é organizada com o intuito de responder às demandas por programas de assistência, com as demandas se originando das famílias, das organizações populares e municipalidades.
- d) Base em organizações locais: novas abordagens são focadas, conseqüentemente, sobre o fortalecimento das organizações populares e dos governos municipais, e contam com eles como agentes de definição e de implementação de programas.

Conforme as “Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil,”

O desenvolvimento rural deve ser concebido num quadro territorial, muito mais que setorial: nosso desafio será cada vez menos como integrar o agricultor à indústria e, cada vez mais, como criar as condições para que uma população valorize um certo território num conjunto muito variado de atividades e de mercados. (MDA/SDT, 2005, p. 04).

Esta concepção de desenvolvimento vem atrelada à noção de território, objetivando valorizar outros aspectos além do econômico, já que a sobrevivência num sistema econômico competitivo pode acarretar um processo seletivo de conseqüências maiores e mais drásticas para aqueles que não trazem intrinsecamente a racionalidade capitalista.

Para o território e seus habitantes, tanto urbanos como rurais, o espaço rural, pelo seu caráter multifuncional, pode contribuir para o desenvolvimento por meio da preservação e valorização da vida e dos recursos naturais, da biodiversidade local-rural ou para a melhoria da qualidade de vida da população. É pela integração das suas diversas funções que o rural

consegue a sua sustentabilidade. Assim, o rural torna-se um fator chave para o desenvolvimento territorial e tem um papel específico e essencial para o desenvolvimento através da geração de emprego e renda, na produção de bens locais e na gestão do espaço.

No entanto, algumas dificuldades ainda são enfrentadas por essas iniciativas baseadas na “nova” abordagem do desenvolvimento rural, como a própria coordenação nacional e a implementação de uma abordagem territorial que integre os vários setores. Outro desafio é a heterogeneidade de situações, o que dificulta o estabelecimento de um programa de desenvolvimento rural nacional, fazendo-se necessária uma atuação de caráter mais local.

A recente condensação de demandas sociais centradas em torno da noção de agricultura familiar igualmente tem reforçado esta tendência de reivindicar novos padrões de desenvolvimento rural que incluam mecanismos de repercussão local. A utilização desta noção, no Brasil, também esbarra em outro entrave, que se refere a uma premissa sobre a qual se sustenta. Esta última argumenta que os “atores locais” já estão devidamente preparados para o desempenho de ações locais (ou, quando muito, podem organizar-se rapidamente, se estimulados nesta direção). Mas será que essa visão de um desenvolvimento puramente endógeno se concretiza? Estaria realmente o povo brasileiro, ou mais especificamente os produtores rurais, dotados de todas as prerrogativas para alavancarem sozinhos o desenvolvimento?

Talvez um dos caminhos para dotar essa população das prerrogativas necessárias ao desenvolvimento seja a capacitação e qualificação dos segmentos menos inseridos, conseqüentemente os maiores interessados, no debate sobre os caminhos ou direcionamento que as políticas de desenvolvimento rural tomarão.

Como foi visto até aqui, a nova proposta de desenvolvimento rural, que busca uma maior inserção dos agricultores familiares, ou ao menos a melhoria da qualidade de vida destes, sempre remete a um desenvolvimento territorial e à participação, comprometimento, articulação da comunidade como promotora deste. Então, é acerca desses temas que discorrerão as próximas linhas, buscando respostas nos conceitos de capital social e desenvolvimento territorial.

3 CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: uma abordagem teórico-conceitual

Prá viver no semi-árido tem que ter coragem e firmeza
Que a seca é um fenômeno que vem com toda certeza
E nós devemos respeita o poder da natureza.

O sabiá do sertão faz coisa que me comove
Passa três meses cantando e sem cantar passa nove
Como quem tá despertado pra só cantar quando chove.

(Luiz Pereira de Souza)

3.1 Capital social: a contribuição dos principais autores

O capital social é um conceito em formação, com um grande crescimento de abordagens, sendo que seu uso se deu majoritariamente no mundo de fala inglesa, de maneira especial nos Estados Unidos.

O termo capital social reaproxima a economia da sociologia, que já trabalharam juntas, mas que durante grande parte do século XX mantiveram-se divididas, ao locar em um mesmo conceito questões tipicamente econômicas, como o estudo do comportamento racional dos indivíduos, e questões tangentes à sociologia, como a cultura.

Para o termo capital social não se tem ainda um conceito pronto e concreto, tendo-se, sim, várias abordagens a seu respeito, quanto à sua formação, utilidade, mensuração e possível fomento.

Apesar das diferenças nas diversas formulações acerca do capital social, elas convergem na idéia de que as relações sociais constituem um patrimônio “não visível”, mas altamente eficaz, a serviço dos sujeitos sociais, sejam estes individuais ou coletivos. Neste sentido, se as relações estão baseadas na reciprocidade e na expectativa de cumprimento mútuo – caso contrário haveria sanção social -, os motores da ação coletiva serão a confiança e a cooperação (HIGGINS, 2005).

Como principais e primeiros autores a tratarem o tema estão: James Coleman (1988), com “Social capital in the criation of human capital”; Robert Putnam, com “Bowling alone” (1995) e “Comunidade e Democracia” (1996); Pierre Bourdieu com *Les trois états Du capital culturel* (1979) e *Le capital social: notes provisoires* (1980); e Francis Fukuyama, com “Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade” (1996) e “Social Capital” (2000). Tais autores, mesmo que na maioria das vezes tenham trabalho isoladamente, sem conversarem entre si, formaram uma base teórica que é revisitada até os dias atuais quando se fala em capital social. No Brasil, apesar das pesquisas ainda estarem iniciando, pode-se citar Higgins (2005), com “Fundamentos teóricos do capital social”, como referências no tema.

Assim como dito anteriormente, ainda não há um conceito concreto para o capital social, por isso visitar a contribuição desses autores, e de outros que deram seguimento a seus pensamentos, é de grande importância para compreender com que significado esse termo

será utilizado para analisar a realidade do município de Solânea, objeto de estudo desta pesquisa.

Um dos autores que mais contribuiu para o desenvolvimento e difusão do termo capital social, partindo do artigo “The social capital in the creation of human capital” foi o sociólogo norte-americano James Coleman (COLEMAN, 1988).

O referido autor tem como ponto iniciante comparar as perspectivas a partir das quais a sociologia e a economia entendem a ação social e o ator social. A primeira vê o ator enquanto socializado e a ação governada por normas sociais, regras e obrigações. Em sentido estrito, entende que a direção da ação é formada, constringida e dirigida pelo contexto social; em sentido amplo, o ator social não pode ser entendido como máquina de ação, visto que não existem propósitos ou sentidos internalizados. A segunda vê o autor como um ser que procura metas, independentemente de que sejam atingidas; como alguém que atua com independência e cheio de interesses. Em sentido estrito, esta forma de atuação constitui-se em remédio às paixões próprias da religião e da identidade étnica, em sentido amplo, considera que as ações são moldadas, dirigidas e controladas pelo contexto social. Desse modo, uma tentativa de fazer síntese da dupla perspectiva da sociologia e da economia deverá entender o indivíduo como um agente com metas e interesses que atuam dentro dos limites de seu entorno social (COLEMAN, 1988).

Dessa forma, pode-se pensar que o capital social é produtivo porque torna possível atingir certos fins que de outra forma não seriam atingidos. Diferentemente do capital físico e humano, o capital social é derivado de estruturas de relações por meio dos atores e entre os atores. O capital social não é tangível como se fosse uma estrada ou edifício, e nem é uma característica da pessoa, como o nível educativo ou as habilidades. É altamente intangível, só existe no espaço relacional por meio e entre as pessoas, está mais associado com mudança nas crenças e opiniões das pessoas (COLEMAN, 1988).

Para Coleman, o capital social é entendido em termos funcionais, isto é, consiste em todos aqueles elementos de uma estrutura social que cumprem a função de servir como recursos para que atores individuais atinjam suas metas e satisfaçam seus interesses. Dentro das estruturas sociais há pelo menos três grupos de elementos com essa finalidade: em primeiro lugar as obrigações, expectativas e lealdades, em segundo lugar os canais de informações e em terceiro as normas e as sanções estabelecidas. As obrigações podem contar com diferentes graus de reciprocidade, levando em conta o tempo e o motivo, [...] os canais de informação reduzem custos através de pessoas que têm informações pertinentes e a compartilham com a rede social. As normas têm por função específica inibir os comportamentos negativos que debilitam o capital social. (HIGGINS, 2005, p. 33).

Por último é preciso notar que Coleman reconhece a existência de diferenças entre estruturas sociais, que obedecem a distintos motivos: as necessidades concretas que levam as pessoas a interagir com outras, a existência de fontes alternativas de recursos, o grau de afluência dos recursos, a capacidade de gestão para obter ajuda, a coesão das redes sociais e a logística para contatos sociais. Mas em nenhum momento Coleman é explícito em afirmar que existem estruturas sociais abertamente excludentes que impedem o acesso de indivíduos ou grupos aos recursos que precisam.

Outro autor que tem contribuído para essa discussão é Robert Putnam. Na literatura sobre capital social, uns dos trabalhos mais comentados é deste cientista político norte-americano. Mais que as inovações teóricas, o que confere autoridade a Putnam é o rigor de suas pesquisas empíricas, em especial o estudo sobre o desempenho das instituições públicas na Itália entre 1970 e 1990 (PUTNAM, 1996). Ele afirma que se trata de um estudo sobre o desempenho das instituições democráticas, e para isso declara o que entende por instituição, por seu desempenho e pelas interações destas no conjunto da sociedade.

As instituições, de acordo com Putnam (1996), podem ser entendidas em dois sentidos, ou como “as regras do jogo”, como as normas que regem a tomada de decisões coletivas, ou como mecanismos para alcançar propósitos, não só para obter acordos. Ante esta dupla ênfase, seu estudo adota um conceito de desempenho institucional baseado num modelo simples, esquematizado por Higgins (2005), e bastante linear de governança: demandas sociais → interação política → governo → opção de política → implementação (HIGGINS, 2005).

Quanto às relações das instituições políticas com o conjunto da sociedade, a pesquisa de Putnam (1996) assume dois supostos sobre os quais parecem concordar as escolas institucionalistas:

- As instituições moldam a política. As normas e os procedimentos que compõem as instituições estruturam o comportamento político das pessoas, moldam a identidade, o poder e a estratégia dos atores.

- As instituições são moldadas pela história. Deixando de fora outros fatores que moldam as instituições, estas corporificam trajetórias históricas, têm sua própria inércia. Os

indivíduos podem “escolher” suas instituições, mas não têm o poder de criar as circunstâncias nas quais eles vivem. As regras que uma geração anterior escolhe influenciam as escolhas das futuras gerações.

Assim, seu trabalho tem duplo objetivo: investigar empiricamente como a mudança institucional influencia a identidade, o poder e a estratégia dos atores políticos; e examinar como o desempenho institucional é condicionado pela história (PUTNAM, 1996).

O estudo demonstrou que, tomados em conjunto, os governos regionais do Norte da Itália apresentaram melhor desempenho que os do Sul. Como explicar esse fato? A qual ou quais fatores atribuí-lo?

Putnam (1996) empreendeu o caminho da explicação sociocultural. Adotou o conceito de comunidade cívica, inspirado nas idéias de Maquiavel e vários de seus contemporâneos, os quais concluíram que o êxito ou fracasso das instituições livres dependia do caráter dos cidadãos, isto é, de sua “virtude cívica”. O autor lança a questão: como reconhecer uma comunidade cívica? E tece argumentos para respondê-la.

Em primeiro lugar pela participação nos negócios públicos. A virtude cívica consiste na busca perseverante do bem público à custa de todo interesse puramente individual e particular. Só que esse altruísmo não é angelical nem místico. Na comunidade cívica os cidadãos buscam o que Tocqueville chama de “interesse próprio corretamente entendido”, isto é, o interesse próprio definido no contexto das necessidades públicas gerais, o interesse próprio que é sensível ao interesse dos outros.

Em segundo lugar, a comunidade cívica caracteriza-se pela igualdade política dos cidadãos quanto a direitos e deveres iguais para todos. Esta comunidade está unida por laços horizontais de cooperação e reciprocidade e não por relações de dependência vertical. Em terceiro lugar, não está livre de conflitos. Os cidadãos têm opiniões firmes sobre as questões públicas, mas são tolerantes com seus oponentes.

Em quarto lugar, as normas e os valores da comunidade cívica são reforçados por estruturas e práticas específicas. Neste sentido, as associações civis contribuem para a eficácia e a estabilidade do governo democrático, pois estas incumbem em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público.

A linha explicativa de Putnam (1996) move-se na convicção de que a democracia forte baseia-se na comunidade autônoma de cidadãos que estão unidos menos por interesses homogêneos do que pela educação cívica, e que são capazes de buscar objetivos comuns e de agir com reciprocidade graças ao seu espírito cívico e às suas instituições participativas, e não pela boa vontade ou o altruísmo.

O conceito de capital social se torna pertinente no seu estudo em razão de que é considerado como manancial de onde brotam as interações cooperativas que se expressam nas diferentes formas de associação da comunidade cívica. Uma trajetória histórica com altos indicadores de civilidade não poderia brotar do nada.

Apoiado nas pesquisas sobre teorias dos jogos, sua demonstração teórica parte de uma série de dilemas de ação aos quais está enfrentada a ação coletiva. O mais conhecido é o dilema do prisioneiro¹³, que não sabe se delata ou não o seu cúmplice.

Mas o fato é que entre o limite superior, de um mundo habitado por anjos altruístas, e o limite inferior, de uma sociedade vigiada e organizada pela força do Leviatã (Estado), existem formas de ação cooperativa que superam em muito as previsões da teoria dos jogos. É justo na faixa intermediária que o conceito de capital social vem na ajuda de Putnam.

O capital social é entendido de forma mais descritiva, como característica específica da organização social – confiança, normas e sistemas – que fazem possíveis as ações coordenadas. Igual a outras formas de capital, este é produtivo, pois permite a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se este não existisse. Neste sentido, Putnam considera que os dilemas de ação coletiva são superados pelo aproveitamento de fontes externas de capital social.

Algumas formas de capital social como a confiança, por exemplo, tem a curiosa característica de incrementar sua oferta quando aumenta seu uso. Aos recursos morais ocorre o mesmo que aos músculos do corpo: se não utilizados atrofiam-se (HIGGINS, 2005).

¹³ No dilema do prisioneiro, dois cúmplices são mantidos incomunicáveis, e diz-se a cada um deles que se delatar o companheiro ganhará a liberdade, mas se guardar silêncio, e o outro confessar, receberá uma punição especialmente severa. Se ambos mantiverem silêncio, seriam punidos levemente, mas na impossibilidade de combinarem suas versões, cada qual faz melhor em delatar, independentemente do que o outro venha a fazer. (PUTNAM, 1996, p. 174).

Putnam(1996) entende que, em sociedades modernas e complexas, a confiança social pode manar de duas fontes conexas: as regras de reciprocidade e os sistemas de participação cívica. Assim como James Coleman, entende que as regras são de grande utilidade porque transferem de um ator para outro o direito de controlar uma ação que pode ter conseqüências negativas. As regras são inculcadas pela socialização ao mesmo tempo em que podem ser sustentadas pelos condicionamentos externos (sanções).

Do ponto de vista sociológico, o capital social faz parte de um amplo sistema de intercâmbio social. Nas comunidades onde as pessoas acreditam que a confiança será retribuída existe maior possibilidade de haver intercâmbio. Toda sociedade tem sistemas de intercâmbio e comunicação interpessoais, formais e informais. Alguns desses sistemas são horizontais, enquanto congregam pessoas que têm o mesmo status e poder; outros são verticais, criando relações assimétricas e de dependência.

Os sistemas de participação cívica são uma forma específica de sistema horizontal de intercâmbio. Quanto mais desenvolvidos forem esses sistemas, maior a probabilidade de que seus cidadãos sejam capazes de cooperar em benefício mútuo. Existem algumas explicações, de acordo com Putnam (1996), para esta força cooperativa dos sistemas de participação cívica:

- promover sólidas regras de reciprocidade;
- aumentar os custos potenciais para o transgressor em qualquer transação individual;
- facilita a comunicação e melhora o fluxo de informações sobre a confiabilidade dos indivíduos;
- dão corpo ao êxito alcançado em colaborações anteriores, criando assim um modelo culturalmente definido para futuras colaborações.

Nos sistemas verticais, ao contrário, é muito mais difícil sustentar a cooperação social. Os fluxos de informação descendentes-ascendentes costumam ser menos confiáveis que os fluxos horizontais, em parte porque os subalternos podem controlar a informação para se precaver contra a exploração ou as sanções (PUTNAM, 1996).

Assim, a análise de Putnam (1996) sobre capital social enquanto fator explicativo da comunidade cívica, que por sua vez constitui o contexto do bom desempenho institucional, conclui com a idéia de que os estoques de confiança, normas e sistemas de participação tendem a ser acumulativos e a se reforçar mutuamente. Como explana Higgins (2005), criam-se círculos virtuosos que redundam em equilíbrios sociais com elevados níveis de cooperação, reciprocidade, civismo e bem-estar coletivo, características que definem a comunidade cívica.

Nas abordagens sobre capital social, a contribuição de Bourdieu também se destaca. Esse autor, na literatura sociológica, foi quem primeiro falou de capital social em dois artigos breves: “Le capital social: notes provisoires” (BOURDIEU, 1979) e “Les trois états du capital culturel” (BOURDIEU, 1980). Nestes trabalhos são identificadas três formas distintas de capital: econômico, cultural e social, dando destaque a seus mecanismos de acumulação e conversão. Esta análise questiona o interesse demasiado estreito da teoria econômica, a qual fixa sua atenção só no capital econômico convertível em dinheiro e institucionalizado em forma de direitos de propriedade.

Bourdieu entende por capital social o “agregado dos recursos atuais ou potenciais, vinculados à posse de uma rede duradoura de relações de familiaridade ou reconhecimento mais ou menos institucionalizadas” (BOURDIEU, 1980, p. 2). Nesse artigo, ele expõe os tópicos gerais contidos na noção de capital social: a) o tipo de relações instauradas pelo reconhecimento e pela troca de bens e materiais simbólicos, b) o efeito multiplicador sobre outras formas de capital, c) os signos de reconhecimento que constituem os limites do grupo, d) as instituições que favorecem sua reprodução, e) a regulamentação interna para impor limites ao controle, concentração, concorrência e delegação dos indivíduos dentro do grupo.

Esse ativo impessoal oferece vantagens aos indivíduos, famílias ou grupos que estão melhor relacionados. Esta compreensão é diferente daquelas sustentadas por intelectuais norte-americanos como Putnam, Coleman e Fukuyama, os quais nutrem o horizonte ideológico das instituições multilaterais (FMI, Banco Mundial). Para estes, o capital social consiste em um bem comunitário que supõe a existência de grupos homogêneos com valores e interesses comuns. Porém, essa idéia não leva em conta a inequitativa distribuição e reprodução do poder nem a reprodução das desigualdades sociais (HIGGINS, 2005).

A perspectiva de Bourdieu tem sido objeto de diversas críticas. Alguns consideram que seu tratamento do conceito de capital social se mantém numa perspectiva instrumental,

pois estaria baseada no proveito que os indivíduos obtêm ao participarem em estruturas sociais (PORTES, 2000).

Ao que parece, Bourdieu não aprofundou suas notas preliminares sobre capital social, e sua proposta ficou em estado embrionário. Mas fica sua contribuição para tentar superar a teoria do capital social presa à dicotomia econômico/não-econômico, bem como seus aportes para esclarecer as relações entre cultura, redes sociais e poder.

Com relação à Fukuyama, suas abordagens estão muito próximas das perspectivas de Putnam. Para ele “capital social é uma norma atuante e informal que promove a cooperação entre dois ou mais indivíduos” (FUKUYAMA, 2000, p. 1). Neste sentido, as normas que constituem o capital social abarcam um espectro que vai desde a reciprocidade entre dois ou mais amigos até as doutrinas complexas e articuladas, como o cristianismo.

Esta idéia de capital social exige diferenciar entre suas conseqüências positivas e negativas. Um caso de externalidade positiva é a moral das igrejas cristãs, segundo a qual o participante está obrigado a tratar moralmente a todas as pessoas, e não somente aos membros de sua comunidade de fé particular ou de sua família. Neste caso, o potencial de cooperação transcende o grupo imediato. No caso contrário, existem conseqüências negativas quando a coesão interna do grupo sacrifica as relações de cooperação com os que estão fora. Os outros são tratados com suspeita, hostilidade ou ataques. É o caso da Máfia e do Ku Klux Klan, por exemplo (FUKUYAMA, 2000).

Outra perspectiva de aproximação é possível por meio do conceito de “raio de confiança”. Todos os grupos que possuem capital social têm certo raio de confiança, ou seja, o círculo de pessoas dentro do qual as normas de cooperação são efetivas (FUKUYAMA, 2000). Assim, pode-se entender que quando o capital social do grupo produz conseqüências positivas seu raio de confiança vai além do mesmo grupo. Também é possível que o raio de confiança não abarque a todos os membros, como no caso de grandes organizações em que as normas que promovem a cooperação somente são efetivas entre as lideranças e os membros permanentes.

Para Fukuyama (2000), a função econômica do capital social consiste em reduzir os custos de transação próprios da coordenação formal, isto é, contratos, hierarquia, regras burocráticas, etc. Ações coordenadas podem existir em grupos com baixo capital social, mas

isso aumenta os custos tradicionais de negociação, tais como o monitoramento e a negociação jurídica.

Já a função política do capital social numa democracia moderna consistiria em fazer contrapeso ao vício do excessivo individualismo, isto é, ao fato de dedicar ocupação excessiva com os assuntos privados e de família em detrimento do compromisso em assuntos públicos.

Para esse autor, o capital social é produto espontâneo dos jogos repetidos do dilema do prisioneiro. Na primeira tentativa não há possibilidade de obter um resultado de cooperação, mas se o jogo é repetido, a simples estratégia de pagar com a mesma moeda (cooperação por cooperação) conduz os dois jogadores a um resultado de cooperação. Em qualquer situação teórica de jogo, se os indivíduos interatuam com outros de forma repetida, eles desenvolvem uma aposta em sua reputação de honestidade e integridade.

Por último, para Fukuyama (2000), a discussão sobre a fonte de capital social é um ponto de referência na formulação de políticas públicas que procurem incrementar seu volume numa sociedade determinada. Os Estados podem empreender ações para fomentar o capital social e para prevenir a diminuição do mesmo.

Porém, Higgins (2005) ressalta que os seguintes pontos devem ser levados em conta:

- os Estados não têm alavancas óbvias para criar formas de capital social. Muitas vezes, este é produto da religião, da tradição ou de experiências históricas compartilhadas que escapam ao controle de qualquer governo;

- a área onde os governos estão melhor capacitados para gerar capital social é a educação. As instituições educativas não somente transmitem capital humano, como também comunicam capital social na forma de regras sociais e normas;

- os Estados de forma indireta promovem a criação de capital social pela eficiente provisão de bens públicos, em especial direitos de propriedade e segurança pública. A máfia siciliana pode ser entendida como um protetor privado de direitos e propriedade onde o Estado italiano falhou nessa função. Trazendo para o caso brasileiro, pode-se fazer uma leitura semelhante ao que acontece com as facções ligadas ao tráfico de drogas nos morros e favelas;

- os Estados podem criar um impacto negativo na criação de capital social quando suplantam atividades que são melhor desempenhadas pelo setor privado ou a sociedade civil. Isto tem fundamento nas reflexões anteriores, em que se viu como a habilidade de cooperação está baseada no hábito e na prática. Quando o Estado intervém de forma a organizar tudo, termina destruindo a capacidade de cooperação social (HIGGINS, 2005).

3.2 Capital social e sua aplicabilidade na estrutura comunitária

Como visto, o termo capital social foi popularizado por acadêmicos a partir de estudos como o de Robert Putnam (1995, 1996) sobre as diferenças sociopolíticas de províncias italianas contemplando, de fato, não somente as virtudes de comunidades cívicas bem-sucedidas econômica e politicamente, mas todas as formas nas quais pode se camuflar o senso de comunidade, segundo as especificidades das redes sociais que servem a realização de um propósito coletivo – e coletivo aqui entendido como o não-individual, sem a distinção de uma oligarquia ou elite, ou mesmo hierarquia entre cidadãos.

As redes são sistemas compostos por “nós” e conexões entre eles que, nas ciências sociais, são representados por sujeitos sociais (indivíduos, grupos, organizações etc.) conectados por algum tipo de relação (WATTS, 1999). A idéia que as relações sociais compõem um tecido que condiciona a ação dos indivíduos nele inseridos é do início do século XX. A metáfora do tecido ou rede, inicialmente na sociologia e depois na psicologia e antropologia, para associar o comportamento individual à estrutura à qual ele pertence, transforma-se em uma metodologia denominada sociometria, cujo instrumento de análise apresenta-se na forma de um sociograma, isto é, diagramas de redes que permitem a visualização da estrutura que está sendo estudada.

Em um artigo seminal sobre a análise das redes sociais e sua importância para a compreensão das interações entre os níveis micro e macro, Granovetter (1973) coloca essa unidade de análise – as redes interpessoais – como um elemento fundamental nessa ponte. Ele analisa os laços sociais existentes, classificando-os como fortes (definidos como aqueles nos quais os indivíduos despendem mais tempo, intensidade emocional e trocas; por exemplo, a amizade) e fracos (aqueles nos quais o investimento é menor ou nulo, como, por exemplo, os mantidos com pessoas conhecidas). A partir da análise de tríades (relações entre três

indivíduos, isto é, se existem as relações fortes AB e AC, então existe a relação BC) e das pontes (ligações entre dois indivíduos situados em agrupamentos distintos e não conectados, a não ser por essa ligação que se torna a ponte entre os dois grupamentos), ele aprofunda a análise na direção de que são as relações fracas que importam para a expansão e força das redes. Intuitivamente, a explicação é simples: “se dois indivíduos têm relações fortes, é provável que haja uma superposição em suas relações, e a rede, como um todo, é relativamente limitada.” (GRANOVETTER, 1985, p. 43).

Assim, são as relações fracas que ampliam os limites das redes, conectando grupos que não têm ligações entre si. Introduzindo outros conceitos de rede e pesquisas empíricas, ele analisa a velocidade da informação e a importância das figuras (nós) centrais e marginais na rede para a introdução de inovações, obtenção de informações sobre emprego, do papel das lideranças em determinadas comunidades, enfatizando que a existência de laços fracos é fundamental para que esses indivíduos atinjam mais pessoas sem que haja perda de confiança.

A importância das redes sociais e o seu intercâmbio com o capital social foi levantada na exposição inicial dos propósitos de Coleman e Bourdieu. Sucintamente, a participação em redes está associada ao capital social, sendo relevante a compreensão do tipo de rede que se está observando (diversidade dos participantes, institucionalização de normas de decisão, objetivos gerais ou específicos, tamanho e área geográfica etc.), e também o nível de confiança (e expectativa) entre os indivíduos da rede por influenciar a ação coletiva do grupo. Em parte, relaciona-se com o acesso à informação tanto no nível local quanto mais geral, este último associado aos meios de comunicação, ou, em outros termos, às fontes pessoais e impessoais (MARTELETO; SILVA, 2004).

O acesso à informação é um elemento-chave para o desenvolvimento econômico e social de comunidades e grupos sociais. A capacidade de obter informações, além dos contornos restritos da própria comunidade, é parte do capital relacional dos indivíduos e grupos. As transformações dependem das redes existentes entre os indivíduos do grupo e atores localizados em outros espaços sociais, ou seja, do capital social da comunidade. Por ser tratado como capital, da mesma forma que o capital humano ou financeiro, investimentos para sua ampliação devem permitir retornos ou benefícios, servindo de base para o desenvolvimento, o que tem sido amplamente pesquisado. O uso da metodologia de análise de redes sociais vem se difundindo rapidamente, nos últimos anos, trazendo contribuições significativas para a compreensão do papel do capital social no desenvolvimento. A

construção de redes sociais e a conseqüente aquisição de capital social estão relacionadas a fatores culturais, políticos e sociais. A própria abordagem do capital social é multidimensional, o que significa incorporar vários níveis e unidades de análise. De forma mais sucinta ele é tido como um conjunto de normas e redes sociais que afetam o bem-estar da comunidade na qual estão inscritas, facilitando a cooperação entre os seus membros pela diminuição do custo de se obter e processar informação.

[...] Nesse caso, as relações de base para a formação das redes seriam entre iguais, isto é, entre indivíduos similares do ponto de vista de suas características demográficas (*bonding* social capital ou “capital social de ligação”). No entanto, as redes assim constituídas não permitem que a comunidade rompa suas próprias fronteiras, embora essa ruptura seja fundamental para a construção de metas comuns e confiança entre seus membros. Dessa forma, as redes devem se ampliar para criar ligações com outras comunidades semelhantes e assim ampliar o alcance de suas ações (*bridging* social capital ou “capital social de ponte”).

Embora ampliada em termos de comunidades, essa rede ainda possui características horizontais. Assim, para se entender o seu alcance, deve-se identificar laços com indivíduos que estejam em posição de autoridade, isto é, que podem intermediar recursos adicionais para o desenvolvimento da comunidade (*linking* social capital ou “capital social de conexão”). (MARTELETO; SILVA, 2004, p. 44).

Assim, para as comunidades, a situação ideal seria ter o seu capital social dividido entre essas três formas de redes sociais, uma vez que cada uma delas responde por aspectos importantes para o sucesso da comunidade: i) confiança e comprometimento; ii) ampliação das fontes de informações e conhecimento; iii) acesso às instituições e ao poder.

De acordo com Putnam (1996), o conceito de capital social seria basicamente construído a partir de três elementos: redes sociais, normas e confiança. Ele mediu o “estoque” de capital social por meio de um índice de comunidade cívica, cujos componentes consistiram em 1) escassez de associações desportivas e culturais, 2) voto preferencial (voto do eleitor no candidato e não na legenda partidária), e 3) comparecimento a referendos e leitura de jornais, sendo os dois primeiros componentes negativos do índice. Esse índice estaria diretamente relacionado à presença de cooperação em uma comunidade.

Para a vertente institucionalista da escolha racional¹⁴ (HALL ; TAYLOR, 1996, p. 945), o problema da cooperação é que, estando em determinadas situações, pessoas racionais

¹⁴ O princípio básico da Teoria da Escolha Racional, segundo Boudon (1998), resume-se em: se o sujeito X tem feito Y em lugar de Y', em razão de que Y lhe era mais vantajoso, então ele agiu de forma racional. Assim, a

são levadas a não cooperar entre si por: 1) obterem maior ganho tendo um comportamento oportunista, “pegando carona” na iniciativa e trabalho de outro, 2) temerem incorrerem no risco de, ao cooperar, serem passados para trás pelo outro participante.

A solução para esse jogo, não obstante, pode ser obtida por determinados mecanismos institucionais: a punição para caroneiros ou para o comportamento oportunista (medida a curto prazo) por uma instância de nível superior; ou a repetição das ocasiões em que se faz necessária a cooperação, até que os participantes aprendam e um “equilíbrio” positivo tome lugar (SHEPSLE ; BONCHER, 1997).

Na verdade, esse corpo teórico prevê, além de um Leviatã e privatização de recursos públicos, o estabelecimento de arranjos institucionais que permitam a realização de cooperação; e não é preciso um passo muito largo para imaginar que a possibilidade de *enforcement* para obter a cooperação possa vir em diversas formas que não o Estado, bastando para isso alterar o sujeito da ação.

Muitas redes se iniciam a partir da tomada de consciência sobre algum problema vivenciado por uma ou mais comunidades, ou a partir de situações de mobilização mais amplas. Criam-se, nas redes, formas institucionais próprias associadas aos direitos, responsabilidades e tomadas de decisão. A posição de cada indivíduo na rede depende do capital social e informacional que consiga agregar para si próprio e para o conjunto. A margem de decisão de um indivíduo inserido em uma rede social está sujeita à distribuição de poder, à estrutura de interdependência e de tensões no interior do grupo. É a ocupação de determinadas posições na rede da comunidade, de especial acesso a informações, que determina o sucesso das ações dos indivíduos e seus grupos.

A constituição de redes e o uso da informação na geração do conhecimento para o desenvolvimento local também constituem objetos de estudo importantes na análise das relações entre atores econômicos, tais como as existentes entre as empresas e outras organizações (governo, universidades, institutos de pesquisa etc.). A análise de redes sociais pode ser usada, também, para se compreender a relação existente entre firmas e empresários nos denominados clusters ou arranjos produtivos locais. (MARTELETO; SILVA, 2004, p. 47)

TER assume que a ação individual é instrumental num duplo sentido: por uma parte, o ator sempre está em busca de objetivos determinados mediante a escolha dos meios mais apropriados, e por outra, uma vez atingido o objetivo, tira a máxima utilidade do mesmo. Para Milton Fridman (um dos economistas mais influentes no pensamento neoliberal) apud Boudon (1998) o auto-interesse é a melhor explicação do comportamento racional.

Na literatura sobre o assunto, “os aglomerados de empresas em uma região em torno de uma área de negócio” vêm recebendo, entre outras, as seguintes denominações: “distrito industrial”, “sistemas produtivos locais”, “arranjos produtivos locais” e “clusters”. Embora haja distinções entre eles e entre os diversos autores para um mesmo termo, todos enfatizam a existência de mecanismos sociais de confiança e cooperação entre os agentes envolvidos e o fato de as empresas se organizarem em rede.

Essa abordagem deixa claro que, para se entender a relevância dos arranjos produtivos locais (APLs) para o processo de desenvolvimento e a importância da análise do processo de criação de conhecimento e de aprendizado em seu interior, é necessário se investigarem os processos de geração do conhecimento não só nas empresas, mas também nos processos interativos entre as empresas e instituições, ou seja, o quanto inovadoras são as empresas localizadas em determinado APL e qual a importância de cada ator, sejam eles empresas e organizações, sejam eles os indivíduos a elas associados (MARTELETO; SILVA, 2004).

As inter-relações das empresas em uma rede de produção estão baseadas nas relações sociais e culturais, tais como de parentesco, religião, etnia, educação e condições históricas, políticas ou sindicais, que formam a base da comunidade local. Tal confiança é adquirida, após um período de tempo, por meio de contínuas contratações e recontrações, mediante acordos informais, dentre outras coisas, e é exatamente a presença desse ambiente sociocultural, institucional e econômico que forma a base para a existência de externalidades econômicas, economias de escala, eficiência, economias de aglomeração, capacidade inovadora, criatividade industrial descentralizada, potencial para o desenvolvimento endógeno no nível regional e local, como também especialização flexível. (MARTELETO; SILVA, 2004, p. 48)

Ainda que dispositivos institucionais sejam criados pelos próprios participantes, e não um Leviatã, não deixam de ser um contrato social em alguma medida, ou de constituírem soluções institucionais ou derivar desse mesmo corpo teórico por esse motivo. Os sujeitos variam, mas não o mecanismo em si. O que poderia perfazer a crítica às soluções propostas pelo institucionalismo político é a forma como se chega a esse contrato em primeiro lugar, como o faz ao propor uma solução alternativa que aponta para monitoramento, normas e capital social (OSTROM, 1990).

Para Glaeser, Laibson e Sacerdote (2002), os determinantes da formação do capital social obedeceriam à lógica das decisões individuais de investimento, sendo suficiente para conceber o estoque de capital social em uma comunidade agregar o capital social individual.

De acordo com Glaeser, Laibson e Sacerdote (2002), sete fatos amparados empiricamente seriam decisivos para a equação: 1) a relação entre capital social e idade é crescente até certo ponto e, em seguida, decrescente; 2) o capital social se mostra inversamente proporcional à mobilidade esperada do indivíduo; 3) o investimento em capital social é maior para indivíduos em ocupações com maior retorno de habilidades sociais; 4) o capital social é maior entre proprietários de imóveis; 5) conexões sociais caem rapidamente com a distância física; 6) pessoas que investem em capital humano também investem em capital social – o maior nível de instrução implica em deter maior patamar de capital social – e 7) o capital social parece apresentar complementaridade interpessoal – isto é, pessoas cujos círculos de convívio apresentam taxas elevadas de capital social tendem a demonstrar a mesma tendência.

Dessa forma, estimular o maior investimento em capital social por um indivíduo dependeria de determinadas circunstâncias e capacidades pessoais; mas também, e principalmente, de mecanismos ou dispositivos sociais que permitam que pessoas estejam sujeitas à convivência e a encontros regulares ao longo do tempo, como por exemplo, a baixa mobilidade.

Trata-se, portanto, de distinguir se o capital social se remete a predisposições culturais, no que diz respeito a aspectos sociológicos de uma comunidade, ou do estabelecimento e uso de dispositivos institucionais no âmbito da sociedade civil. Mais que uma distração teórica, cada uma das opções gera diferentes implicações no que diz respeito a formas de construção e fortalecimento de capital social em comunidades e como o capital social se relaciona com o melhor desempenho democrático do governo.

Há aqui uma relação entre capital social e política, em que o fator confiança é fundamental. Essa pode ser tida como confiança generalizada ou específica.

A confiança generalizada se consistiria naquela em que cidadãos depositam uns nos outros, sem necessariamente exigir contrapartidas, esperando que adiante serão recompensados com a mesma atitude por parte de outros cidadãos quaisquer em situações

semelhantes (o que é definido por Putnam como reciprocidade generalizada) (PUTNAM, 2002). Já a confiança específica seria aquela em que se tem em uma pessoa, que parte da escolha do sujeito, para uma determinada finalidade.

A confiança é mais provável quando há reciprocidade, e quando: 1) os interesses das partes são coincidentes; 2) há um forte compromisso moral que compele uma das partes a se ver na obrigação de corresponder a tal confiança; e 3) há relacionamentos com outros indivíduos que podem ser prejudicados pela quebra da confiança por uma das partes (HARDIN, 2001). Uma explicação alternativa seria a de a decisão de confiar em alguém para determinada finalidade, seja ele um completo estranho ou conhecido há muitos anos, basear-se nos riscos e benefícios envolvidos. Coleman (1990) argumenta que relações de confiança reduzem custos envolvidos na necessidade de se calcular a cada situação que se impõe e/ou criar dispositivos controladores mínimos, na ausência de coincidência de interesses entre ambas as partes ou de compromisso moral claramente estabelecido.

De forma geral, o comportamento orientado por normas sociais seria garantido pela ameaça de sanções que tornariam racional obedecer a normas? Se sim, não se estaria tratando de nenhuma abordagem tão distante à do comportamento racional do indivíduo. Mas o argumento sociológico é que as normas não precisam de sanções para serem seguidas: basta que sejam internalizadas. A antecipação de vergonha seria uma ‘sanção interna’ suficientemente eficaz. Nesse ponto volta-se ao impasse: a relação entre o individual e o social.

As pessoas vivem em redes de dependência, difíceis de serem rompidas. Essas redes são diferentes em cada sociedade. O modo como o indivíduo se comporta é determinado por suas relações passadas ou atuais com as outras pessoas. E a interdependência das funções humanas sujeita e molda, de forma profunda, o indivíduo. As redes humanas têm uma ordem e leis diferentes daquelas planejadas e desejadas pelos indivíduos que a compõem. Pelo fato de os seres humanos não estarem tão presos, como outros animais, às determinações biológicas, é que o entrelaçamento das suas atividades dá origem a essas leis e estruturas de um tipo especial. Por essa razão, as redes têm mecanismos automáticos de mudança e transformações históricas que independem da vontade dos seus componentes tomados isoladamente, mas estas não são caóticas, e sim sociais (MARTELETO; SILVA, 2004).

De fato, a sociedade é mais que a soma das partes. Há de constante na problemática que emerge a partir da literatura de capital social a contraposição das relações entre dois indivíduos à soma do que geram essas relações individuais para a sociedade como um todo. Isto é, como explicar, tendo em vista o grau de dificuldade de operacionalização de variáveis como cultura ou disposições psicológicas dos laços sociais, o que ocorre entrementes, entre reagentes e produto em uma reação química, de maneira tão ou mais precisa que a teoria da escolha racional?

Uma alternativa condizente a essa questão seria o estímulo ao desenvolvimento individual, visando o fomento às relações sociais. Isso passaria tanto por fatores institucionais, como as ações políticas, quanto por fatores culturais, comunitários.

Passando-se já a existência do capital social, não obstante os efeitos saudáveis do mesmo, o próprio corpo teórico que aponta seus benefícios aponta também os riscos de determinadas formas de capital social, ou aspectos viciosos que podem ser prejudiciais para a comunidade como um todo em certas circunstâncias, e acabar por gerar privilégios para alguns e excluir aqueles que, por razões várias, não atendem a quesitos para pertencer a essas redes sociais, produzindo um grande número de marginalizados (PUTNAM, 2000, 2002; HALL, 2002; WUTHONOW, 2002; DELLA PORTA, 2000).

Há uma preocupação de Putnam (2002) com os tipos de capital social a que podem ser atribuídos benefícios gerais para uma comunidade. Esses tipos são por ele contrapostos em capital social formal versus informal, capital social denso versus esparso (quanto à maior ou menor rotatividade de seus membros em maior ou menor quantidade de aspectos da vida social), capital social voltado para dentro e voltado para fora (finalidade privada e pública, respectivamente), e capital social excludente versus includente (sobre a homogeneidade / heterogeneidade dos participantes de grupos: alguns tendem a excluir os que não atendem a padrões por eles estabelecidos, enquanto outros tendem a congregar pessoas de forma cosmopolita).

Tendo essa direção aberta por Putnam, poder-se-ia imaginar que redes sociais poderiam ser boas para determinadas finalidades, e más para outras – o capital social foi utilizado, por exemplo, por nazistas para pôr abaixo a República de Weimar, ou por mafiosos para manter suas atividades ilegais, como explica Della Porta (2000). Não é improvável que capitais sociais de efeitos maléficos para a sociedade fossem, na verdade, aspectos das

mesmas normas e especificidades de uma comunidade, que não poderiam ser separados de capitais sociais “benéficos” por se manifestarem a partir do mesmo substrato.

Para Della Porta, a presença ou ausência de capital social, a confiança política ou confiança no governo seria antes determinada pela boa governança ou pelo seu oposto, corrupção política.

Da mesma forma que poderia ser instaurado um círculo virtuoso entre capital social, desempenho institucional e confiança política, Della Porta indica o caminho inverso: o círculo vicioso entre corrupção, ausência de capital social “benéfico” e confiança nas instituições democráticas. Mais além, [...] uma vez estabelecida corrupção sistêmica, um sistema de normas e redes desenvolver-se-ia a fim de reduzir os riscos e custos inerentes a atividades ilegais [...] (DELLA PORTA, 2000, p.205), à semelhança do que ocorre com a máfia. Isso significa que, a exemplo das províncias italianas, um cenário em que num momento inicial fossem instituídas as mesmas estruturas administrativas e mecanismos institucionais de governo, a partir dos divergentes sistemas de normas e redes existentes em cada região caminhos totalmente diferentes seguir-se-iam.

Uma alternativa a essa solução ‘micropolítica’ consistiria em políticas governamentais direcionadas para o fortalecimento da sociedade civil, especialmente através de parcerias. Tornando o poder público envolvido em ações conjuntas com associações formais e mesmo buscando tornar a rede decisória do poder público ‘permeável’ a redes informais inclusivas, embora não obrigatoriamente, mas possivelmente, proporcionaria melhor canalização de demandas dos cidadãos na formulação e execução de políticas públicas.

Não obstante os riscos envolvidos, a experiência britânica demonstra que, ainda que por decisões unilaterais, o poder público pode delegar e estimular o associativismo, embora normas e confiança estejam além de seu alcance e capacidade. Resta saber, portanto, se a partir de relações não tão esclarecidas entre associativismo, normas sociais e instituições políticas é possível acertar o alvo através de uma retroalimentação entre políticas públicas, participação política, confiança e eficácia política e capital social.

Os Estados Unidos da América é o país do mundo em que se tirou maior partido da associação e em que se aplicou esse poderoso meio de ação a uma diversidade maior de objetos. “[...] nos Estados Unidos, as pessoas se associam com fins de segurança pública,

comércio e indústria, moral e religião.” (TOCQUEVILLE, 1997, p.120), tendo tido bons resultados.

Por fim, vale a pena retomar a problematização inicial de Oliveira Vianna, para quem as virtudes democráticas eram ‘traços culturais’ sobreviventes de aldeias agrárias do mundo europeu e anglo-americano, cujas origens remontariam à alvorada do período neolítico (VIANNA, 1974) e cujos motivos de surgimento seriam incertos. Estariam as comunidades que não tivessem a fortuna de disporem desses traços culturais, ou como propõe Della Porta, ‘abençoadas’ com normas sociais, confiança e redes sociais que privilegiassem um bom governo, fadadas ao fracasso completo?

Como visto, a alternativa a essa questão seria a de que é possível fomentar capital social através de dispositivos institucionais formais ou informais, tal como a sujeição de indivíduos e repetidas situações, caso a opção pela abordagem institucionalista de escolha racional tenha sido feita, oferecendo salvaguardas em caso de quebra do ‘contrato’ subentendido ou utilizando normas sociais para impulsionar iniciativas de cooperação e ação coletiva.

Um maior estoque de capital social, dessa forma, funcionaria como um recurso de reserva em crises, apreciado em si mesmo, ou utilizado para ganhos materiais, por um indivíduo ou uma comunidade. No caso destas últimas, aquelas dotadas de maior diversidade de redes e associações cívicas estariam mais aptas para enfrentar a pobreza e a vulnerabilidade, solucionar disputas e tirar vantagens de novas oportunidades (WOOLCOCK, 1998).

Não é objetivo desse estudo formular um conceito consensual acerca do capital social. Porém, depois de serem colocadas algumas das principais abordagens teóricas que versam sobre o tema, com seus pontos convergentes e divergentes, faz-se necessário aqui, definir os pressupostos do capital social que serão utilizados ao longo de toda essa argumentação. Assim, poderemos sintetizar as idéias desenvolvidas por James Coleman, (1988) Robert Putnam (1995 e 1996), Pierre Bourdieu (1979, 1980) e Francis Fukuyama (1996 e 2000) em seis pontos:

- a) O capital social é intangível, só existe no espaço relacional por meio e entre as pessoas, está associado à confiança, fortemente ligado à idéia de comunidade cívica, ou seja, interligado à participação política.
- b) Por se basear na confiança, esse conceito se apóia na teoria dos jogos: é preciso repetir a ação várias vezes para se chegar à cooperação, à confiança mútua. Assim, ele tem a característica de incrementar sua oferta quando aumenta seu uso.
- c) Tal ação cooperativa não se trata de boa vontade ou altruísmo, e sim de um pensamento racional de que se obtêm melhores resultados individuais quando se trabalha em conjunto, com base em interesses homogêneos e na educação cívica.
- d) O capital social tem um efeito multiplicador sobre outras formas de capital, uma vez que reduz os custos de transação próprios da coordenação formal, isto é, contratos, hierarquia, regras burocráticas, etc. As negociações em grupos com baixo capital social têm seus custos aumentados com ações como o monitoramento e a negociação jurídica.
- e) As instituições, políticas e sociais, favorecem sua reprodução. Os Estados podem empreender ações para fomentar o capital social e para prevenir a diminuição do mesmo, sendo que a área onde os governos estão melhor capacitados para gerar capital social é a educação. As instituições educativas comunicam capital social na forma de regras sociais e normas.

Também de forma indireta os Estados promovem a criação de capital social pela eficiente provisão de bens públicos, em especial direitos de propriedade e segurança pública.

- f) E por fim, o capital social possui características que o distinguem dos bens privados, divisíveis e alienáveis por ser um recurso com valor de uso e sem valor de troca. Não é uma propriedade de seus beneficiários, pois todos os seus componentes funcionais têm o aspecto de um bem público.

É com base nessas características que o capital social será apresentado como um forte aliado no desenvolvimento rural, tendo em vista principalmente a agricultura familiar, articulado ao desenvolvimento territorial. No entanto, não há a ilusão de que o capital social seja a “salvação do mundo”. Como visto, esse tema ainda traz consigo muitas dúvidas e problemas a serem solucionados, até mesmo por sua juventude.

Muitas críticas foram feitas ao conceito de capital social, assim como à sua utilização indiscriminada, como se fosse um conceito capaz de apontar saídas para todos os males da exclusão social e que permitiria resolver os problemas do baixo nível de desenvolvimento. Se é verdade que as redes sociais dificultam o surgimento da figura do “carona” (*freerider*, aquele indivíduo que se beneficia sem contribuir), dificultando o oportunismo, podem,

também, excluir novos participantes, impor normas que prejudiquem grupos específicos dentro de uma comunidade (como, por exemplo, mulheres, praticantes de determinada religião etc.) ou atitudes em relação a outros grupos, como para impedir que outras comunidades tenham acesso a determinados serviços públicos. Portanto, é importante destacar que nem toda forma de capital social é positiva, e que este pode ser usado negativamente contra os que estão fora de uma determinada rede, ou ainda gerar grupos corruptos e sistemas autoritários. Outra crítica é que podem ocorrer situações não estimuladoras de iniciativas individuais e de restrições à liberdade individual. (MARTELETO; SILVA, 2004, p. 45-46)

Há ainda o complicador de que a quase totalidade da bibliografia sobre o capital social está referenciada na Europa ou nos EUA, realidade bem distinta de outras partes do mundo, inclusive da brasileira, havendo uma carência de estudos focados em outras vivências. No Brasil há outro agravante: por ter dimensões continentais e realidades díspares, é muito difícil, se não impossível, trabalhar com o tema em sua totalidade, fazendo-se necessária uma análise diferenciada para cada área trabalhada. As pesquisas que tratam do capital social no Brasil estão geralmente direcionadas à região Sul, em detrimento das demais regiões, em especial Norte e Nordeste.

Outro fator negativo é o condicionamento que muitos autores fazem entre o capital social e as condições históricas das comunidades. Não há dúvidas de que as relações passadas têm um grande peso na formação do capital social, no entanto elas não devem ser tidas como condicionantes para a existência do mesmo. O que se pretende nesse estudo ao levantar a temática do capital social é justamente promover o entendimento de que ele pode ser fomentado em comunidades até então tidas como despossuídas, como a região Nordeste, sempre posta em contraponto à região Sul, por meio principalmente da educação.

Porém, existem evidências de que o capital social pode ser usado para promover a redução da pobreza, o desenvolvimento e o bem-estar social. Logo, é necessário ter em mente as limitações dessa abordagem, como o seu caráter de médio e longo prazo, mas também há que se reconhecer o seu potencial no que tange a capacitação das comunidades em interagirem para obter melhores condições de vida e participarem de forma mais ativa dos processos de desenvolvimento. É a cerca desse desenvolvimento de base territorial que versará o próximo item.

3.3 Desenvolvimento territorial: entendendo o conceito

A dimensão territorial do desenvolvimento vem despertando cada vez mais o interesse dos cientistas sociais. A idéia central é que o território, mais que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais e dos custos de transportes e de comunicações. Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel muito importante no desenvolvimento econômico.

Mas antes de se falar propriamente de desenvolvimento territorial faz-se necessária uma breve abordagem acerca do conceito de território, mais precisamente no âmbito da ciência geográfica. Os conceitos aqui apresentados seguirão basicamente a corrente de pensamento ligada à Geografia Crítica, embasados nas colocações de Milton Santos (1988, 1996) e Raffestin (1993).

Não há como falar de território sem antes se ater a questão do espaço. E foi Milton Santos (1996) quem conceituou o espaço geográfico de forma mais ampla e completa, dentro da Geografia Crítica. Para ele, o “espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 1996, p. 140). Essa definição explicita o espaço geográfico onde se realizam todos os tipos de relações.

O espaço seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre estes especificamente, mas para os quais eles servem de intermediários. Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais. (SANTOS, 1988, p. 141).

Assim, o espaço seria o todo contido de várias partes, como a região e o território, sendo este último o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder (político, militar, social, cultural...). O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades.

Os territórios são formados no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais. O território é uma fração do espaço geográfico e ou de outros espaços materiais ou imateriais. Entretanto, é importante lembrar que o território é um espaço geográfico, assim como a região e o lugar, e possui as qualidades composicionais e completivas dos espaços. A partir desse princípio, é essencial enfatizar que o território imaterial é também um espaço político, abstrato. Sua configuração como território refere-se às dimensões de poder e controle social que lhes são inerentes. Desde essa compreensão, o território mesmo sendo uma fração do espaço também é multidimensional.

O território foi definido por Raffestin (1993) como sistemas de ações e sistemas de objetos. Essa similitude das definições de Claude Raffestin e Milton Santos significa também que espaço geográfico e território, ainda que diferentes, são o mesmo. Pode-se afirmar que todo território é um espaço (nem sempre geográfico, pode ser social, político, cultural, cibernético etc.). Por outro lado, nem sempre e nem todo espaço é um território. Os territórios se movimentam e se fixam sobre o espaço geográfico. O espaço geográfico de uma nação é o seu território. E no interior deste espaço há diferentes territórios, constituindo o que Haesbaert (2004) denominou de multiterritorialidades.

São as relações sociais que transformam o espaço em território e vice e versa, sendo o espaço um *a priori* e o território um *a posteriori*. A produção dos territórios está relacionada ao processo de apropriação. Seguindo o pensamento de Fernandes (2000), o espaço é perene e o território é intermitente. Da mesma forma que o espaço e o território são fundamentais para a realização das relações sociais, estas produzem continuamente espaços e territórios de formas contraditórias, solidárias e conflitivas. Esses vínculos são indissociáveis.

A contradição, a solidariedade e a conflitividade são relações explicitadas quando compreendemos o território em sua multidimensionalidade. O território como espaço geográfico contém os elementos da natureza e os espaços produzidos pelas relações sociais. É, portanto, uma totalidade restringida pela intencionalidade que o criou. A sua existência assim como a sua destruição serão determinadas pelas relações sociais que dão movimento ao espaço. Assim, o território é espaço de liberdade e dominação, de expropriação e resistência. (FERNANDES, 2000, p. 20).

As relações sociais, por sua diversidade, criam vários tipos de territórios, que são contínuos em áreas extensas e/ou são descontínuos em pontos e redes, formados por diferentes escalas e dimensões. Os territórios são países, estados, regiões, municípios,

departamentos, bairros, fábricas, vilas, propriedades, moradias... Os territórios são, portanto, concretos e imateriais. O espaço geográfico de uma nação forma um território concreto, assim como um paradigma forma um território imaterial.

Com base nessa visão, o território passa a constituir um espaço estratégico para fomentar o exercício da cidadania, baseada no conhecimento e orientada por valores territoriais. Nesse espaço é possível articular os movimentos sociais, a identidade cultural, as práticas sociais e os processos de produção de conhecimentos, fatores indispensáveis para um processo de desenvolvimento mais harmônico. O termo desenvolvimento territorial (que pode ser estadual, regional, municipal, distrital, local, etc...) indica um conjunto variado de políticas e ações que permitem evidenciar questões relacionadas com os sentidos atribuídos à noção de desenvolvimento, como levantado anteriormente, e dos seus atores e espaços de gestão.

O desenvolvimento territorial fortalece os espaços locais, micro-organizações e as diversas matrizes culturais, que aparecem como identidades coletivas ou sub-sistemas de ordem social estabelecida. Com isso, torna-se possível pensar numa ordem política democrática onde as comunidades dos diferentes territórios possam tomar decisões sobre seus próprios destinos, nas relações estabelecidas com áreas externas, mediadas pelas regulações de territórios em escalas espaciais maiores (PAIVA, 2002).

Assim, o desenvolvimento territorial está relacionado com o uso efetivo das capacidades, competências e habilidades das comunidades e com a identidade social e histórica própria e territorialmente delimitada. Isto é possível por meio do empreendimento e gestão sustentável dos seus fatores potenciais, assim como pela incorporação de conhecimentos e a transformação de possibilidades externas em oportunidades internas, de modo a solucionar problemas ou atender necessidades locais. Estas características mostram a real possibilidade de articulação entre o capital social e o desenvolvimento territorial.

De forma resumida, o termo “desenvolvimento territorial” abarca a noção de um processo de desenvolvimento articulado entre os diversos fatores existentes no território, contrapondo-se a um desenvolvimento puramente setorial (agrícola, industrial,...), valorizando a dimensão local e seus atributos, tanto físicos quanto sociais, como potencialidades de um desenvolvimento voltado para as capacidades e necessidades do local. Essa abordagem busca a alternativa de um processo de desenvolvimento que minimize as desigualdades intra e inter-regionais. Abramovay (2000) assinala que os sistemas produtivos mais dinâmicos – os que se

caracterizam pelas inovações – não emergem de uma racionalidade universal abstrata, mas de racionalidades endógenas e diferenciadas de atores coletivos ligados uns aos outros por suas próprias convenções, cuja base é frequentemente local.

Para melhor compreender a discussão sobre o desenvolvimento territorial, faz-se necessária uma breve abordagem acerca do desenvolvimento territorial endógeno e seus limites, e da dimensão territorial do desenvolvimento rural.

3.4 Desenvolvimento territorial endógeno e os limites de uma abordagem puramente “endogeneizadora”

A teoria do desenvolvimento endógeno, que focaliza a questão territorial, apresenta grandes contribuições para a problemática das desigualdades regionais e instrumentos de políticas para sua correção. O desenvolvimento endógeno tem suas origens na década de 1970, quando as propostas de desenvolvimento da base para o topo emergiram com maior notoriedade. Desde então, esta corrente evoluiu com a colaboração de novos enfoques ao problema do crescimento desequilibrado.

Na década de 1990, a principal questão do modelo de desenvolvimento endógeno se concentrou em tentar entender porque o nível de crescimento variava entre as diversas regiões e nações, mesmo elas dispondo das mesmas condições na busca de fatores produtivos, como capital financeiro, mão-de-obra ou tecnologia. A solução seria procurar encontrar, entre estes fatores, aqueles determinados dentro da região.

Neste caminho, a contribuição da teoria endogenista foi identificar que fatores de produção atualmente decisivos, como o capital social, o capital humano, o conhecimento, a pesquisa e desenvolvimento, a informação e as instituições, eram determinados dentro da região e não de forma exógena, como até então era entendido. Por conseguinte, logo concluiu-se que a região dotada destes fatores ou estrategicamente direcionada para desenvolvê-los internamente teria as melhores condições de atingir um desenvolvimento acelerado e equilibrado.

O desenvolvimento regional endógeno predominante na década de 1990 pôde então ser definido como:

[...] um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Este processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto, e da renda local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido. (AMARAL FILHO, 1996, p. 37).

A capacidade da sociedade liderar e conduzir o seu próprio desenvolvimento regional, condicionando-o à mobilização dos fatores produtivos disponíveis em sua área e ao seu potencial endógeno, traduz a forma de desenvolvimento denominado endógeno. Pode-se identificar duas dimensões no desenvolvimento territorial endógeno. A primeira econômica, na qual a sociedade empresarial local utiliza sua capacidade para organizar, da forma mais produtora possível, os fatores produtivos do território. A segunda sociocultural, onde os valores e as instituições locais servem de base para o desenvolvimento do território (SOUZA, 2000).

Com base nessa teoria do desenvolvimento territorial endógeno tem-se estudado a importância da sociedade, das relações sociais e da capacidade de cooperação de seus atores, para o processo de desenvolvimento de um território (SOUZA, 2000). A sociedade civil, por meio da solidariedade, integração social e cooperação local, pode ser considerada o principal agente de modernização e transformação socioeconômica num território (BOISIER, 2004). É nesse ponto que o capital social se relaciona diretamente com o desenvolvimento territorial.

Assim, conceitualmente, o desenvolvimento territorial é endógeno e pode ser caracterizado como um modelo de desenvolvimento centrado nas comunidades locais, rurais e urbanas, que poderão passar a desenvolver estratégias e criar ou captar meios para implementar processos permanentes de mobilização, organização e endogeneização de capacidades, competências e habilidades da comunidade. Ele é originário da mobilização de forças sociais solidárias e inteligentes quando a comunidade transforma-se no próprio sujeito do desenvolvimento no seu espaço de vida, ampliando as suas margens de manobra e autonomia nas decisões a respeito de seus destinos.

Apesar da grande contribuição da teoria do desenvolvimento territorial endógeno, ao ressaltar a importância da valorização dos atributos e dos atores locais como sujeitos do desenvolvimento, algumas ressalvas devem ser feitas: há limites na atuação dos atores locais que não podem ser superados por eles próprios. O território não pode ser encarado como uma

bolha isolada de seu entorno, ou do seu contexto exógeno. Esses limites são apontados por autores como Boisier (2004) e Brandão (2007), que advertem para os perigos dos exageros nessa abordagem, lembrando a importância do Estado no processo de desenvolvimento e do risco de se transferir toda a responsabilidade do desenvolvimento para a sociedade civil, minimizando o papel do Estado e supervalorizando as capacidades locais.

Outro ponto de ressalva é o caráter essencialmente de longo prazo dessa visão de desenvolvimento, por estar atrelada a fatores sociais, culturais e políticos construídos historicamente. Faz-se necessário então o planejamento de ações de governo e não simplesmente ações administrativas (de curto prazo), bem como a análise do contexto histórico da região ou território em desenvolvimento.

De acordo com a abordagem de Boisier (2004), uma das dificuldades do desenvolvimento territorial endógeno, principalmente na América Latina, é o histórico de forte centralização do poder. Porém, o mesmo autor ressalta que o par conceitual centralização/descentralização não configura um par estritamente dicotômico, mas sim dois pólos de um arco em que existem vários pontos intermediários que correspondem a uma combinação de um determinado contexto histórico. Ou seja, não é necessário cair nos extremos, há a possibilidade de um equilíbrio entre centralização e descentralização.

Essa percepção é importante uma vez que, como bem ressalta o autor, a simples transferência de poder, em uma realidade com forte histórico de concentração deste, pode reforçar estruturas oligárquicas e clientelistas:

[...] em termos territoriais a transferência de poder a regiões, por exemplo, pode resultar completamente antidemocrática, se em tais regiões não existe **um receptor socialmente adequado**, em cujo caso o poder transferido só reforçaria estruturas oligárquicas e clientelistas. [...] uma relação entre descentralização e democracia deve ser pautada em seu contexto histórico. (BOISIER, 2004, p. 30, grifos do autor.).

Assim, percebe-se que o problema do desenvolvimento territorial não pode ser resolvido somente com a transferência de poder do governo federal para os estados e municípios:

[...] **agora ocupem-se vocês de fazer governo em sua jurisdição**, transferência que encontra em princípio uma alegre recepção nas próprias entidades territoriais, que agora demandam por maior autonomia. Oferta e demanda se cruzam no território. Há que se dizer que a expressão “fazer governo” resulta agora quase um sinônimo de “fazer

desenvolvimento.” (BOISIER, 2004, p. 33, grifos do autor).

A confluência de demanda e oferta de descentralização territorial passa por dois pontos importantes. De um lado a mudança das funções de regulação do governo nacional, no sentido de que se reserva a este de agora em diante somente as funções estritamente nacionais (política monetária, fiscal, comercial...), entregando a função de fomentar o crescimento econômico e o desenvolvimento a entes territoriais. Por outro lado, a percepção dos territórios de serem eles os responsáveis de ativar os vários mecanismos que operam atualmente como fatores causais de seu próprio crescimento econômico e desenvolvimento, e de seu posicionamento frente à globalização. Os territórios devem assumir um acúmulo de responsabilidades sobre as quais não têm geralmente uma cumulação de práticas históricas, em parte devido à rapidez da mudança da sociedade atual.

Não se muda uma cultura de dependência e centralização por decreto. Há uma clara falta de preparo dos territórios para conduzirem “sozinhos” esse desenvolvimento. Faz-se necessário criar condições para que o território participe dessa responsabilidade, mas mesmo assim sem a pretensão de ser o único responsável. “Esta constatação coloca, no contexto da atual sociedade de conhecimento, a questão do conhecimento em cruzamento com a descentralização e o desenvolvimento territorial.” (BOISIER, 2004, p.33).

Boisier (2004) reconhece que gestões territoriais diminuem a desigualdade. Mas o autor coloca a necessidade de um novo marco cognitivo, que alie um conhecimento estrutural a um conhecimento funcional. Sendo o primeiro o entendimento de que todo território é um sistema aberto e complexo. Isso significa que requerem verdadeiras mudanças mentais para analisar e intervir em um território. Não se trata de um mero documento de desenvolvimento, mas de mudanças de pensamento, tendo como fator de grande peso a educação.

Já o conhecimento funcional é entender que o desenvolvimento se dá com base em fatores internos e externos, ou seja, relações endógenas e exógenas. O autor salienta que o crescimento econômico territorial é exógeno, depende de fatores externos, e apresenta três cenários que configuram o “entorno” de um território: suas relações contextual (relações com os processos de abertura comercial externa e abertura política interna), estratégico (vinculado ao surgimento de uma nova geografia altamente virtual e a novas modalidades de gestão territorial) e político (modernização do Estado e reinvenção dos governos territoriais).

Logo, percebe-se que o desenvolvimento territorial não depende exclusivamente de fatores internos, ou endógenos, mas também das configurações, tanto econômicas quanto políticas, do seu entorno, do meio em que está inserido. Não se desenvolve um território sozinho, como se estivesse em uma “redoma de vidro” alheio ao que acontece ao seu redor. E esses fatores fogem ao controle dos agentes territoriais, necessitando assim da atuação mais eficiente do Estado.

Outra crítica aos exageros da teoria do desenvolvimento territorial endógeno é feita por Brandão (2007). O autor ressaltar que o desenvolvimento se dá em múltiplas escalas, nacional, regional e local (e não só nessa última), sendo necessário um projeto nacional de desenvolvimento que articule essas diversas escalas. Projetos estes que passaram a ser rejeitados pelas políticas neoliberais que minimizam o papel do Estado no processo de desenvolvimento.

Assim, nota-se que a responsabilidade do desenvolvimento não está apenas na sociedade civil, mas também no Estado, sendo necessária a providente articulação entre esses atores para um real desenvolvimento territorial. Para tanto é preciso conhecimento e autonomia. O desafio está justamente em encontrar um meio termo entre as políticas de desenvolvimento do tipo *up-down*, e as que crêm unicamente nas potencialidades locais. Esse equilíbrio pode ser encontrado na capacitação social das comunidades locais, para que estas atuem ativamente no desenvolvimento territorial, promovendo-o e cobrando providências das entidades também responsáveis, como o Estado.

3.5 A dimensão territorial do desenvolvimento rural: seu significado no contexto da agricultura familiar

Uma das grandes vantagens de se pensar políticas territoriais para o desenvolvimento rural é a possibilidade de superar tanto o enfoque setorial (agrícola/não-agrícola) como a falsa dicotomia rural-urbano.

Não vale a pena perder tempo em delimitar a separação de algo que se quer integrar e já está sendo integrado pelos mercados de trabalho e de produtos, ainda que de uma maneira caótica. Trata-se, portanto, de pensar políticas que procurem por ordem nesse caos, ordenando a integração das cidades com áreas rurais do seu entorno... Faz-se necessário uma estratégia de desenvolvimento capaz de criar novas oportunidades de geração de emprego e renda para incorporar milhões de pobres à condição de cidadãos,

independentemente de morarem na cidade ou no campo, em pequenos vilarejos ou grandes metrópoles. (GRAZIANO DA SILVA; WEID;BIANCHINI, 2001, p. 69-70).

É com base nessa visão de integração rural-urbana existente dentro de um território que se pretende desenvolver os processos de intensificação das relações sociais localizadas que permitam construir em torno da valorização do território um ambiente de ações conjuntas em prol de um interesse comum. O desenvolvimento manifesta-se lá onde vivem as pessoas, isto é, localmente, por isso a importância das políticas territoriais (locais-regionais) ao invés de políticas exclusivamente setoriais (agrícolas) que foram característica durante longo período das políticas de desenvolvimento rural (ou melhor, agrícola) brasileiras.

A capacidade das sociedades locais liderarem e conduzirem os seus próprios destinos, condicionando-os à mobilização dos fatores produtivos disponíveis no território e ao seu potencial endógeno, além da articulação com os fatores exógenos e a providente atuação do Estado, traduz a forma de desenvolvimento territorial. Com isso, a determinação das fronteiras entre o desenvolvimento rural e o urbano perde importância. Nesse modelo, podem ser identificadas as dimensões econômica, social, ambiental, política e cultural; com os valores e as instituições locais servindo de base para o desenvolvimento de todo o território, e não mais se pensando apenas setorialmente. Os fatores de ordem social, institucional e cultural são, portanto, reconhecidos por terem impacto direto no incremento qualitativo da comunicação entre indivíduos e atores sociais, na produção de melhores formas de interação social e na redução dos dilemas da ação coletiva.

Assim, nota-se que um ambiente de cooperação entre produtores – no sentido da troca de informações, da preocupação comum com a formação dos trabalhadores, com a implantação dos serviços indispensáveis ao seu funcionamento e com a qualidade de vida em certa região – é uma das bases essenciais para o processo de desenvolvimento. Ou seja, a articulação entre capital social e desenvolvimento territorial mostra-se bastante profícua no processo de desenvolvimento rural, integrando este ao meio urbano, e não mantendo-o como atrasado e mero fornecedor de matéria prima, mas sim participante ativo e importante de um processo de desenvolvimento territorial mais harmônico.

A busca de minimizar as desigualdades existentes no meio rural, e que se irradiam também para as cidades, aponta a agricultura familiar como um elemento importante. Incentivar e apoiar a agricultura familiar, permitindo que esses agricultores permaneçam no

campo, não como um excedente social, mas sim como vetores do desenvolvimento rural e territorial, com base em suas potencialidades como a pluriatividade e multifuncionalidade do meio rural, apresenta-se como um caminho viável no processo de mitigação das desigualdades socioeconômicas.

Assim, partindo de uma visão ampla da agricultura familiar, baseada em sua heterogeneidade, multiplicidade de funções (que vão além de ser um “depósito” da população rural excedente), e na sua importância para um desenvolvimento rural mais equitativo, e considerando também a importância da atuação do Estado nesse processo de desenvolvimento, é que se propõe uma abordagem territorial do desenvolvimento rural:

[...] a abordagem territorial constitui-se num *caminho* fundamental para a compreensão do movimento, de contradições e da heterogeneidade, e, pode subsidiar a elaboração de projetos de desenvolvimento com vista a uma sociedade mais justa. [...] isto nos remete a pensar sobre os elementos da renovação da geografia, principalmente, no que se refere ao que estamos denominando de abordagem territorial, como *um dos caminhos* que permite a compreensão coerente do rural e do urbano e de suas relações ou tramas territoriais. (SAQUET, 2006, p. 60-61, grifos do autor).

Em um projeto de transformação social, há significativo grau de interdependência entre os diversos segmentos que compõem a sociedade (âmbitos político, legal, educacional, econômico, ambiental, tecnológico e cultural) e os agentes presentes em diferentes escalas econômicas e políticas (do local ao global). É fundamental pensar o desenvolvimento territorial enquanto projeto integrado no mercado, mas não somente: o desenvolvimento territorial é também fruto de relações de conflito, competição, cooperação e reciprocidade entre atores, interesses e projetos de natureza social, política e cultural.

Um exemplo que articula a noção de desenvolvimento territorial, rural, agricultura familiar e capital social é dado pelo estudo realizado no município de Pintadas, BA, por Carlos Milani (2005). O autor revela que o movimento social de Pintadas, de caráter popular e organizado com base nas necessidades dos produtores rurais, inicia seu processo de mobilização já na década de 1960, sob a liderança da Igreja Católica. A participação de setores mais progressistas da Igreja Católica desde os anos 1970, com a instalação de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), influencia fortemente a organização social local.

A eleição da missionária Neusa Cadore (originária de Santa Catarina, no sul do Brasil), em 1996, é considerado um marco na história das experiências de gestão participativa

em Pintadas. Em 2000, a reeleição foi inevitável, já que o movimento popular, iniciado com base na luta histórica pela sobrevivência e no combate contra as desigualdades no acesso à terra e à água, acabou por despertar na população local um desejo de melhorias comuns e de transformação mais profunda das estruturas políticas locais. Milani (2005) diz que a contestação é um elemento-chave para entender a consciência coletiva e a liderança pintadenses.

A luta pela sobrevivência, contestação e religiosidade parecem estar fortemente ligadas ao capital social nos movimentos de desenvolvimento territorial no cenário rural nordestino, como se verá adiante.

Por fim, Milani (2005) conclui que

[...] capital social é « capital » porque, para utilizar a linguagem dos economistas, ele se acumula, ele pode produzir benefícios, ele tem estoques e uma série de valores. O capital social refere-se a recursos que são acumulados e que podem ser utilizados e mantidos para uso futuro. Não se trata, porém, de um bem ou serviço de troca, quantificável independentemente dos contextos e das práticas de desenvolvimento local. (MILANI, 2005, p. 29).

O caso de Pintadas (BA) é só um exemplo da utilização da noção de capital social e de desenvolvimento territorial ao se tratar o meio rural no Brasil, mais especificamente no Nordeste brasileiro. Esse capítulo buscou justamente evidenciar o papel do capital social vinculado ao desenvolvimento territorial como instrumento viável ao desenvolvimento rural, desenvolvimento esse que pode contar com a participação ativa da agricultura familiar.

O fomento ao capital social em comunidades rurais, principalmente na agricultura familiar, pode ser de grande importância não só para a diminuição da pobreza no meio rural, mas também para o seu crescimento econômico e desenvolvimento, impulsionando o desenvolvimento de todo um território e integrando o meio rural ao urbano. Além de contribuir para a permanência dos pequenos agricultores no campo, evitando sua migração para os centros urbanos e sua desterritorialização.

É com base nesse arcabouço teórico voltado ao capital social e ao desenvolvimento territorial que buscar-se-á compreender a realidade do município de Solânea (PB) e sua relação com a possível construção do capital social, bem como relacionar a existência deste ao processo de fortalecimento da agricultura familiar local.

4 ARTICULAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS: o desenvolvimento da agricultura familiar, a convivência com a seca e os passos para um desenvolvimento territorial ativo

O Conhecimento popular

Como a natureza tem
Coisas para oferecer
É só cada um pensar
Mas também se organizar
O que se quer ela tem
E dá para se alimentar

Pois então a agricultura
Nunca mais vai se acabar
É bom pra todos nós
Procure se informar
Se você ficar sozinho
Não vai sair do penar

Um conselho pra você
Não queira me duvidar
Você cultivando as plantas
Elas não vão se acabar
No quintal e nos barreiros
Aqui no nosso lugar

Estamos fazendo esforço
Com o povo do lugar
Procure mais as pessoas
Comece a conversar
O nosso conhecimento
Nós temos que repassar.

(Maria Isabel)

4.1 A atuação do Estado nos processos de desenvolvimento regional: caminhos que modelaram o campo nordestino

Como visto nos capítulos anteriores, as políticas de desenvolvimento adotadas no Brasil sempre primaram pelo fomento à industrialização e à expansão do capital, relegando o espaço rural ao segundo plano, estimulando desigualdades entre as classes e regiões. “É o desenvolvimento industrial que aciona o desenvolvimento agrícola, que dita à agricultura as regras segundo as quais ela poderá progredir, bem como os limites até onde ela poderá expandir-se.” (AZEVEDO, 2007, p. 106).

Essa foi a postura fomentada e sustentada pelo Estado brasileiro, ditador e autoritário por grande período do século XX, que pregava o desenvolvimento agro-industrial do país, por meio de abertura das fronteiras nacionais para o capital industrial internacional. O Estado concedeu incentivos fiscais e volumes substanciais de capital, convertidos em crédito rural subsidiado para as empresas, trustes e grupos que eram atraídos pela economia e pela exploração da força de trabalho nacionais. Tais recursos, geralmente, advinham de depósitos compulsórios dos bancos, de empréstimos contraídos em bancos e instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial e o FMI – Fundo Monetário Internacional, o que elevou substancialmente a dívida externa nacional naquele período.

No caso do Nordeste, tais políticas objetivaram, ao menos teoricamente, dinamizar o espaço econômico regional em decadência devido à derrocada do setor primário-exportador de bens como o açúcar e o algodão, além do substrato pecuário sertanejo e da agricultura de subsistência. No entanto, esse processo foi responsável por estabelecer e reconfigurar o poder das oligarquias, da indústria da seca e do neocoronelismo nos diferentes estados e nas sub-regiões, tendo em vista que os programas desenvolvimentistas implantados e até certo ponto a ação da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) não alteraram as estruturas sociais e de poder vigentes, ao contrário, em certa medida favoreceram-nas (AZEVEDO, 2007).

A região encontrava-se em crise devido à derrocada dos seus principais ciclos econômicos, açucareiro, cotonicultor e policultor-pecuário. Ademais, a partir da segunda metade da década de 1970, a região passou a viver uma grande seca que durou aproximadamente uma década, inviabilizando e dificultando a prática da agricultura

tradicional de sequeiro, somando-se a isso, o deslocamento maciço da população, expulsa da região por falta de condições de sobrevivência, seguindo em direção ao Centro-Sul, aumentando ainda mais a fratura social e regional no país. Concomitante e paradoxalmente, observava-se o deslocamento intensivo do capital industrial do Sudeste em direção ao Nordeste, visando usufruir, principalmente, das benesses concedidas pelo Estado por meio da política de desenvolvimento regional implantada pela SUDENE. Os pequenos produtores nordestinos e o incipiente capital industrial regional foram praticamente excluídos das ações do Estado.

No período próximo à criação da SUDENE, várias empresas e órgãos estatais foram criados para dar suporte e apoio técnico-científico aos grupos empresariais rurais, a exemplo da EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias, da EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ministério da Agricultura, ampliando-se ainda com a fundação da EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural nas diversas Unidades Federativas do país.

De fato, a ação conjunta de órgãos do Estado como o DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e a CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco promoveram algumas mudanças na região, por meio da implantação de projetos de irrigação que tinham, na sua essência, a ideologia política da Revolução Verde, com toda sua ação “conservadora” e perversa, viabilizando, até certo ponto, a modernização das oligarquias e a redefinição do coronelismo. (AZEVEDO, 2007, p. 112).

Logo, vê-se que os projetos ditos “desenvolvimentistas” implantados não só no Nordeste, mas em todo território nacional, se caracterizaram como viabilizadores da acumulação do grande capital, seja agrário ou industrial, sem, no entanto, proporcionar alterações importantes na estrutura agrária vigente, sendo essa a questão mais complexa a ser resolvida na região Nordeste, e no Brasil.

É perante essa realidade que os movimentos sociais no campo passam a agir. A atuação desses, adiantando-se à ação estatal e muitas vezes opondo-se a ela, tem se orientado em duas direções: lutar por melhores condições de trabalho e por possibilidades de permanência na terra (MOREIRA; TARGINO, 1997).

Face ao caráter excludente do processo de modernização da agricultura, tem-se observado nas últimas décadas uma organização crescente dos trabalhadores rurais como

forma de resistência à sua exclusão do processo de geração e/ou apropriação da riqueza gerada no campo. A luta dos pequenos produtores por uma política agrícola (assistência técnica e creditícia) que lhes garanta o direito não só de permanecer com a terra e na terra, como também o de nela produzir e dela retirar o indispensável a uma sobrevivência digna, tem sido uma das frentes de batalha das organizações dos trabalhadores rurais.

Para o homem do campo, a terra representa não apenas a possibilidade de sua sobrevivência, mas também a garantia de poder permanecer com sua família no seu local de origem, livre da sujeição do cambão ou do trabalho alugado. A terra constitui ainda para o camponês o único bem e a única herança possível de ser deixada para a família. Em outras palavras, a terra confere dignidade ao pequeno produtor. (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 295).

As organizações de pequenos produtores familiares têm encontrado abrigo nos sindicatos dos trabalhadores rurais, seja na defesa de políticas creditícias e assistenciais para essa categoria, seja enquanto suporte e apoio à sua organização. No entanto, tal fato não significa que as organizações de agricultores familiares sejam completamente absorvidas pelo movimento sindical:

Sabe-se do papel que as ONG's têm desempenhado enquanto animadoras e estimuladoras desse processo, bem como algumas políticas públicas têm estimulado tais organizações na medida em que restringem os seus benefícios a pequenos produtores agregados em associações e/ou cooperativas, a exemplo do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP). Por outro lado, as formas organizativas dos assentamentos, ainda que frágeis, têm servido de efeito demonstração para outros grupos. (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 280).

Outra instituição que tem se destacado na defesa dos interesses dos pequenos produtores familiares é a Igreja. Por meio dos seus setores mais progressistas, ela desempenha um importante papel como mediadora de conflitos. De um lado, dá sustentação à luta dos trabalhadores quando se posiciona em seu favor, divulgando o conflito, buscando apoio da sociedade civil, colocando advogados à disposição dos trabalhadores e denunciando as ações de violência dos donos e de seus prepostos. De outro, por intermédio de padres e agentes pastorais leigos, desenvolve todo um trabalho de conscientização junto aos pequenos produtores, buscando elevar seu nível de consciência política e fortalecer sua capacidade de organização.

Seguindo esse caminho, em 1975 é criada, em Goiás, a Comissão Pastoral da Terra, como um “serviço cristão à causa dos camponeses e trabalhadores rurais do Brasil”. A CPT irá desempenhar uma função aglutinadora das forças que lutavam pela justiça social no campo. Através da organização dos trabalhadores, ela não só passa a defender os direitos trabalhistas no campo, mas, sobretudo, começa a atuar em áreas de conflito, em conjunto com dioceses, paróquias e comunidades eclesiais de base, levantando a bandeira da reforma agrária. Ela ainda presta assessoria a Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Associações de Pequenos Produtores, movimentos sociais, entre outros.

Inclinando-se um pouco para a região de estudo, nota-se que na Paraíba a postura da CPT tem-se pautado na defesa intransigente dos pobres da terra. Seu trabalho não se resume ao simples “apoio à luta”. Ele é bem mais amplo e embute: a prestação de serviço de assessoria jurídica; a denúncia de violência; o acompanhamento quase diário dos trabalhadores em conflito; a organização das romarias da terra; o trabalho de formação da consciência política dos trabalhadores e uma assistência infra-estrutural (alimentação, transporte, colchões, lonas) por ocasião dos acampamentos, além de assistência médica e cobertura financeira quando se faz necessário (MOREIRA; TARGINO, 1997).

Essa atuação da Igreja não está, sem dúvida, isenta de críticas. Mas o “não ser perfeita” não invalida e tampouco contesta o seu papel de principal mediadora dos conflitos no estado, nem diminui o valor do seu trabalho. Durante a ditadura militar, foi a Igreja Católica que na Paraíba furou o cerco da repressão, rompeu o silêncio dos partidos políticos e reorganizou os movimentos sociais no campo através da luta “pela terra prometida”, e é ela que, ainda hoje, faz parceria com a Organização Sindical e sustenta e mantém a maior parte dos conflitos pela posse da terra no estado. (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 308).

Com base nesse sucinto panorama, percebe-se a importância do apoio aos movimentos sociais e às iniciativas de socialização dos pequenos produtores rurais, visivelmente mais vulneráveis se atuando isoladamente, para o desenvolvimento, e até mesmo para sobrevivência destes.

É à análise dessas iniciativas de socialização e crescimento comunitário que se dedicará este capítulo, focalizando a articulação do capital social com a agricultura familiar como potencializadora do desenvolvimento rural, especificamente no Nordeste, analisando a realidade do município de Solânea – PB, buscando compreender os processos nele desenvolvidos.

4.2 Capital social e agricultura familiar: o papel das cooperativas e a valorização dos atributos locais

Apesar das adversidades, as práticas agrícolas continuam tendo papel importante na promoção do desenvolvimento rural e local. A agricultura é o principal agente propulsor do desenvolvimento comercial e, conseqüentemente, dos serviços nas pequenas e médias cidades do interior do Brasil. Basta um pequeno incentivo à agricultura para que se obtenha respostas rápidas nos outros setores econômicos. Afinal, segundo Wanderley (2001, p. 32), “é o desenvolvimento com distribuição de renda no setor rural que viabiliza e sustenta o desenvolvimento do setor urbano”, em cidades de pequeno e médio porte.

Com base nessa premissa, mas também tendo consciência da impossibilidade de um desenvolvimento pautado exclusivamente no potencial das comunidades rurais, tanto social quanto financeiro, como visto anteriormente, é que se propõe o fomento do capital social nas áreas de agricultura familiar visando o desenvolvimento territorial, em que haja a articulação entre o meio rural e o urbano, e a ativa participação das comunidades envolvidas.

A agricultura familiar é aqui apontada como uma alternativa ao desenvolvimento rural e territorial mais harmônico por algumas de suas características já citadas, como um relacionamento mais direto com a terra e os meios de produção, a possibilidade da pluriatividade, a maior autonomia dos agricultores, entre outros. Tais características aliadas a multifuncionalidade do espaço rural possibilitam alternativas para um desenvolvimento rural em seu sentido mais amplo.

Porém, a distância entre as situações em que as forças organizadas de um território constroem processos de coordenação e o que ocorre na esmagadora maioria dos municípios brasileiros é tão grande que dá a impressão de que somente em condições muito excepcionais este tipo de ação coletiva, baseada no capital social, tem chances de sucesso.

Não há uma receita pronta para a superação dos limites de cada localidade, que podem ser vistos como entrave ao desenvolvimento da agricultura familiar, e assim a um desenvolvimento territorial mais equilibrado. Mas o pressuposto básico para a mudança de uma situação de pobreza, desigualdade e estagnação está em um mínimo de consenso em torno de um projeto de desenvolvimento que Abramovay (2000) chama de “pacto territorial”, e que deve responder a cinco requisitos:

- a) Mobilizar os atores em torno de uma “idéia guia”.
- b) Contar com o apoio destes atores não apenas na execução, mas na própria elaboração do projeto.
- c) Definir um projeto que seja orientado ao desenvolvimento das atividades de um território.
- d) Realizar o projeto em um tempo definido.
- e) Criar uma entidade gerenciadora que expresse a unidade (sempre conflituosa, é claro) entre os protagonistas do pacto territorial.

Trata-se, em última análise, da construção de um novo sujeito coletivo do desenvolvimento que vai exprimir a capacidade de articulação entre as forças dinâmicas de um determinado território.

A ausência de estudos sistemáticos que avaliem e procurem estabelecer tipologias sobre o alcance e os limites da atuação das organizações de desenvolvimento rural é um sério obstáculo para o avanço da reflexão a respeito. Ainda assim, Abramovay (2000) aponta algumas hipóteses sobre como superar as principais dificuldades, como: a) mudar o precário ambiente educacional existente no meio rural; b) valorização dos atributos locais; c) superar a dependência de ação única e exclusiva do Estado, representado na maioria das vezes, no caso da agricultura familiar, pelos municípios; d) iniciativas de ações conjuntas dos produtores; e) valorização de atividades não-agrícolas desenvolvidas no meio rural; f) realização de atividades de extensão por parte das Universidades da região; g) a real visão do significado do meio rural.

O desenvolvimento territorial apóia-se, antes de tudo, na formação de uma rede de atores trabalhando para a valorização dos atributos de uma região. É esta rede que permite a existência de uma dinâmica de “concorrência-estímulo-cooperação” entre as empresas do território. Exatamente por não estarem dotados das prerrogativas necessárias ao desenvolvimento (da educação, da formação, do crédito, da informação), os agricultores não são encarados pelo restante da sociedade local como potenciais protagonistas de um pacto territorial.

Assim, vê-se a importância da cooperação entre esses atores para que possam de fato conduzir o processo de desenvolvimento do seu território. Cooperação esta não no sentido romântico ou altruístico, mas sim vista de forma prática e racional:

O homem, desde a antiguidade, conhece as vantagens de se trabalhar em conjunto, rumo a um projeto comum de desenvolvimento. O cooperativismo é uma das formas de organização social encontradas pelo ser humano para desenvolver ações e projetos que, dificilmente, poderiam ser realizadas por um ou poucos indivíduos, isoladamente. (RESENDE; PESSÔA, 2007, p. 153).

De acordo com Fleury (1983), o cooperativismo no meio rural surgiu como uma alternativa de sobrevivência para pequenos produtores que se viam em dificuldades para comprarem e venderem produtos, dado à depreciação na relação de troca entre campo/cidade, haja vista que a economia brasileira era baseada na monocultura agroexportadora, conforme já evidenciado, ficando a produção de subsistência e a produção de culturas para o abastecimento interno relegadas a segundo plano pelas políticas estatais.

E muitas dessas experiências de cooperação têm dado certo, promovendo o desenvolvimento de comunidades antes marginalizadas. O exemplo das cooperativas em assentamentos de reforma agrária mostra como a associação cooperativa pode trazer benefícios para um grupo de produtores ao propiciar crédito facilitado, aquisição de máquinas, equipamentos, insumo e informações a custos menores, e ainda, garantir canais de comercialização mais transparentes e rentáveis. Como bem citam Resende e Pessôa (2007, p. 154), “as cooperativas de produtores hortícolas, especializados em agricultura orgânica, como a Cooperativa Ecológica COOLMEIA do Rio Grande do Sul, pode ser um exemplo de desenvolvimento social sustentável”.

Diante do processo de globalização, crescimento e transformações do mercado mundial, o movimento cooperativista necessitou modernizar-se para atender às novas necessidades de produção e de consumo, exigidas pelos novos modos de vida. Assim, Resende e Pessôa (2007) levantam a importância do cooperativismo como espaço de potencialização e aquisição tecnológica para os produtores rurais, visando à adaptação às novas exigências do mercado globalizado.

De acordo com os modernos conceitos de produtividade e de maior qualidade, as cooperativas passam a atuar como molas propulsoras no desenvolvimento e adoção de novas técnicas que garantam maior produtividade e lucratividade. Nesse sentido, Delgado (1996, p. 162) afirma que “as cooperativas assumem [...] o papel de gestoras de um novo padrão

tecnológico que, em parte, se contrapõe ao padrão até então vigente, difundido essencialmente pela pesquisa estatal.”

É fundamental, neste sentido, a organização de iniciativas que comecem a materializar a existência de uma dinâmica territorial. E o capital social pode desempenhar um importante papel nessa direção, facilitando a interação dos diversos atores sociais, como sociedade, Estado e o meio acadêmico/científico. Feiras de produtores rurais são um exemplo barato de como certas aptidões locais podem converter-se na base para a formação de novos laços de confiança e cooperação entre setores econômicos. Seminários voltados à descoberta de novos potenciais produtivos podem exercer também um papel de relevo neste sentido. Este tipo de iniciativa tem a vocação de propiciar o surgimento de uma realidade intermediária entre o Estado e o município, capaz de articular as ações necessárias à formação e ao desenvolvimento de uma rede territorial.

Um dos aspectos em que as redes territoriais têm alcançado maior sucesso é na criação de novos mercados que ponham em destaque capacidades regionais “territorializadas”. Faz parte da mudança do ambiente educacional no meio rural uma nova atitude diante das atividades artesanais. Elas possuem um potencial de geração de renda tanto maior quanto mais elas consigam reunir num só produto a garantia quanto a sua sanidade e a imagem de que resgatam conhecimentos e modos tradicionais de fabricação dos produtos.

A tradição que consiste em vincular um certo procedimento produtivo a um território – tão importante na afirmação das regiões na Europa Ocidental - é completamente estranha a nossa tradição. O importante é que os conhecimentos de um corpo social localizado territorialmente possam exprimir-se em marcas capazes de oferecer garantia aos consumidores e elevar a renda dos produtores que investiram neste tipo de organização coletiva.

Outro ponto de relevância nessa discussão é o fato das faculdades existentes no interior do país e as Universidades poderem exercer um papel decisivo na formação de redes territoriais de desenvolvimento. Por um lado, contribuindo no estudo das dinâmicas organizativas locais. Por outro, colaborando com entidades profissionais e de classe na formação de “incubadoras” de empresas, no oferecimento de assessorias a balcões de projetos, na difusão – juntamente com a extensão rural – das informações sobre linhas de crédito acessíveis a cada caso, entre outras ações.

E por fim, mas não menos importante, vem a necessidade de se mudar a visão que está atrelada ao meio rural, caracterizado como “aquilo que não é urbano”, tendo ainda uma dicotomia interna: ou é pólo de desenvolvimento mantido pela agroindústria, ou é atrasado e estagnado, representado pela agricultura de pequeno porte ou familiar.

É essencial formular procedimentos de definição que não separem as cidades das regiões rurais em que estão inseridas, ou seja, que permitam uma visão territorial sobre o processo de desenvolvimento. Assim como também é fundamental a valorização da agricultura familiar como uma estratégia viável de tal desenvolvimento.

Para que tudo isso seja possível faz-se necessário o investimento na fomentação do capital social dessas comunidades rurais, como forma de fortalecimento da confiança entre seus membros (essencial a uma política de cooperação), da visão de troca de informações e de sua potencialidade em gerir o desenvolvimento da sua região (do seu território), além de mostrar a importância da participação política (da cultura cívica) nesse processo de desenvolvimento.

Com base nas visões de desenvolvimento territorial e da agricultura familiar, observa-se que construir novas instituições propícias ao desenvolvimento rural consiste, antes de tudo, em fortalecer o capital social dos territórios, muito mais do que em promover o crescimento desta ou daquela atividade econômica. O próprio crescimento urbano recente aumenta a demanda por novos produtos e novos serviços vindos do meio rural. O desafio consiste em dotar as populações que vivem nas áreas rurais das prerrogativas necessárias a que sejam elas os protagonistas da construção dos novos territórios.

Entretanto, as iniciativas de fomento do capital social nas comunidades rurais brasileiras esbarram na dificuldade de se articular o Estado e a sociedade civil, devido a sua pequena participação ou cultura política, e por sua pouca confiança nos aparatos políticos.

Assim, a grande questão torna-se promover o fomento ao capital social, por meio do incentivo ao associativismo, às redes de informações e conhecimento, e de uma cultura cívica, colocando-o como fator estratégico para o desenvolvimento rural e territorial mais harmônico e igualitário.

4.3 A resposta nordestina: aprender a articular e socializar experiências

Em grande parte da região Nordeste do Brasil, frente ao desengajamento e às carências do Estado, os coletivos ou as organizações de agricultores passam a assumir novos papéis. Eles são mobilizados em particular, em dois tipos de circunstâncias: a) para assumir funções de interesse geral que eram antes da responsabilidade do Estado ou que deveriam sê-lo, b) para participar da elaboração ou da gestão de projetos ou programas de desenvolvimento local, territorial ou de manejo de recursos naturais.

Existe assim, uma evolução progressiva dos coletivos dos agricultores. Tomam iniciativas, assumem uma postura de proposição ou de gestão e não apenas de reivindicação; vêm negociando reconhecimento e apoio por parte do setor público. Essas iniciativas têm a ver, em particular, com o manejo compartilhado de recursos naturais comuns e com a produção de bens públicos locais de interesse geral.

No Sertão Nordestino, a maioria das organizações de agricultores e de trabalhadores rurais tem suas raízes no movimento sindical camponês (Ligas Camponesas no fim dos anos 1950, sindicatos de trabalhadores rurais dos anos 1970) ou nas CEB's, Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica (anos 1960-80), às vezes nos dois (AMMAN, 1985). A democratização dos anos 1980-90 favoreceu a autonomia dessas organizações com relação à tutela dos partidos, das igrejas ou dos políticos locais.

O fato de essas organizações terem progressivamente assumido funções coletivas de produção de bens públicos além da defesa dos interesses de classe ou de grupos sócio-profissionais se deve a dois elementos: a) à tradição sertaneja de sistemas de gestão comunitária de recursos naturais: água, pastagens, floresta (caatinga), sementes, terras, etc. e b) às carências do Estado e das coletividades territoriais para assumir certos serviços e bens públicos de base no meio rural (educação, capacitação e extensão, assistência técnica, crédito).

Essas carências foram acentuadas pelo duplo fenômeno de descentralização das funções de apoio do Estado Federal sem transferência de recursos correspondentes aos estados e municípios, e de redução ou de privatização de serviços para a agricultura familiar. Finalmente, três mecanismos mais recentes vieram reforçar as modalidades de articulação entre iniciativas coletivas localizadas:

- a) A criação dos CMDR (Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural), para tomar as decisões relativas aos investimentos municipais em matéria de infra-estruturas coletivas, introduzindo uma territorialização do desenvolvimento rural, com a implementação do PRONAF (Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar) em 1995 (ABRAMOVAY, 1999).
- b) A constituição de pólos sindicais reunindo os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de várias municipalidades na escala da micro-região (ABRAMOVAY, 1999).
- c) A criação de fóruns mistos e o engajamento de ONG's e de universitários junto aos movimentos sociais camponeses nessas articulações "híbridas" (ABRAMOVAY, 1999).

Em pesquisa feita por Eric Sabourin (2006) são apontadas algumas características dos dispositivos coletivos ou institucionais encontrados no Nordeste:

- são criados por grupos de agricultores para assegurar o apoio a uma produção familiar destinada ao mercado ou a fins domésticos (água, auto-consumo);
- asseguram ao mesmo tempo outras funções (não mercantis) de interesse comum ou geral: preservação da biodiversidade, manejo da caatinga, segurança alimentar local, abastecimento em água, produção de referências e inovações técnicas, etc.;
- funcionam essencialmente na base de prestações gratuitas (ajuda mútua, mutirão, compartilhamento, redistribuição, etc.) fundadas ou ainda regidas por regras de reciprocidade e associadas a uma identidade coletiva de origem camponesa;
- beneficiam-se de um reconhecimento ou de um apoio institucional ou financeiro público (municipal, estadual ou federal), essencial para o seu funcionamento, mas fonte de tensões entre ação coletiva e políticas públicas.

Sabourin (2006) faz referência a três dispositivos coletivos, direcionados à agricultura familiar, encontrados no Nordeste brasileiro: os fundos de pasto da Bahia, bancos de sementes comunitários e grupos de agricultores experimentadores da Paraíba.

Fundos de pasto da Bahia (pastagens comuns na caatinga): tratou-se de pôr fim a invasão ilegal (grilagem) dessas áreas comuns por meio de um programa de reconhecimento de propriedades coletivas em favor das comunidades camponesas que as manejavam

tradicionalmente e sem nenhum estatuto jurídico legal. Para tanto, um projeto da Secretaria de Agricultura Familiar e Reforma Agrária da Bahia (1980), no município de Juazeiro, incentivou a criação de associações comunitárias de criadores, entidades jurídicas reconhecidas, às quais os pastos comuns indivisos, recenseados e cadastrados, foram atribuídos, mediante o estabelecimento de propriedade coletiva. Essas associações elaboram projetos de desenvolvimento local.

Essas áreas coletivas reconhecidas foram beneficiadas pelo estatuto de terras da reforma agrária, facilitando às associações o acesso ao crédito e às infra-estruturas hídricas. Essa iniciativa permitiu preservar importantes áreas da caatinga, manter comunidades de criadores em sistema de pastagem extensiva e incentivar uma produção de caprino-ovinocultura de qualidade: o bode do Sertão. Porém, houve um aumento da pressão sobre o recurso comum, por meio do crescimento dos rebanhos. Os fundos de pasto estão ameaçados de serem aproveitados de forma desigual pelas famílias com grandes rebanhos, se essas não auto-limitarem o seu acesso ou o número de animais.

Bancos de Sementes Comunitários: No estado da Paraíba, os Bancos de Sementes Comunitários (BSC) da zona semi-árida, cujo objetivo inicial era manter estoques de milho e feijão de um ano para outro, têm contribuído progressivamente para a conservação e recuperação de espécies locais e de culturas adaptadas aos ecossistemas e aos modos de consumo da região (SABOURIN, 2006). Os BSC obtiveram um reconhecimento oficial da Secretaria de Agricultura do Estado para que assumam, nos municípios onde estão implantados, o programa público de distribuição e conservação de sementes. Isto permitiu a algumas dessas estruturas informais passarem a existir e serem reconhecidas. Puderam assim encontrar novos recursos e, sobretudo, uma legitimidade institucional para continuar a sua dupla função: de segurança alimentar e de preservação e valorização das variedades locais de feijão e milho, garantindo mais biodiversidade (SABOURIN, 2006).

A partir de 2002, mediante negociação da Comissão Sementes da Agricultura do Semi-Árido/Paraíba, organizada pela Articulação do Semi-Árido – PB (ASA-PB), o apoio público é repartido por 50% em sementes e 50% em recursos financeiros, de forma a permitir aos BSC pré-financiar a compra de variedades locais junto aos agricultores segundo as necessidades, no conjunto da região e não apenas no nível local. Os BSC começaram também a armazenar sementes de leguminosas forrageiras e sementes de vegetação nativa da caatinga

ameaçada, divulgando seus usos para alimentação humana e animal, bem como para remédios e fabricação de produtos sanitários.

Esse projeto tem atuação diretamente voltada às comunidades de agricultura familiar, como bem demonstra a reportagem publicada no sítio eletrônico da Rede Territórios Sociais - RTS (Anexo B) em que é divulgada a IV Feira Estadual da Semente da Paixão.

Grupos de Agricultores Experimentadores na Paraíba: os grupos de agricultores experimentadores (A-E) foram criados nos anos 1998-2000 pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), no Agreste da Paraíba, com o apoio da AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos de Agricultura Alternativa). São constituídos localmente, a partir de agricultores familiares, que testam tecnologias, práticas ou espécies novas na sua propriedade de maneira voluntária, a partir de uma programação coletiva. Eles se comprometem em socializar os resultados das experimentações a partir de visitas das suas propriedades e aceitam divulgar os métodos para outros agricultores, por meio de ações de treinamento, em que atuam como monitores.

Os grupos de A-E, foram organizados geograficamente por agricultores de comunidades vizinhas, que compartilham as mesmas condições e sistemas de produção. As visitas de estudo e de intercâmbio constituem movimentos de aprendizagem privilegiados entre agricultores, técnicos e pesquisadores; são organizadas em torno dos experimentos ou de outras inovações regionais nos centros de pesquisa da região ou por outros agricultores. O acompanhamento é coletivo. A socialização final é realizada mediante uma reunião de avaliação dos resultados no fim do ciclo agrícola e nas festas de fim de ano civil. A sistematização e valorização científica dos resultados constituem um gargalho, sendo ocasionalmente assumida pela AS-PTA ou por pesquisadores das Universidades regionais.

Progressivamente, o processo evoluiu de uma lógica de participação dos agricultores a experimentação dos agrônomos, a uma lógica de acompanhamento dos agricultores pelos agrônomos para seus experimentos individuais e logo coletivos. Hoje, os agricultores experimentadores constituem uma rede regional apoiada logisticamente pelo Pólo Sindical da Borborema, recebendo, via o Pólo, uma capacitação e um acompanhamento metodológico da AS-PTA, da AS-PTA – PB e de centros de pesquisa. O objetivo continua sendo a construção de um dispositivo de inovação em parceria entre coletivos de agricultores e centros de pesquisa.

Ainda na Paraíba, o Centro Nacional de Pesquisa do Algodão, localizado em Campina Grande, vem desempenhando pesquisas, de resultados já comprovados, com variedades precoces do algodão herbáceo e do arbóreo, que permite a retomada da produção e sua convivência com a praga do bicudo. Essas novas variedades aliam a produtividade do algodão herbáceo com a resistência da espécie arbórea. A continuidade dessa iniciativa, porém, só será possível se houver vontade política, uma vez que a sobrevivência da cotonicultura no Estado requer a utilização de práticas e técnicas de cultivo mais aprimoradas, tais como: a utilização de sementes selecionadas, de inseticidas em dosagem correta, de práticas de cultivo modernas, etc. Isso requer um aumento do custo da produção nem sempre capaz de ser coberto pelo pequeno produtor que sempre teve no algodão sua principal fonte de renda (MOREIRA; TARGINO, 1997).

Em todos esses projetos observa-se a necessidade de alguns esforços por parte da comunidade local, como: a) compartilhar os benefícios com outras organizações, b) participar de processos de delegação de poder, de representação e de responsabilidades e c) aceitar um mínimo de institucionalização das transações ou transferências de recursos, por meio de acordos ou de contratos. Esses três passos representam um importante processo de aprendizagem coletiva ou institucional: aprendizagem de conhecimentos, de posturas, de regras, de normas, mas também de valores: confiança, responsabilidade, justiça, entre outros. Tais fenômenos de aprendizagem de regras (contratos, gestão, mercados, formação de preços, contabilidade) contribuem para o fortalecimento das capacidades das organizações e para a sua progressiva autonomia das tutelas.

De fato, nem todas as experiências locais bem sucedidas são transferíveis para outros territórios, nem são reprodutíveis em outras escalas ou apenas a partir da iniciativa de políticas públicas. Pois, uma característica fundadora desses dispositivos é, precisamente, a construção social, institucional e histórica de uma parceria entre organizações de agricultores e governos, e isso não é fácil, nem rápido.

A negociação de projetos entre organizações de produtores, governos, agências financiadoras ou de cooperação está ainda marcada pela assimetria de informações, de competências e, portanto, de poder de decisão. Não se pode pensar tais dispositivos se não forem atrelados a ações de capacitação, de criação de competências nas organizações de agricultores, realizadas *in loco*, pela prática em alternância (com o trabalho cotidiano). Tais

processos de capacitação permitem reduzir a assimetria, promover recursos humanos locais e limitar a sua dependência dos aparelhos estatais.

Neste sentido, as experiências de produção de conhecimento, de inovação e de aprendizagem, como a rede de agricultores experimentadores da Paraíba, permitem sistematizar, sociabilizar e valorizar, conhecimentos e saber-fazer numa linguagem adaptada aos agricultores como agentes rurais.

Para preservar o funcionamento desses dispositivos ou para apoiar a sua reprodução, o importante é conseguir manter as prestações gratuitas de ajuda mútua e as relações de compartilhamentos dos recursos, além de conseguir um reconhecimento institucional que permita uma interface, uma articulação com a administração e o mercado. Ou seja, faz-se necessária a articulação entre capital social, Estado, capital privado e educação (informação), vital ao desenvolvimento territorial.

4.4 Convivência com a seca: um passo fundamental para o desenvolvimento do Nordeste

As imagens de migrantes, de crianças raquíticas, do solo estorricado, dos açudes secos, dos retirantes nas estradas, dos animais mortos, da migração da Asa Branca, estão presentes no imaginário e na cultura brasileira quando se fala do Nordeste, principalmente do sertão nordestino. No entanto, essa alusão é falaciosa, e muitas vezes serve para que se atribua à natureza problemas políticos, sociais e culturais, historicamente construídos, como demonstrado anteriormente.

Não resta dúvida que as potencialidades e limitações do meio natural exercem influência sobre as atividades agropecuárias. Isso porque essas atividades dependem dos recursos de água e solo. Sabe-se, porém, que quase sempre o homem é capaz de adaptar-se à natureza, revertendo as limitações de ordem físico-ambiental, a partir da utilização de processos e técnicas produtivas racionais, atendendo desta forma a interesses sociais amplos.

Por que os povos do gelo podem viver bem no gelo; os povos do deserto podem viver no deserto, e a população da região semi-árida apenas sobrevive no Nordeste? Por que aqueles povos desenvolveram culturas de convivência adequadas ao ambiente, adaptaram-se a ele e tornaram viável a vida, e no semi-árido brasileiro essa integração de pessoas e natureza não

encontrou uma solução adequada, de modo que o ser humano permanece sujeito às variações normais do clima regional? A resposta para essas questões passa por várias nuances que não cabe aqui serem discutidas, mas uma das causas certa é a falta de vontade política.

Na Paraíba, e no Nordeste como um todo, as políticas governamentais de desenvolvimento regional restringiram-se durante muito tempo ao combate à seca através da acumulação de água, mediante construção de açudes (regra geral em propriedades privadas, e com objetivos políticos bem determinados), sem preocupar-se com as áreas disponíveis para a irrigação. O discurso das oligarquias rurais obtinha, assim, o reforço do Estado. Em 1986, a Paraíba contava com 41 açudes públicos estaduais e 3.181 açudes particulares (MOREIRA; TARGINO, 1997).

A persistência do fenômeno da seca e a diminuição dos intervalos entre os períodos de estiagem prolongada, tendo como marco a seca no final da década de 1970, colocou na ordem do dia a necessidade de não apenas acumular água, mas, principalmente, de permitir a continuidade da atividade agropecuária durante os períodos secos, via processo de irrigação, bem como de adaptar a utilização do solo aos rigores climáticos. Passa-se a admitir, a partir de então, que a irrigação só seria viável se atrelada a uma estrutura de captação, armazenagem e distribuição de água que contemplasse também a pequena e média açudagem, que possibilitasse paralelamente a difusão de poços e cacimbas, a perenização de rios e, sobretudo, que beneficiasse o pequeno e médio produtor.

O segredo da convivência com a seca está em compreender como o clima funciona e adequar-se a ele. Não se trata de acabar com a seca, mas de adapta-se de forma inteligente. É preciso interferir no ambiente, é claro, mas respeitando as leis de um ecossistema que, embora frágil, tem riquezas. (ALVES, 2008, p. 2).

A busca da harmonia entre as atividades econômicas e a preservação dos recursos naturais demanda ações bastante abrangentes, exigindo uma ampla ação cooperativa multidisciplinar e multiinstitucional. Por terem sido extremamente setorizados e terem desconsiderado o que o próprio ambiente oferecia é que os programas para o semi-árido não irrigado tende a apresentar resultados pífios.

O grande desafio é encontrar não apenas formas de uso do ecossistema caatinga que assegurem a sua preservação, mas, também, que essas formas de uso sejam capazes de proporcionar uma oferta estável de bens e serviços, a custos competitivos, para um mercado cada vez mais exigente. (GUIMARÃES FILHO, 2002, p. 1).

Seguindo essa concepção, Guimarães Filho (2002) apresenta quatro etapas, não necessariamente seqüenciais, que podem ser consideradas como prioritárias para que a convivência com a seca deixe de ser uma utopia e se transforme em algo possível de ser alcançado: reversão do processo de degradação ambiental, reordenamento dos espaços agro-econômicos, mudança do padrão tecnológico e inserção no mercado.

A mudança no padrão tecnológico dos sistemas de produção é um passo crucial para permitir a inserção do produtor do semi-árido no mercado. A mudança implica, antes de tudo, na estruturação e no fortalecimento da rede regional de assistência técnica e extensão rural, e na formação de redes locais de apoio técnico. Só assim será possível viabilizar os processos de validação e transferência do enorme acervo de tecnologias e conhecimentos gerados e disponibilizados pela pesquisa nas instituições de ensino, e pela própria experiência do produtor.

Um maior nível de tecnificação resultará em um impacto bastante limitado se o produtor, simultaneamente, não adotar técnicas gerenciais e organizativas que lhe permitam reduzir os custos unitários de produção e fortalecer o seu poder de barganha no mercado. A efetiva inserção no mercado não será possível sem programas agressivos de organização e de capacitação gerencial do produtor. Adequadamente capacitado e organizado será mais fácil ao produtor buscar a melhoria da qualidade e a valorização dos produtos regionais, identificando novas oportunidades de mercado e estratégias e canais alternativos de comercialização desses produtos que permitam a redução da cadeia de intermediação e uma maior articulação com o segmento transformador e distribuidor.

A valorização dos produtos locais, conferindo-lhes uma identidade territorial e cultural que lhes proporcione a necessária diferenciação pode e deve se constituir no instrumento estratégico do produtor para encarar, com boas chances de sucesso, o processo de globalização dos mercados. (GUIMARÃES FILHO, 2002, p. 2).

Assim, o autor conclui que os objetivos maiores de um programa de convivência com a seca são a preservação dos recursos de solo, água, flora e fauna e, acima de tudo, o bem estar das pessoas que deles dependem (GUIMARÃES FILHO, 2002).

Do exposto, um aspecto merece ser levado em consideração: a solução para o problema da seca não deve se resumir na difusão pura e simples de técnicas de manejo dos

recursos hídricos. Sem que se realizem modificações no sistema de distribuição e posse da terra e se estimule de fato o pequeno produtor e a pequena produção, em particular, a produção de alimentos, “a técnica continuará submetida à miséria secular e a grande maioria da população sertaneja permanecerá à mercê das intempéries do clima.” (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 210).

4.5 Solânea: movimentos em direção a uma nova realidade

Como município nordestino, os rumos traçados por Solânea não diferiram muito dos seus vizinhos. As alternativas encontradas pelos agricultores familiares para garantir sua sobrevivência também passaram por organizações de apoio ligadas à Igreja e aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais que buscavam suprir as carências da população e prover benefícios que a princípio seriam obrigações do Estado, mas que por ele nunca chegaram a quem era de direito.

Solânea vem desenvolvendo projetos de convivência com a seca e fortalecimento da agricultura familiar com o apoio da Articulação do Semi-Árido (ASA), por meio da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), bem como do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). Tais iniciativas foram notadas depois da década de 1980, quando as lavouras de algodão, principal produto local à época, foram praticamente dizimadas pela praga do bicudo, fazendo com que houvesse a fragmentação das grandes fazendas em parcelas menores.

Foram observadas como principais instituições atuantes no município, além da AS-PTA –PB, e do STR de Solânea, que está diretamente articulado com o Pólo Sindical da Borborema, também a Catequese Familiar, e o Coletivo de Educadores Populares Agreste – CEPA. Essas instituições agem em parceria com ONG’s internacionais como a Action-Aid, presente no Brasil desde 1998, e o Icco, que opera em 55 países na África, America Latina e Leste Europeu. Também é parceiro de projetos desenvolvidos em Solânea o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio, uma associação civil sem fins lucrativos que trabalha para conservar a diversidade biológica do país há 14 anos. Este opera com recursos nacionais e internacionais, como do Banco Mundial. Enquanto as primeiras instituições citadas, AS-PTA, STR, Catequese Familiar e CEPA, têm uma atuação mais direta com a população local, as

ONG's atuam sobretudo na captação de recursos, com o co-financiamento das ações, e na cooperação técnica.

Os dispositivos coletivos encontrados em Solânea seguem as mesmas características levantadas anteriormente por Eric Sabourin (2006), estando presentes no município os projetos Bancos de Sementes Comunitários e Grupos de Agricultores Experimentadores. Os Bancos de Sementes são coordenados pelo STR, que criou uma comissão municipal (Foto 3) com as Associações Comunitárias e a AS-PTA. Essa comissão atua na troca de experiências com sementes, na realização de cursos comunitários para ajudar na gestão dos Bancos e na qualidade das sementes, além dos cursos para construção de silos. No município são nove Bancos de Sementes Comunitários ao todo, sendo que cada um agrega em torno de trinta famílias, formando as Associações Comunitárias.

Eles funcionam da seguinte forma: cada família recebe uma porção de sementes para o plantio inicial, se comprometendo a na safra devolver exemplares de sementes puras, de boa qualidade, e já secas para serem guardadas no silo. São armazenadas sementes de feijão, milho, amendoim, entre outras. Cada Banco possui uma comissão que ajuda a distribuir e receber as sementes, controlando a quantidade e o destino das sementes que são distribuídas para o plantio, bem como o retorno dos agricultores com as novas sementes da safra. O STR possui um Banco de Sementes desde 1992, hoje chamado de Banco Mãe, que serve para criar novos bancos além de ajudar os que já existem a se manterem.



Foto 3- Solânea (PB): Comissão municipal dos Bancos de Sementes.
Autor: CERINO JUNIOR, N. S. (jan./2009)

Os Grupos de Agricultores Experimentadores, também em parceria com a AS-PTA, fazem-se presentes na difusão da idéia de se plantar várias culturas no roçado, garantindo uma maior variedade na alimentação das comunidades e também uma maior segurança, visto que dificilmente uma praga atinge todas as culturas. São formados grupos de agricultores que recebem orientações por meio do STR e do CEPA, e que se comprometem a repassar os conhecimentos adquiridos a seus vizinhos, expandindo assim a rede de beneficiários. Além das culturas típicas do roçado, como feijão, milho, fava, mandioca, jerimum (abóbora), gergelim, amendoim, cebola, entre outras, também são introduzidas plantas frutíferas como manga, limão, acerola, carambola, caju, pitomba, etc.

A agricultora Tereza dos Santos, ou Dona Terezinha, moradora do sítio Videl, situado no Brejo, participante do projeto, diz: “[...] o bom é que na colheita dá de tudo. Ai, passa de quatro a cinco meses comendo de tudo sem precisar comprar na venda”. E completa: “O que eu aprender estou a disposição para ensinar” (depoimento da agricultora Tereza dos Santos. Solânea, agosto de 2008).

A Catequese Familiar também atua de forma importante nas comunidades de agricultura familiar no município de Solânea. Por manterem contato direto com as crianças, inicialmente para a formação religiosa das mesmas, os voluntários, que são agricultores das próprias comunidades, percebiam suas principais carências, como a subnutrição e as constantes doenças. Em 2003 essa instituição fez um diagnóstico nas comunidades e levantou 39 doenças e sintomas mais presentes, mas também descobriu que várias famílias sabiam utilizar plantas medicinais no combate a essas enfermidades. Passou então a desenvolver projetos junto aos pais das crianças atendidas, alertando-os para os problemas de saúde e ensinando alternativas fáceis para solucionar tais problemas. Passaram a difundir a cultura de plantas medicinais que a muito eram praticadas na região, além da multimistura, uma farinha nutritiva, feita com ingredientes disponíveis às famílias, que é acrescentada na alimentação diária das crianças, tornando-se uma forte aliada no combate a subnutrição.

Em parceria com AS-PTA e o CEPA, hoje a Catequese Familiar está presente em 10 comunidades de Solânea, trabalhando com cerca de 170 famílias. Eles aproveitam os conhecimentos sobre plantas medicinais já existentes na comunidade, transmitidos por várias gerações, agregando-os a novas técnicas, e formam o que eles chamam de Faxinas, os canteiros onde são cultivadas as plantas medicinais juntamente com outras culturas. As plantas mais comuns nas Faxinas são: hortelã, capim-santo, mastruz, poejo, cidreira, erva-

doce, saião, babosa, girassol, louro, romã, além de laranja, goiaba, mamão e várias verduras. Esses canteiros fazem diferença na vida dessas famílias, como mostra a fala da agricultora Irene Silva, ou Dona Irene, moradora do sítio Bom Sucesso: *“Cuido bem porque essa é minha farmácia”* (depoimento da agricultora Irene Silva. Solânea, agosto de 2008).

Outro trabalho de grande importância para as comunidades de agricultura familiar do município de Solânea é a parceria entre os projetos de extensão rural da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, a ASA, a AS-PTA, o STR e as Associações Comunitárias. Por meio dessa ação articulada houve a propagação da tecnologia das barragens subterrâneas (Foto 4), das cisternas de placas (Foto 5) e de tanques de pedras (Fotos 6 e 7). Todas essas são formas mais eficientes de armazenamento e melhor aproveitamento da água do que as tradicionais cacimbas e açudes, visto que dificultam a evaporação da mesma, mantendo-a por mais tempo.



Foto 4- Solânea (PB): Barragem Subterrânea.
Autor: PEREIRA, R. T. M. (jun./2008)



Foto 5- Solânea (PB): Cisterna de Placas.
Autor: VAZ, C. F. (jun./2008)



Foto 6- Solânea (PB): Tanque de Pedra
Autor: CERINO JUNIOR, N. S. (jan./2009)



Foto 7- Solânea (PB): Tanque de Pedra
Autor: SILVA, P. M. S. e. (maio/2008)

Esses projetos têm como início cursos ministrados pelos alunos da UFPB e pelos técnicos da ASA e AS-PTA, em que são repassadas a um grupo de agricultores instruções de como construir as barragens, cisternas e tanques, de acordo com as necessidades e disponibilidades de cada local. Antes da construção é feita uma visita ao sítio para orientar o agricultor sobre a melhor alternativa para o seu caso. As obras geralmente são realizadas em conjunto, pelas Associações Comunitárias. A verba varia desde recursos angariados pelas ONG's e pela AS-PTA, a recursos do STR e dos próprios agricultores. O senhor José Castanho, ou Seu Zé do Pedro (Pedro é o seu pai), explica como construiu a sua barragem subterrânea:

“Eu aproveitei o riacho que passa perto de casa. Cavei uma valeta em nível de um canto a outro do riacho. Até dá no chão duro que a água não passe. Depois forrei com uma lona preta, de canto a canto, e soquei com barro a valeta. Ali virou um grande baldo de chão a dentro. Ficou só meio metro acima do riacho. Quando o inverno chega, a água que ia embora, fica na terra represada no riacho. Lá nós planta fruteira e planta medicinal, sem precisar aguar. Fica molhado o ano todo.”
(depoimento do agricultor José Castanho. Solânea, junho de 2009).

No caso das cisternas de placas, o projeto iniciou com o curso para instruir os agricultores na construção (Foto 8), depois o STR incentivou fundos rotativos administrados pela comunidade. Esta recebe duas cisternas para um grupo de cinco famílias. Uma parcela é paga mensalmente por cada família, até que se construam todas as cisterna.



Foto 8- Solânea (PB): Agricultores participam de curso para construir cisternas de placas. Autor: VAZ, C. F. (jun./2008)

Outras iniciativas de convivência com a seca ainda foram observadas em Solânea, como técnicas de agroecologia, utilizando-se de agroflorestas (Foto 9), processos de irrigação alternativos como mandalas e umedecimento do solo com o uso de garrafas *peti* (Foto 10), a utilização de cercas-vivas (Foto 11), e o uso de plantas como vermicidas naturais substituindo os venenos. Todas elas de alguma forma utilizando os conhecimentos locais aliados com novas técnicas trazidas pelos parceiros já mencionados.



Foto 9- Solânea (PB): Cultivo de agrofloresta no sítio Capim de Dentro.
Autor: VAZ, C. F. (jun./2003)



Foto 10- Solânea (PB): Uso de garrafa Pet para irrigação
Autor: CERINO JUNIOR, N. S. (maio/2008)



Foto 11- Solânea (PB): Utilização de cerca viva
Autor: SILVA, P. M. S. e. (maio/2008)

Porém, o que mais chama a atenção sobre as comunidades rurais do município de Solânea não seja o sucesso dessas técnicas implantadas em si, mas como elas têm se difundido de agricultor para agricultor, de sítio para sítio, ao ponto de ser lançada a cartilha Agricultura Familiar e Biodiversidade em Solânea (2003), organizada pelo STR de Solânea, em parceria com a Catequese Familiar, AS-PTA, CEPA, e com o apoio da Action-Aid, Icco, Funbio e PNE. Nesta cartilha os próprios agricultores mostram, em sua linguagem, as práticas aprendidas com os diversos projetos implantados, uma nova forma de transmitir os conhecimentos adquiridos. Outro fator relevante é a conscientização dos agricultores familiares no sentido de conviver com a seca, por meio do uso racional das plantas nativa, armazenagem de grãos e ração para o gado, construção de silos, entre outros, conforme ressalta o depoimento do agricultor João Batista:

“Nós que veve na região do Curimatau tem que aprender a viver com a seca, é num fugir dela... migrar pra São Paulo, Rio de Janeiro agente fica sem emprego, é arrumar meio de viver aqui, é trabalhar com silagem, com as plantas nativas da região (...)” (depoimento do agricultor João Batista. Solânea, junho de 2009).

Os agricultores familiares passam a implantar um novo modelo de organização da produção, com lavouras permanentes, como as fruteiras, além de consorciar outras culturas. Plantam para o consumo próprio, para o gado, e o excedente é vendido na feira agroecológica junto com a AS-PTA. A ação sindical também tem proporcionado aos pequenos agricultores intercâmbios e viagens para o reconhecimento de experiências alternativas de produção agropecuária exitosas tanto no Brasil, como no exterior.

Esses exemplos mostram a capacidade desses agricultores familiares se mobilizarem e agirem em conjunto na busca de uma melhor qualidade de vida. Por meio de iniciativas simples, mas que exigem o mínimo de organização, a agricultura familiar em Solânea está conseguindo superar dificuldades que até pouco tempo eram tidas como intransponíveis, como a seca. Não que esses projetos representem o fim de todos os problemas da comunidade rural, muito menos que sejam perfeitos e sem brechas, mas são iniciativas que apontam para uma nova realidade possível de ser alcançada e que elevam a auto-estima desses agricultores, que passam a reconhecer o valor do seu trabalho e a importância dos seus conhecimentos.

4.6 A atuação do capital social no município de Solânea: a parte que lhe cabe nessa herança

Frente ao painel observado em Solânea surgem questões como: essas iniciativas de socialização caracterizariam a presença de capital social na comunidade dos agricultores familiares? Se afirmativo, até que ponto este estaria interferindo nos processos de desenvolvimento da agricultura familiar e do território como um todo? Na tentativa de elucidar tais dúvidas recorreu-se às entrevistas anteriormente apresentadas, cabendo aqui a análise das respostas dadas na segunda parte do roteiro. Como dito, as questões dessa segunda parte das entrevistas foram baseadas no Questionário Integrado para Mensuração do Capital Social (SC-IQ), desenvolvido pelo Banco Mundial (2004). Nelas buscou-se apreender aspectos como a participação da comunidade em grupos e redes; confiança e solidariedade; ação coletiva e cooperação; informação e comunicação; coesão social e inclusão; empoderamento e ação política.

Ao entrevistar os agricultores quanto à participação em grupos, organizações, associações ou sindicatos que ele, ou algum membro da família, participasse, podendo ser uma organização formal ou simplesmente um grupo de pessoas que se reúnem regularmente para alguma atividade ou para discutir alguma coisa, foram apontados cinco grupos em especial: grupo de produtores ou sindicatos, grupos religiosos, movimento político, associação cultural e grupo de esportes. As associações de produtores ou sindicatos foram as opções que mais se destacaram, 43% dos entrevistados responderam que pelo menos um membro da família participa de algum grupo de produtores ou sindicato, seguidos em número por aqueles que participam de grupos religiosos. Somente 15% dos entrevistados responderam que não participam de grupos ou associações. Os dados sobre a frequência de participação nesses grupos variou entre uma vez ao mês, a uma vez por semana.

Quando questionados acerca da forma de ingresso nesses grupos, ou seja, como eles começaram a participar de tais associações, a maioria respondeu que foi uma escolha voluntária, seguidos daqueles que foram convidados a participar, como mostra o gráfico 15. Também foi considerável o percentual de entrevistados que ingressaram em grupos nos quais a família já participava. Os maiores benefícios citados pelos agricultores em participar dos grupos ou associações foram: facilitar o acesso a serviços, como saúde, educação, assistência técnica e comercialização de produtos (34%); importância em tempos de emergência ou necessidade (14%); conforto espiritual, bem-estar (6,97%); divertimento e recreação (2,32%);

e a possibilidade de uma maior aproximação entre os vizinhos (2,32%). Somente 16,27% dos entrevistados responderam que o grupo não traz benefício algum.

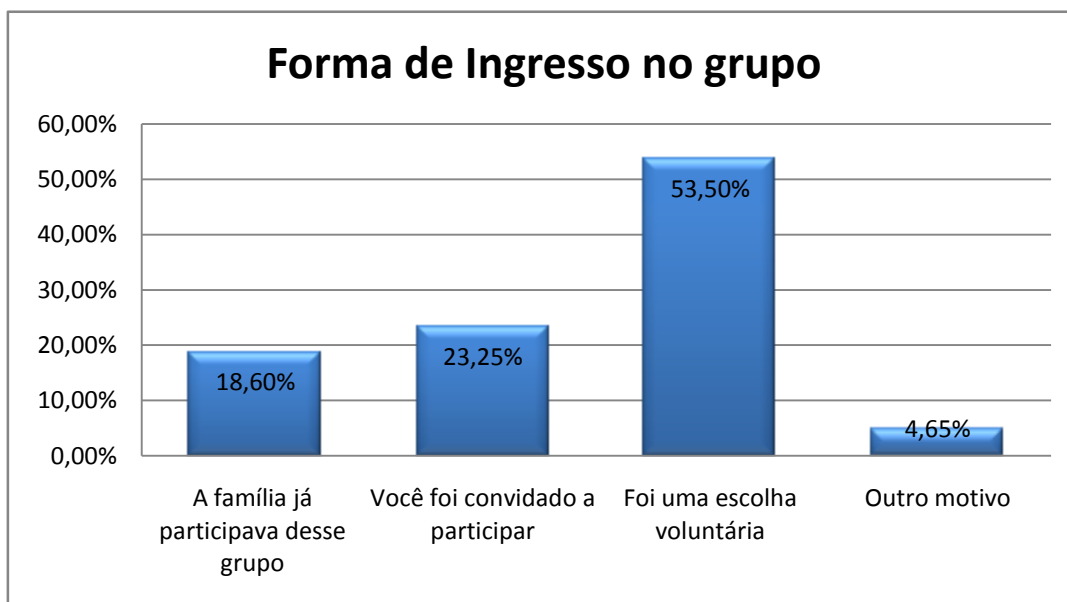


Gráfico 15 – Solânea (PB): Forma de Ingresso dos Agricultores Familiares nos Grupos
 Fonte: Pesquisa de campo, 2009. Org. SILVA, P. M. S. e. ; CERINO JUNIOR, N. S. (2009)

É interessante observar o relato dos agricultores familiares de que a participação em grupos e associações tem crescido na comunidade: 69,76% dos entrevistados declararam que o número de membros em seus grupos aumentou nos últimos anos, 13,96% disseram que a quantidade de participantes diminuiu, 11,62% que permanece a mesma, e 4,66% não souberam responder. Esses dados se conciliam com os do gráfico anterior, refletindo a escolha voluntária dos agricultores em participar dos grupos no aumento do número de membros dos mesmos. O maior número de membros também traz conseqüências no processo de tomada de decisões dentro dos grupos. Como mostra o gráfico 16, a maioria dos entrevistados (58,13%) respondeu que as decisões são discutidas e decididas pelos membros dos grupos, mesmo que ainda haja casos em que o líder decida sozinho ou apenas consulte a opinião dos demais membros.

Quanto à escolha desse líder, 83,74% dos entrevistados responderam que ela se dá por decisão, mais precisamente pelo voto, de todos os membros do grupo, 4,64% disseram que a escolha é feita por um pequeno número de membros do grupo, apenas 2,32% afirmaram que a escolha é de responsabilidade de alguém que não pertence ao grupo, e 9,30% não souberam responder. Essa participação efetiva dos membros do grupo também é sentida na captação de

recursos para o mesmo. Foi declarado por 79,07% dos entrevistados que a principal fonte de renda do grupo ou associação do qual participa provém dos seus próprios membros, 7% declaram que recebem ajuda de outras pessoas da comunidade (resposta dada principalmente pelos participantes de grupos religiosos), 4,61% afirmaram que recebem recursos de fora da comunidade, especialmente de ONGs, e 9,32% não souberam responder de onde derivam os recursos que mantêm o grupo ativo.

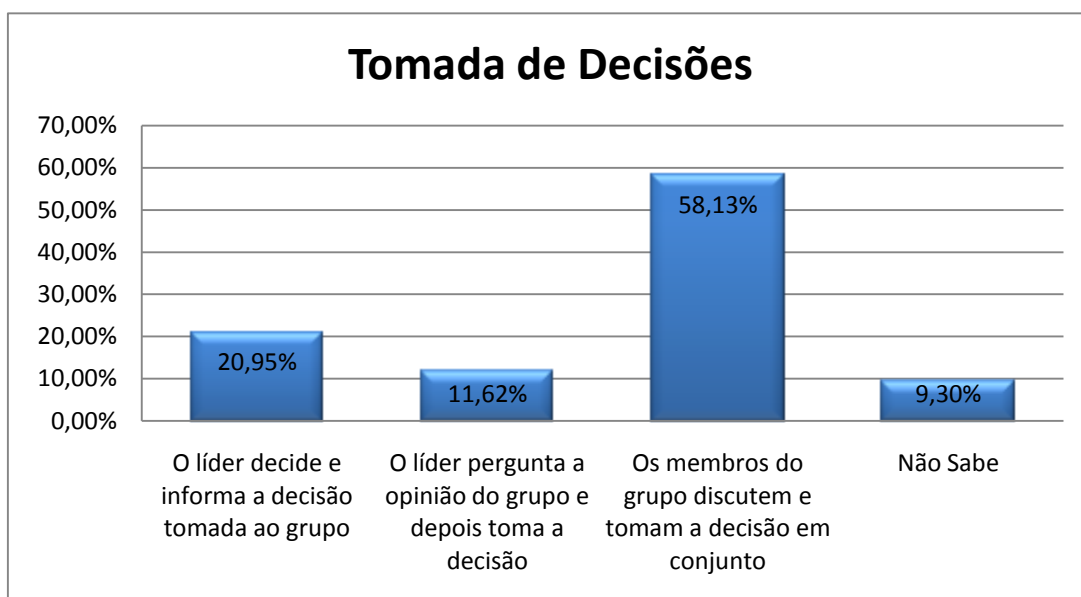


Gráfico 16 – Solânea (PB): Processo de Tomada de Decisões nos Grupos
 Fonte: Pesquisa de campo, 2009. Org. SILVA, P. M. S. e. ; CERINO JUNIOR, N. S. (2009)

No entanto, percebe-se que apesar do aumento da participação dos produtores rurais em tais associações, falta comunicação entre elas. O intercâmbio entre os grupos da região ou da comunidade ainda é pequeno: apenas 18,59% dos entrevistados responderam que o grupo ou associação da qual eles participam interage frequentemente com outros da região, 30,25% disseram que essa interação ocorre raramente, 25,58% afirmaram que o grupo não interage com nenhum outro, e 25,58% não souberam responder. Certamente a riqueza maior desses grupos e associações está no intercâmbio e na troca de experiências por eles promovidas, por isso a importância de fortalecer os laços entre eles.

Como visto no item anterior, uma das associações mais atuantes junto à comunidade de agricultores familiares do município de Solânea é o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR). Nas entrevistas realizadas também foi ele o grupo mais citado. Ao procurar saber qual a importância deste para os produtores familiares da região, em questões como assistência

técnica, ajuda na venda da produção, suporte no acesso ao crédito, entre outros, essa atuação foi reconhecida, como mostra o gráfico 17. O mesmo não ocorre com a ASA ou AS-PTA. Ao perguntar aos agricultores se eles consideravam importante a presença da Articulação do Semi-Árido (ASA), por meio da ação da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), para o município de Solânea, 47,92% dos entrevistados disseram não conhecer a instituição, ou não souberam opinar. Tal fato chega a ser intrigante, uma vez que alguns desses declarantes possuíam em sua propriedade cisternas com placas da ASA. Uma senhora que disse desconhecer tanto a ASA quanto a AS-PTA, além de ter em sua propriedade uma cisterna com a placa destas, usava um chapéu com esse logotipo. Conversando com esses agricultores percebeu-se que eles associavam o trabalho desenvolvido por tais instituições exclusivamente ao STR, que de certa forma está mais próximo no seu cotidiano.

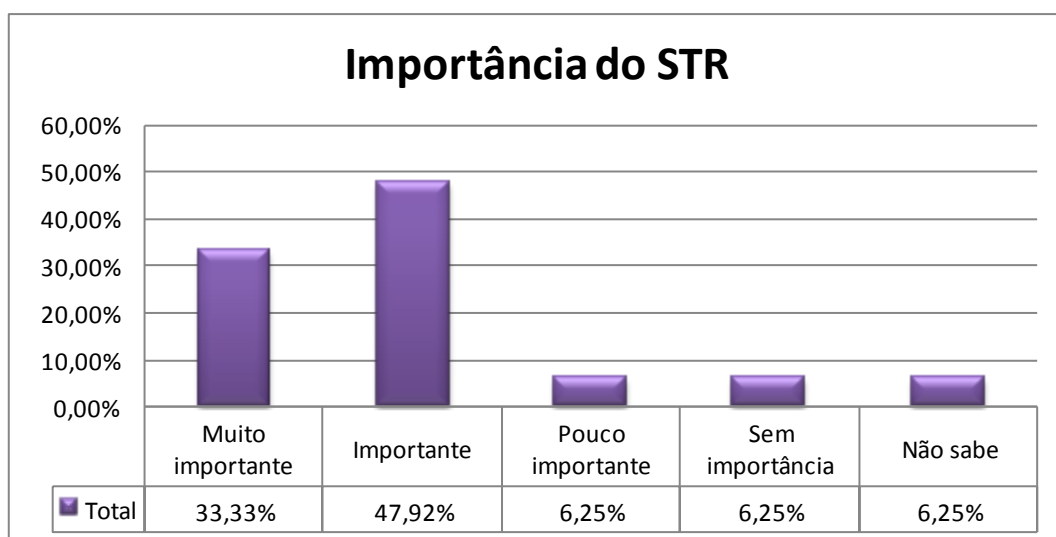


Gráfico 17 – Solânea (PB): Importância do STR Declarada pelos Agricultores Familiares
 Fonte: Pesquisa de campo, 2009. Org. SILVA, P. M. S. e. ; CERINO JUNIOR, N. S. (2009)

Outro aspecto que se buscou abordar nessa segunda parte do questionário foi a confiança e a solidariedade entre os agricultores familiares. Estas parecem ainda serem fortes na comunidade, apesar da ideologia individualista hoje propagada. Quando feita a pergunta: “se você precisasse repentinamente de uma pequena quantidade em dinheiro para resolver um problema, algum vizinho, amigo ou membro da comunidade/região o ajudaria?”, 50% dos entrevistados afirmaram que com certeza receberiam ajuda; 16,67% disseram que provavelmente sim; 10,42% responderam que provavelmente não receberiam ajuda; e apenas 22,92% afirmaram que com certeza não seriam ajudados. A confiabilidade também se

mostrou alta entre os agricultores: 77,09% dos entrevistados declararam que de uma maneira geral as pessoas da comunidade ou região são confiáveis. Talvez essa confiança no outro ajude a explicar as experiências bem sucedidas de ações cooperativas no município, anteriormente demonstradas. No entanto, essa propensão a cooperar foi notadamente maior quando a participação se dá com a contribuição de tempo e trabalho do que com dinheiro em si, o que é justificado frente aos poucos recursos financeiros dos agricultores. A participação também cresce quando eles percebem benefícios diretos em sua comunidade, mais precisamente em sua propriedade, demonstrando uma visão de retorno em curto prazo.

Nessa segunda parte da entrevista também houve a tentativa de entender como os agricultores familiares se relacionam com o meio externo à sua comunidade, como eles se mantêm informados e recebem notícias, tanto da região como do mundo, referentes à política, economia, trabalho, agricultura, entre outros. Percebeu-se que o rádio é o meio de comunicação mais utilizado pela população estudada, contanto com 33,78% das respostas, logo seguida pela rede de relacionamentos da comunidade, como amigos e vizinhos, que corresponderam a 31,17%. A televisão figurou o terceiro lugar, com 24,68% das respostas. Ainda foram citados meios como o jornal e o comércio local, com 5,19% e 2,60% respectivamente. As informações advindas do comércio local, e que se propagam por meio de conversas com amigos e vizinhos, são obtidas principalmente com as idas à cidade. Estas ocorrem principalmente aos sábados, identificado pelos agricultores como o “dia da feira”, sendo que a maioria dos entrevistados afirmou ir à cidade uma vez por semana. Notou-se também que a rede social existente na comunidade facilita a propagação da informação: 75% dos entrevistados responderam que visitam seus vizinhos e amigos com frequência.

Ao serem questionados quanto à segurança e ao bem-estar no meio em que vivem, apesar de reconhecerem que a violência na região aumentou nos últimos cinco anos, como mostra o gráfico 18, eles ainda a consideram tranqüila: 47,91 % dos entrevistados declararam que a região é muito tranqüila, 31,25% razoavelmente tranqüila, 16,67% razoavelmente violenta, e 4,17% muito violenta. Essa sensação de tranqüilidade é importante para a confiança e interação entre os agricultores, aproximando-os mais. Pôde-se notar nas entrevistas que a percepção do aumento da violência está relacionada principalmente às notícias veiculadas pelos meios de comunicação, o que acaba refletindo no sentimento de insegurança dos moradores. Mas houve também relatos quanto à maior ocorrência de roubos, furtos e agressão nos últimos anos na comunidade.

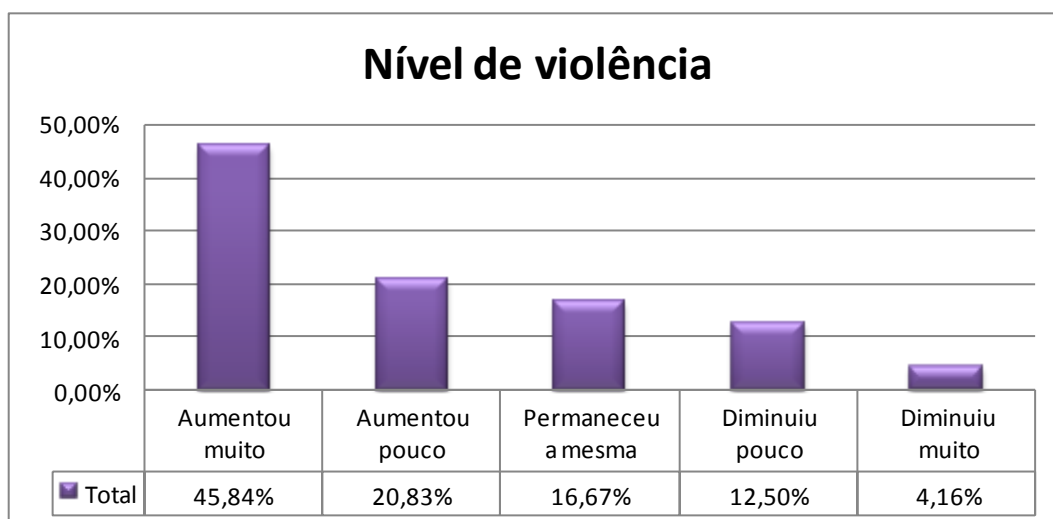


Gráfico 18 – Solânea (PB): Nível de Violência da Região Segundo os Agricultores Familiares
 Fonte: Pesquisa de campo, 2009. Org. SILVA, P. M. S. e. ; CERINO JUNIOR, N. S. (2009)

Com os dados analisados até aqui, percebe-se que há um nível de confiança elevado entre os agricultores familiares da região estudada, e que talvez por esse motivo os mesmos se sintam à vontade e até estimulados a participar de grupos e associações, a interagirem e socializarem experiências e informações com os seus comuns. No entanto, a confiança em sua própria capacidade de tomar decisões que influenciem suas atividades diárias ou da sua comunidade/vizinhança, ou seja, sua noção de empoderamento, ainda é pequena: 56,25% dos entrevistados disseram ter nenhum poder sobre tais questões; 18,75% disseram ter poder sobre poucas decisões; 12,50% afirmaram ter poder sobre algumas decisões; e 4,17% sobre muitas decisões. Ninguém respondeu ter poder sobre todas as decisões, e 8,33% não souberam responder.

Essa falta de autoconfiança na sua capacidade de influenciar decisões ligadas à sua própria comunidade é compreensível face à difícil realidade política encontrada nos pequenos municípios brasileiros, e no país como um todo, onde a corrupção e a desconfiança são constantes. Apesar de 94% dos entrevistados se declararem votantes, tendo participado das últimas eleições, apenas 25% dos moradores já conseguiram, pelo menos uma vez, mobilizar membros da comunidade para fazer alguma reivindicação ao governo local ou líder político por benefícios para a região. E o mais grave, nenhuma destas foi atendida. Assim, percebe-se que Solânea não foge à tônica apresentada anteriormente sobre as dificuldades de interação entre a comunidade civil e o Estado, sendo este visto como algo distante e inacessível, o que,

aliás, destoa completamente da lógica democrática, ou pelo menos do que ela deveria representar.

Então, voltando às questões iniciais deste item, depois da análise dos dados copilados do trabalho de campo, nota-se que a comunidade de agricultores familiares do município de Solânea apresenta sim algumas características identificadas como apontadores do capital social, já que este não possui um conceito definido. Dentre elas podem-se citar as relações baseadas em laços de confiança, e a ação cooperativa em busca de melhores resultados em suas atividades. No entanto, a presença do capital social parece estar ainda em estágio embrionário. Os agricultores se mobilizam por questões de sobrevivência, como o acesso à água e a segurança alimentar. Também o estímulo do Estado parece ser precário, não havendo relatos de ações por parte deste que viessem a fomentar o capital social da região, salvo a Bolsa Família, fornecida pelo governo federal, se esta for considerada um estímulo à educação.

Vale aqui lembrar que as características tidas como indicadoras do capital social foram apontadas por pesquisadores de países desenvolvidos, em sua maioria europeus ou norte-americanos, cuja realidade é bem distinta do Nordeste brasileiro. Como dito no início dessa dissertação, há uma grande carência de estudos acerca do capital social na região de estudo, o que pode demandar indicadores diferentes daqueles levantados inicialmente. Se Solânea não apresentou grande participação política, ou uma associação com vistas à viabilidade econômica de seus produtos, por outro lado foi patente a dimensão cultural e histórica do capital social na região, destacando-se a dimensão imaterial, como a disseminação do conhecimento adquirido.

O fortalecimento da cultura e a valorização da história desses agricultores representam um capital de suma importância para o seu desenvolvimento focado no território, permitindo que os mesmos utilizem-se de seus laços sociais e conhecimentos para se estruturarem tanto econômico como politicamente.

Embora a ação cooperativa esteja fortalecendo a agricultura familiar do município, facilitando o intercâmbio de informações, e principalmente melhorando a qualidade de vida dos agricultores, sua resposta no campo econômico ainda é modesta, visto que a produção excedente, e assim passível de venda, é pequena e não apresenta uma oferta regular. Mas esta é capaz de suprir a demanda básica da região, o que já lhes confere uma maior segurança.

Tendo por base que o desenvolvimento de uma região ou território não está atrelado exclusivamente ao seu crescimento econômico, pode-se dizer que a agricultura familiar tem um papel relevante no desenvolvimento do município de Solânea, propiciando aos seus moradores uma maior qualidade de vida, suprindo a segurança alimentar do agricultor, possibilitando a permanência da população rural no campo e garantindo a estas condições de vida dignas.

Quando se crê que um dos fatores preponderantes para o desenvolvimento de um território é a menor disparidade na distribuição de renda da sua população, nota-se que Solânea está trilhando o caminho certo, como demonstra o seu índice de Gini anteriormente apresentado. Mas não se pode negar que ainda há muito que fazer, como aprofundar a capacitação desses agricultores familiares para que eles participem de forma efetiva do crescimento econômico do território, comercializando seus produtos de maneira mais eficaz. Também nesse processo o fomento ao capital social, que já se mostra presente na comunidade, pode ser de grande valia. É a participação integrada da comunidade civil e do Estado que pode conduzir um desenvolvimento territorial ativo, não só pelo seu crescimento econômico, mas pela capacidade de interação entre seus vários setores.

4.7 Por um desenvolvimento territorial ativo

Tendo em vista os limites de uma teoria de desenvolvimento territorial puramente endógeno, como visto anteriormente, mas também considerando a grande relevância dos fatores locais (físicos, econômicos, sociais e políticos), no processo de desenvolvimento do território, como os apresentados nos últimos itens, buscar-se-á aqui uma proposta de desenvolvimento territorial que articule as potencialidades endógenas, a atuação do Estado e dos atores locais.

Atualmente observam-se duas ordens de determinação na dinâmica do desenvolvimento: uma definida pelo primado de uma economia de mercado transnacionalizada, devastando nações e regiões; outra perseguida pelas sociedades regionais e nacionais, reagindo à devastação e buscando auto proteger-se, defendendo sua sociedade da destruição.

Da dinâmica resultante dessas duas ordens, decorrem duas formas distintas de reação: uma passiva, resultado da incapacidade organizacional dos agentes regionais de superarem as contradições e resolverem os conflitos, através da integração dos interesses locais com os interesses socioambientais regionalizados, o que possibilitaria a construção de um projeto próprio e específico. Nessa forma passiva, os interesses socioambientais são tratados regionalmente, de acordo com os interesses econômico-corporativos multinacionalizados (o mercado capitalista). É o mercado, a economia globalizada que determina a dinâmica do desenvolvimento regional.

Já a forma ativa de ação, nascida do desenvolvimento local-territorial, resultará da capacidade organizacional dos agentes territoriais. E sobre essa articulação construir um projeto próprio e específico de inserção diferenciada e diferenciadora, portanto alternativa, do desenvolvimento territorial no desenvolvimento global, vinculando os interesses econômico-corporativos multinacionalizados aos interesses socioambientais regionalizados.

Essa forma de reação ativa somente será possível se os agentes regionais fizerem nascer, naturalmente, na esfera da política, uma estrutura político-institucional mediadora e viabilizadora do seu processo de desenvolvimento. Essa estrutura dá ao sistema político um papel de mediação entre os sujeitos individuais e coletivos, protagonistas diretos e ativos do desenvolvimento.

Pesquisas feitas por Dunford (1994) demonstram que a qualidade do desenvolvimento em um território, e seu êxito na concorrência econômica serão maiores nas áreas em que o desenvolvimento se encontrar mais bem planejado e organizado socialmente, e menos regulado pelo mercado, confirmando a velha tese polanyiana de que o “sistema econômico é mera função da organização social”. Em outros termos, comprovando que a construção social do desenvolvimento territorial, depende das formas e conteúdos dos arranjos, redes, sistemas, cadeias, consórcios ou parcerias regionais.

Mas para tanto é necessário a capacitação desses agentes regionais e desses territórios, como dito anteriormente, para que se tornem efetivamente protagonistas diretos e ativos do desenvolvimento.

Somente com aprofundamento do processo de democratização é que pode desabrochar o reconhecimento da diversidade ambiental e da pluralidade cultural que se transformam em

vantagens ou trunfos de diferentes espaços e escalas geográficas e na sabedoria de como interagir, a autonomia decorrente da diversidade, com a integração da sociedade local, regional, nacional, global. Essa participação é um processo formativo lento, uma recuperação coletiva da capacidade de organizar e de construir um território.

Assim, os padrões de desenvolvimento territoriais devem ser compreendidos como as múltiplas alternativas que cada localidade, região ou nação tem, pelas suas diferenças culturais, ambientais e valores (éticos e morais), de se inserir no processo geral de desenvolvimento através da construção territorial de um modelo de desenvolvimento próprio e específico, portanto, singular. Em outras palavras, o desenvolvimento decorre da capacidade cultural, acumulada territorialmente, dos agentes sociais, políticos e econômicos de uma região para constituir e construir de forma coletiva e associada seu próprio padrão de desenvolvimento.

Esse padrão de desenvolvimento próprio só é possível potencializando as especificidades sociais e culturais de cada território que, por si só, são diferenciadoras e, por isso, possibilitadoras de inserções diferenciadas. E só o será, se o território souber a tempo promover e adotar se acumulado sociocultural como pressuposto, meio e objetivo do processo de desenvolvimento regional. A crescente interação/integração dos agentes do desenvolvimento territorial transforma-os em sujeito coletivo regional e é o que viabiliza um processo de desenvolvimento diferenciado e diferenciador dos outros de sua região.

Em artigo sobre o tema, Moraes (2003) afirma que o crescimento das grandes empresas e o dinamismo econômico não se irradiam homogeneamente para todas as regiões de um país e nem permitem uma distribuição mais equitativa de renda entre os diversos grupos sociais. Ou seja, a evidência empírica mostra que os efeitos de difusão desse tipo de crescimento econômico concentrador são claramente desiguais e insuficientes para eliminar as situações de pobreza em que vive uma significativa parcela da população.

Arocena (1998) conclui que a construção de um “sistema local” autônomo e mais integrado nas redes globais é parte da estratégia de desenvolvimento e coloca o Estado e os agentes econômicos como atores fundamentais do desenvolvimento. Assim, espera-se que o Estado tenha sua atuação direcionada para aquelas atividades que levem em conta as capacidades e potencialidades de cada território, a partir de políticas de coordenação e promoção das iniciativas sociais.

Mas alguns autores destacam vários entraves quanto à forma de articulação entre Estado e sociedade civil. Uma dessas barreiras é a pouca solidez estrutural das relações de solidariedade em nossas sociedades. O processo de institucionalização de organizações mediadoras entre Estado e sociedade é considerado um caminho para enraizar e fortalecer a dimensão social da democracia.

Logo, percebe-se que a construção de um processo de desenvolvimento territorial em seu sentido mais amplo, não apenas de crescimento econômico, mas também pautado no bem estar social, na qualidade de vida e respeito às diversidades socioculturais, parte da articulação de três fatores: capacitação da sociedade local (capital social), atuação efetiva do Estado, e um plano de desenvolvimento a longo prazo. Mas essa é uma discussão que está em fase inicial, sendo levantadas aqui apenas algumas questões para reflexão. Cabe a trabalho de maior fôlego o aprofundamento da proposta de um desenvolvimento territorial ativo. Compete apenas dizer que, se guiados por esse caminho, Solânea já deu o primeiro passo em direção a capacitação social, pelo menos no que diz respeito à comunidade de agricultores familiares, faltando, contudo, a atuação mais efetiva do Estado e o planejamento com vistas ao futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista as limitações encontradas em toda pesquisa, esta não foi diferente. Houve dificuldades quanto à restrição de tempo e contratempos inevitáveis. Por maiores que sejam os esforços em cumprir todos os passos delimitados para a conclusão do trabalho, sempre há a sensação de que falta algo, como o maior aprofundamento em algumas questões, ou a maior dedicação ao estudo de alguns pensadores. Mas é justamente nessas limitações que se esconde o encantamento da pesquisa, instigando o pesquisador a mergulhos mais profundos, nunca considerando a obra acabada.

E é com a certeza de que essa é uma obra que apenas começa, e que a realidade apresentada em uma pesquisa é sempre parcial, que serão traçadas aqui as considerações, talvez não finais como a Academia exija, mas gerais, de um trabalho em eterna construção.

Conforme foi mostrado no decorrer dos capítulos, a agricultura familiar sempre esteve relegada ao segundo plano nos projetos de desenvolvimento rural implantados no Brasil. Há uma clara inadequação destes à realidade da agricultura familiar, e o Nordeste, a Paraíba, e Solânea como objeto de estudo, não estão fora desse contexto. No entanto, as pesquisas acerca da agricultura familiar brasileira aumentaram na década de 1990, contribuindo para o debate sobre as problemáticas que permeiam essas unidades de produção. Tais pesquisas concordam entre si no que tange à importância desse segmento na produção de alimentos básicos que atendem às populações urbanas, no que se refere à preservação dos recursos naturais e à preservação do patrimônio sociocultural. O fortalecimento desses produtores pode diminuir as desigualdades sociais, os conflitos presentes no campo, e a violência nos centros urbanos, causada pelo inchaço das cidades decorrente da fuga de populações rurais que não encontram condições de sobrevivência nesse meio.

Há que se pensar a importância da valorização dos recursos territoriais dos agricultores familiares, considerando suas potencialidades. Nesse contexto, surgem oportunidades para as atividades desenvolvidas pelo setor, pois a pequena produção parece adequar-se melhor ao novo modelo sustentável de produção e consumo. Com efeito, a organização desses produtores em estruturas cooperativas pode lhes garantir melhores resultados em sua produção. Fortalecidos em uma entidade, podem arcar com os custos financeiros e organizacionais exigidos pelo atual contexto econômico da globalização, além de conseguir outros benefícios como representação política de classe e uma política agrícola que melhor se

ajuste aos seus interesses. Foi nesse ponto que se recorreu ao conceito de capital social como alternativa ao desafio do desenvolvimento rural.

O capital social, por sua vez, é apresentado como as normas, valores, instituições e relacionamentos compartilhados que permitem a cooperação dentro ou entre os diferentes grupos sociais. Dessa forma, é dependente da interação entre, pelo menos, dois indivíduos. Assim, fica evidente a estrutura de redes por trás do conceito de capital social, que passa a ser definido como um recurso da comunidade construído pelas suas redes de relações. A construção de redes sociais e a conseqüente aquisição de capital social estão condicionadas por fatores culturais, políticos e sociais. Entender sua constituição pode levar à sua utilização como mais um recurso em favor do desenvolvimento e da inclusão social, especialmente das comunidades. Para isso, deve-se ter em conta que as redes se constituem em canais pelos quais passam informação e conhecimento, sendo dependente de fatores intangíveis como confiança e reciprocidade.

Surge aqui mais um desafio à pesquisa. Conceitos como “confiança”, “comunidade” e “redes” são difíceis de serem operacionalizados e, mais ainda, de serem quantificados e qualificados, pois há um acordo entre os estudiosos do tema, segundo o qual, não basta identificar o número de componentes das redes (ligações e nós), mas sim apreender a sua importância para a comunidade. Trata-se de um desafio para os pesquisadores e, principalmente, para aqueles interessados em usar o capital social para promover o desenvolvimento. Como tentativa de contornar tal obstáculo, recorreu-se nesse trabalho à metodologia desenvolvida pelo Banco Mundial no Questionário Integrado para Mensuração do Capital Social (SC-IQ), que visa não exatamente quantificar o capital social, mas identificar a presença deste nas comunidades.

Mesmo defendendo a potencialidade do capital social para o desenvolvimento das comunidades de agricultura familiar e para o território como um todo, deve-se tomar cuidado, no entanto, com as generalizações fáceis e com a visão ingênua acerca desse conceito, que pode ser apresentado como salvação para todas as mazelas do mundo. Inegavelmente, as possibilidades de pesquisa tendo por base a metodologia de redes e o conceito de capital social como potencializador do desenvolvimento territorial são desafiadoras, havendo ainda um imenso vazio a ser ocupado quando se trata de informações capazes de orientar a formulação de políticas públicas no Brasil.

Como assinalado anteriormente, o acesso à informação, existente dentro e fora do grupo, e sua importância para o desenvolvimento, seja das comunidades, seja dos territórios, é elemento-chave a ser investigado. Da mesma forma, as ações políticas não podem ignorar as informações que os próprios grupos elaboram a partir de seus universos locais de vivência, interação e trabalho. No caminho percorrido por toda essa pesquisa, percebeu-se que a educação perpassa todos os campos do desenvolvimento, sendo talvez o maior desafio dessa empreitada. Educação aqui entendida não só como a formal, medida pelo grau de escolaridade, mas também aquela desenvolvida e repassada dentro das próprias comunidades, muitas vezes desprezada pelos formuladores e gestores de projetos de desenvolvimento rural. Faz-se necessário salientar também a importância da extensão rural das Universidades para as comunidades de agricultores familiares.

Quando se fala em desenvolvimento rural, várias críticas são levantadas ao afirmar que o mesmo não passa de uma propagação do capitalismo. Talvez realmente o seja. Mas se a agricultura familiar sempre esteve fora desse desenvolvimento capitalista, e se é ele que rege o mundo, enquanto não for apresentada uma proposta de real rompimento desse ciclo, que os agricultores familiares sejam pelo menos enxergados por ele, dando condições mínimas de sobrevivência e uma melhor qualidade de vida. Se essa é a realidade dada, que eles vivam da melhor forma possível. E como fazê-lo sem inserir esses produtores no mercado? Permitindo que eles continuem fugindo para as cidades com a promessa de uma vida mais digna? Estariam as cidades prontas a atender tamanha demanda?

A exploração familiar é ao mesmo tempo uma memória, uma situação e um desafio. E Solânea parece estar dando os primeiros passos em busca de superá-lo. As comunidades de agricultores familiares estão se organizando para conviver com a seca. Falta-lhes “amadurecer” esse processo para começarem a comercializar seus produtos de forma eficaz, contribuindo, assim, para o desenvolvimento do território. Como dito em linhas anteriores, Solânea não apresentou grande parte dos indicadores levantados por teóricos como apontadores do capital social. No entanto, demonstrou um forte potencial em se tratando dos aspectos culturais, históricos e imateriais, todos de relevância para o fortalecimento da autoestima dos agricultores familiares e, conseqüentemente, para alcançar o desenvolvimento do território, conforme destacado.

Pode-se dizer que Solânea se distancia, sim, do padrão de desenvolvimento apresentado pelos agricultores familiares da região Sul do país, sendo esses os que mais se

aproximam da realidade encontrada pelos pesquisadores norte-americanos e europeus ao tratarem do capital social. Porém, tal fato não significa que esse município seja desprovido de capital social, sinaliza apenas que suas características diferem das primeiramente citadas, demonstrando que o capital social pode se manifestar de maneiras diversas, o que intensifica a necessidade de estudos mais aprofundados sobre o tema em outras regiões do Brasil e do mundo.

Será Solânea uma exceção por sua diferente configuração social, maior escolaridade dos filhos, menor migração da população jovem, entre outros fatores? O que impediria as demais comunidades rurais nordestinas de seguir o mesmo exemplo? Talvez o reconhecimento do sucesso das primeiras iniciativas dos produtores familiares de Solânea seja o apontador de que outra realidade é possível.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária**, Brasília, v. 28, nº 1, p. 28-43, 1999.

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, São Paulo, v.4, n. 2, abr./jun. 2000. Disponível em http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/2000/O_capital_social.pdf. Acesso em: 11 maio. 2006.

ALENCAR, R.P. Revisão sobre o conceito de capital social e reflexão sobre as implicações das abordagens racional e sociológica na teoria do capital social. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 8, n. 3, p. 130-152, set./dez. 2003. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 2004.

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento rural sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura**: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1997. p. 33-55.

ALVES, C. A. B. **O semi-árido brasileiro e a convivência com a seca**. UEPB, 2008. Disponível em: http://guarabira.pb.gov.br/site/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=478. Acesso em: 20 ago. 2009.

AMARAL FILHO, J. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. **Planejamento e políticas públicas**, Brasília, IPEA, n. 14, p. 36-72. dez/ 1996.

AMMAN, S. B. **Ideologia do desenvolvimento de comunidades no Brasil**. São Paulo, Cortez, 1985. 176 p.

AROCENA, J. Los paradigmas del desarrollo y lo local. **Cuadernos del CLAEH**, Montevideo, CLAEH, n. 41, p. 5-21, 1988.

AZEVEDO, F. F. de. Desigualdades regionais e intervenção estatal: o que não mudou no espaço rural semi-árido nordestino. In: MARAFON, G. J; PESSÔA, V. L. S. (Org.). **Interações geográficas**: a conexão interinstitucional de grupos de pesquisa. Uberlândia: Roma, 2007. 207p. p. 104-107.

BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. In: Campo-Território: revista de geografia agrária, Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006. disponível em: <http://www.campoterritorio.ig.ufu.br/include/getdoc.php?id=66&article=48&mode=pdf>. Acesso em: 15 jan. 2007.

BOISIER, S. Desarrollo territorial y descentralización. El desarrollo em El lugar y em lãs manos de La gente. **Revista Eure**, Santiago, v. 30, n. 90, p.27-40, sept. 2004. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/196/19609003.pdf>. Acesso em: 23 set. 2008.

BOUDON, R. Limitations of rational choice theory. **American Journal os Sociology**, Cambridge, v. 104, n. 3, p. 817-828, 1998.

BOURDIEU, P. Les trois états du capital social culturel. **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**, Paris, n. 31, p. 3-6, 1979.

_____. Le capital social: notes provisoires. **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**, Paris, n. 31, p. 2-3, 1980.

BRANDÃO, C. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, SP, Unicamp, 2007. 238 p.

BRUMER, A. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar**: comparação internacional. Tradução de Ângela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. P. 179-234, v. 1. (Coleção Repertórios).

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 3 ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

COLEMAN, S.J. **Foundations of social theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

_____. Social capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, Cambridge, v.94, Supplement, p. 95 – 120, 1998.

_____. **Foundations of social theory**. Cambridge, Massachussetts; London, England: Belknap Harvard, 1994.

CPRM. **Serviço Geológico do Brasil**. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/rehi/atlas/paraiba/relatorios/SOLA203.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2008.

CPT. **Comissão Pastoral da Terra**. Disponível em: <http://www.cptnac.com.br>. Acesso em: 18 ago. 2009.

DELGADO, N. G. et. al. Novas estratégias regionais de integração: diversificação e qualidade. In: _____. **Estratégias agro-industriais e grupos sociais rurais**: o caso do Mercosul. Rio de Janeiro: Forense Universitária/UFRJ, 1996. p. 130-168.

DELLA PORTA, D. Social capital, biliefs in government and political corruption. In: PHARR, S: R. PUTNAM. (Ed.). **Disaffected democracies**. Princiton University Press, 2000. p. 202-28.

DUNFORD, M. Trajetórias industriais e relações sociais. In: BENKO, G. ; LIPIETZ. A. **As regiões ganhadoras**: distritos e redes – os novos paradigmas da geografia econômica. Oieras: Celta. 1994. p. 153-200.

FAO. **Novo Retrato da Agricultura Familiar. O Brasil redescoberto**. Brasília, 2000. Disponível em: http://www.deser.org.br/biblioteca_read.asp?id=3. Acesso em 07 de abril de 2008.

FERLINI, V. L. A. **Civilização do açúcar**. 11 ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.

FERNANDES, B. M. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. 2000. Disponível em: <http://www.osal.clacso.org/espanol/html/documentos/Fernandez.doc>. Acesso em: 30 jan. 2007.

FERREIRA, E. S. **Capital social como estratégia do desenvolvimento rural**: um enfoque territorial, 2007. 96 p. Monografia de Prática e Pesquisa de Campo II (Bacharelado em Geografia) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, 2007.

FIALHO, M. A. V.; WAQUIL, P. D. Desenvolvimento rural: concepções e referências para a proposição de políticas públicas de desenvolvimento nos territórios rurais. **Revista Extensão Rural**, DEAER/CPGExR – CCR – UFSM, n. 15, p. 32-48, jan./jun de 2008. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/extensaorural/art6ed15.pdf>. Acesso em: 23 set. 2009.

FLEURY, M.T.L. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Global, 1983. Disponível em: <http://www.rausp.usp.br/download.asp?file=v20n01p087.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2009.

FUKUYAMA, F. **Confiança**: as virtudes sociais e a criação da prosperidade. Tradutor: Nivaldo Montingelli Jr. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

_____. **What is social capital**. Disponível em: <http://www.ifm.org>. Acesso em: 5 jun. 2006.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999. p.104.

GLAESER, E. L.; LAIBSON, D.; SACERDOTE, B. An economic approach to social capital. **Economic Journal**, New York, v.11, n. 483, p. 437-458, nov.2002 Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w7728>. Acesso em: 31 mar. 2009.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 91, n. 3, pag. 15-32, Nov. 1985.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é questão agrária**. 10.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. p.111.(Coleção primeiros passos).

GRAZIANO DA SILVA, J.; WEID, J. M. V. der ; BIANCHINI, V. **José Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem O Brasil rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário / Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável / Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2001. (Texto para discussão n. 2).

GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e ecologia**: crítica da moderna agricultura. São Paulo: Brasiliense, 1982. 154 p.

GUIMARÃES FILHO, G. **Os caminhos da convivência com a seca**. EMBRAPA, 2002. Disponível em: <http://www.agronline.com.br/artigos/artigo.php?id=74&pg=1&n=2>. Acesso em: 20 ago. 2009.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, P. A e TAYLOR, R. C. Political science and the three new institutionalisms. In: **Political Studies**, XLIV, p. 936-957, 1996.

HALL, P. Great Britain: the role of government and the distribution of social capital. In: PUTNAM, R.D. (Ed.). **Democracies in Flux: the evolution of social capital in contemporary society**. New York: Oxford University Press, 2002. p. 21-58.

HARDIN, R. Conceptions and explanations of trust. In: COOK, Karen (Ed.). **Trust in Society**. New York: Russell Sage Foundation, 2001, não paginado.

HIGGINS, S. S. **Fundamentos teóricos do capital social**. Chapecó: Argos, 2005.

IBGE. **Censo Agropecuário da Paraíba, 1995-96**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 23 mar. 2009.

JANVRY, A. de; SADOULET, E. “Novas” Abordagens a Respeito do Desenvolvimento Rural na América Latina. Tradutor: Elvino de Carvalho Mendonça. Artigo preparado para o seminário da Cepal-FAO “Experiências Bem-sucedidas de Redução da Pobreza Rural: Lições para o redirecionamento de políticas”, Santiago, Chile, 27 e 28 de janeiro de 2000. Disponível em: <http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=52>. Acesso em: set. 2008.

LAGES, V. Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável: questões para o debate. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, XIV.,1998, Presidente Prudente.**Anais...** Presidente Prudente: UNESP, FCT,1998. v. II, p. 105-151.

LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução de Ângela M. N. Tijiwa. Campinas: Unicamp, 1993. V.1. (Coleção Repertórios).

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Cambridge: Blackwell Publishers, 1991.

MALUF, R. S. A multifuncionalidade da agricultura familiar na realidade brasileira. In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p. 135-152.

MARTELETO, R. M.; SILVA, A. B. de O. e. Redes e capita social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 33, n. 3, p.41-49, set./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n3/a06v33n3.pdf>. Acesso em: 08 set. 2009.

MILANI, C. Projeto de pesquisa «**Capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia**» (2002-2005), financiado pela FAPESB e desenvolvido na Escola de Administração da UFBA (NPGA/NEPOL/PDGS/CIAGS). Disponível em: http://www.adm.ufba.br/milani/CapSocial_DesLocal.pdf. Acesso em: 2 mar. 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIOS. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: guia para o planejamento**. Brasília: SDT/MDA, 2005.

MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. **Desenvolvimento em (des)construção**. Narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. 2006. 438 f. Tese (Doutorado em Geografia) — Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

MORAES, J. L. A. de. Capital social e políticas públicas para o desenvolvimento regional sustentável. **Revista do Centro de Ciências Administrativas**, Fortaleza, v. 9, n. 2, p. 196-204, dez. 2003. Disponível em: <http://www.unifor.br/notitia/file/339.pdf>. Acesso em: 14 set. 2006.

MOREIRA, E.; TARGINO, I. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997. 332p.

MOREIRA, E. et al. Espaço agrário e agricultura familiar do município de Solânea (PB). In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, XV. 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, FFLCH, 2008.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v.16, n. 43. 2001. Disponível em: <http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=218>. Acesso em: set. 2008.

OSTROM, E. **Governing the commons**. Cambridge : Cambridge University Press, 1990.

PAIVA, C. Á. **O que são sistemas locais de produção**. 2002. Disponível em: <http://nutep.adm.ufrgs.br/pesquisas/desenvolvreg.html>. Acesso em: 3 de jul.2006.

PALMA, S. S. **Desenvolvimento rural e espaço**: a sustentabilidade da agricultura familiar de Bonfinópolis de Minas. 86f. Monografia (Prática e Pesquisa de Campo II). Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Geografia. Brasília, 2003.

PORTES, A. The two meanings of social capital. **Sociological Forum**, v. 15, n. 1, p. 1-12, Princeton University, 2000.

PUTNAM, R. D. Bowling alone: American's declining social capital. **Journal of Democracy**, New York, n. 6, p. 65 – 78, 1995.

_____. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Tradução de: Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RESENDE, S; PESSÔA, V. L. S. O movimento cooperativista no contexto da globalização: uma leitura sobre as cooperativas agrícolas. In: MARAFON, G. J; PESSÔA, V. L. S. (Org.). **Interações geográficas**: a conexão interinstitucional de grupos de pesquisa. Uberlândia: Roma, 2007. 207p. p. 153-176.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: HUCITEC, 1988.

_____. **A natureza do espaço**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SABOURIN, E. Organizações e dispositivos coletivos dos agricultores familiares no nordeste do Brasil. In: SABOURIN, Eric (Org.). **Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária no Meio Rural**. Brasília: UnB, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudo Agrários – NEAGRI. v.6. n. 23, 2006. p. 29-61.

SAQUET, M. A. Campo-Território: considerações teórico-metodológicas. **Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 60-81, fev. 2006. Disponível em: <http://www.ig.ufu.br/campoterritorio>. Acesso em: 15 de out. 2008.

SHEPSLE, K.; M. BONCHEK. **Analysing politics**. New York: W.W. Norton & Co. 1997.

SOARES, A. C. A multifuncionalidade da agricultura familiar. **Proposta**, Rio de Janeiro, n. 87, p. 40-49, dez. 2000/fev. 2001.

SOUZA, J. R. de. **Desenvolvimento regional endógeno, capital social e cooperação**. Mestrado, PPGA/UFRGS, 2000. Disponível em: <http://nutep.ea.ufrgs.br/pesquisas/Desenvolvreg.html>. Acesso em: 24 mar. 2008.

STR, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Solânea. **Agricultura familiar e biodiversidade em Solânea**, 2 ed., Solânea, 2003. Disponível em: <http://www.aspta.org.br/programa-paraiba/recursos-geneticos/cartilha%20de%20solanea.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2008.

RTS. **Rede Territórios Sociais**. Disponível em: <http://www.rts.org.br>. Acesso em: 14 ago. 2009.

TOCQUEVILLE, A. **A democracia na América**. Tradução de João Miguel Pinto de Albuquerque. São Paulo: Edusp, 1997.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

VENÂNCIO, M. **Território de esperança**: tramas territoriais da agricultura familiar na comunidade rural São Domingos em Catalão (GO), 2008. 178 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, 2008.

VIANA, F. O. **Problemas de política objetiva**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1974. 194 p.

WANDERLEY, M. de N. B. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, N. (Comp.) **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), enero de 2001.p.31-44.

WATTS, D. J. **Small worlds**: the dynamics of networks between order and randomness. New Jersey : Princeton University, 1999. 264 p.

WOOLCOCK, M. Social capital and economic development: toward a theoretical synthesis and policy framework. **Theory and Society**, New York, v.27, n. 2, p. 151-208, 1998.

WORLD BANK, 2004. Measuring Social Capital – An Integrated Questionnaire. World Bank Workin Paper N°. 18. Washington, D.C., 53p. Disponível em:

[http://www.acdivoca.org/acdivoca/Amapbds.nsf/f8aed16f1717ff208525738f00036e21/2f9ba2c1cbea811b85256e7f006fcbf2/\\$FILE/WB%20Integrated%20Ques%20on%20SC.pdf](http://www.acdivoca.org/acdivoca/Amapbds.nsf/f8aed16f1717ff208525738f00036e21/2f9ba2c1cbea811b85256e7f006fcbf2/$FILE/WB%20Integrated%20Ques%20on%20SC.pdf). Acesso em: 18 abr. 2008.

WUTHNOW, R. United States: bridging the privileged and the marginalized? In: PUTNAM, R. D. (Ed.). **Democracies in flux**: the evolution of capital social in contemporary society. New York: Oxford University Press, 2002, p. 89-101.

ANEXOS

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas – IH
Departamento de Geografia – GEA
Programa de Pós-Graduação em Geografia / Mestrado

Dissertação: A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE SOLÂNEA (PB): o capital social no contexto do desenvolvimento territorial

ANEXO A - Roteiro de entrevistas com os pequenos produtores rurais de Solânea – PB

Elaboração: Éricka Sales Ferreira

PARTE I – Identificação do produtor, da propriedade e da produção

A - O Produtor:

1. Nome: _____
2. Tamanho da propriedade: _____
3. Número de filhos: _____
 - 3.1. Onde moram? _____
 - 3.2. Profissão dos filhos? _____
 - 3.3. Grau de escolaridade dos filhos? _____
4. Grau de escolaridade do produtor: _____

B - Propriedade:

5. Situação do produtor:
() proprietário () arrendatário () parceiro () ocupante
6. De que forma adquiriu a propriedade?
() herança () compra () concessão de uso
7. Há quanto tempo está na propriedade? _____
8. Possui outra fonte de renda? Qual? _____

C - Produção:

9. Quais os produtos cultivados na propriedade? _____

10. Quanto é comercializado e quanto destina-se a consumo próprio (uma média)?

_____ % é comercializado _____ % é para o consumo da família

11. Quem compra esses produtos?

() consumidores diretos () supermercados () CEASA

() feiras () outros: _____

12. Existem problemas na comercialização? Quais? Por quê? _____

D - Força de Trabalho**13. Familiar**

Número de pessoas _____

Grau de parentesco () filhos () irmãos () esposa

Idade () menos de 10 anos () 11 a 20 anos () 21 a 30 anos () 31 a 40 anos ()
41 a 50 anos () mais de 50 anos

Qual período do ano em que trabalham? _____

Qual tipo de serviço executam? _____

14. Assalariados permanentes

Número de pessoas _____

Origem _____

Forma de contratação _____

Forma de pagamento _____

Qual o tipo de serviço realizam? _____

15. Assalariados temporários

Número de pessoas _____

Origem _____

Forma de contratação _____

Forma de pagamento _____

Período do ano em que trabalham _____

Tipos de serviços que realizam _____

E -Tecnologia , utilização de recursos e assistência técnica

16. Utiliza sementes selecionadas?

() Sim Quais? _____

() Não Por que? _____

17. Possui máquinas e equipamentos próprios?

() Sim

() Não Por que? _____

18. Utiliza defensivos?

() Sim Que tipo e para que finalidade? _____

() Não

19. Utiliza alguma forma de conservação do solo (curva de nível,...) ou de outro recurso natural? _____

20. Conta com assistência técnica:

() Sim () Não Por que? _____

20.1. Quais órgãos? _____

20.2. Como é feita essa assistência? _____

F – Outros rendimentos da família

21. Formas de renda (Porcentagem da renda total):

a) Com salário de membros da família:

Emprego permanente _____

Emprego temporário _____

b) Área cedida a terceiros _____

c) Aposentadoria _____

d) Outras fontes (Quais?) _____

22. Trabalha fora da propriedade?

() Não

() Sim Quando? _____

Em qual atividade? _____

Quanto recebe em média? _____

PARTE II – Identificação do capital social

Grupos e Redes:

1. Nós gostaríamos de começar perguntando sobre os grupos, organizações, associações ou sindicatos que você ou algum membro da família participe. Pode ser uma organização formal ou simplesmente um grupo de pessoas que se reúnem regularmente para alguma atividade ou para discutir alguma coisa. Nós vamos ler uma lista de grupos, e, por favor, nos diga se você ou algum membro da família participa de algo parecido:

- a) Grupo de produtores ou cooperativa
- b) Grupo religioso
- c) Grupo ou movimento político
- d) Grupo ou associação cultural (música, folclore...)
- e) Grupo educacional (associação de pais e professores, grupos de estudo...)
- f) Grupo de Esportes
- g) ONG (Organização Não Governamental)

1.1. Qual desses grupos você considera mais importante? _____

1.2. Com que frequência participa? _____ vezes na semana, ou _____ vezes no mês

1.3. Como você entrou para o grupo?

- a) A família já participava desse grupo
- b) Você foi convidado a participar
- c) Foi uma escolha voluntária
- d) Outro motivo _____

- 1.4. Qual o maior benefício que esse grupo traz para você ou para sua família?
- Possibilita uma maior aproximação entre os vizinhos/comunidade
 - Facilita o acesso a serviços (saúde, educação, assistência técnica, comercialização de produtos)
 - É importante em tempos de emergência, necessidade...
 - Divertimento, recreação
 - Espiritual, bem-estar
 - Outros_____
- 1.5. Nos últimos anos o número de membros desse grupo tem diminuído, aumentado ou permanece o mesmo?
- Diminuído
 - Aumentado
 - Permanece o mesmo
- 1.6. Quando uma decisão é tomada no grupo, como ela é feita comumente?
- O líder decide e informa a decisão tomada ao grupo
 - O líder pergunta a opinião do grupo e depois toma a decisão
 - Os membros do grupo discutem e tomam a decisão em conjunto
- 1.7. Como o líder do grupo é escolhido?
- Por alguém de fora do grupo
 - Cada líder escolhe o seu sucessor
 - Por um pequeno grupo dos membros
 - Por decisão/voto de todos os membros
- 1.8. Esse grupo interage com grupos de outras comunidades/regiões?
- Não
 - Sim, raramente
 - Sim, freqüentemente
- 1.9. Qual a principal fonte de renda desse grupo?
- Dos seus próprios membros
 - Da ajuda de outras pessoas da comunidade
 - De recursos de fora da comunidade
- 2.** Na sua opinião, qual a importância do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) para os agricultores familiares da sua região (na assistência aos agricultores, ajuda na venda da produção, ajuda ao crédito...)?
- Muito importante
 - Importante
 - Pouco importante
 - Sem importância
- 3.** Você considera importante a presença da Articulação do Semi-Árido (ASA), por meio da ação da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), para o município de Solânea?

- a) Muito importante
- b) Importante
- c) Pouco importante
- d) Sem importância

Confiança e Solidariedade:

4. Se você precisasse repentinamente de uma pequena quantidade em dinheiro para resolver um problema, algum vizinho, amigo ou membro da comunidade/região o ajudaria?

- a) Com certeza sim
- b) Provavelmente sim
- c) Provavelmente não
- d) Com certeza não

5. De uma maneira geral, você diria que as pessoas da sua comunidade/região são confiáveis?

- Sim Não

Ação coletiva e Cooperação:

6. Se um projeto da comunidade não beneficiasse você ou a sua família diretamente, mas beneficiasse outros membros da região, você contribuiria com tempo ou dinheiro para esse projeto?

- Tempo Sim Não
Dinheiro Sim Não

7. No último ano você participou com outros membros da comunidade/vizinhança de alguma ação que beneficiasse a região?

- Sim Não

Informação e Comunicação:

8. Como você fica sabendo das notícias ou informações a respeito de política, trabalho, agricultura...

- a) Amigos e vizinhos
- b) No comércio local
- c) Jornal local
- d) Rádio
- e) Televisão

9. Com qual frequência você vai à cidade?

_____ vezes por semana, ou _____ vezes por mês

Coesão Social e Inclusão:

10. Você costuma visitar vizinhos ou amigos com frequência?

Sim Não

11. Na sua opinião, a região/vizinhança é tranqüila ou violenta?

- a) Muito tranqüila
- b) Razoavelmente tranqüila
- c) Razoavelmente violenta
- d) Muito violenta

12. Em comparação com os últimos 05 anos, você acha que a violência na região aumentou, diminuiu ou permaneceu a mesma?

- a) Aumentou muito
- b) Aumentou pouco
- c) Permaneceu a mesma
- d) Diminuiu pouco
- e) Diminuiu muito

Empoderamento e Ação política:

13. Você acha que tem poder de tomar decisões que afetem suas atividades diárias, ou da sua comunidade/vizinhança?

- a) Nenhum poder
- b) Poder sobre poucas decisões
- c) Poder sobre algumas decisões
- d) Poder sobre muitas decisões
- e) Poder sobre todas as decisões

14. Nos últimos 12 meses (último ano) a sua comunidade/vizinhança se uniu para fazer alguma reivindicação (pedido) ao governo local ou líder político por benefícios para comunidade/região?

- a) Não
- b) Uma vez
- c) Poucas vezes (menos de 5)
- d) Muitas vezes (mais de 5)

14.1. Tiveram algum retorno (reposta positiva, solução do problema...)?

Sim Não

15. Muitas pessoas têm dificuldade em votar. Você votou nas últimas eleições municipal, estadual ou nacional?

Sim Não

ANEXO B - ASA Paraíba organiza evento para famílias agricultoras

IV Feira Estadual da Semente da Paixão, realizada em Patos (PB), receberá cerca de 2 mil visitantes.

Nos dias 23, 24 e 25 de julho, em Patos (PB), acontecerá a IV Festa Estadual da Semente da Paixão. Organizado pela Articulação do Semi-Árido (ASA Paraíba), o evento tem como tema Semente da Paixão: Plantando e Colhendo Riquezas e Solidariedade no Semi-Árido. Para os dias 23 e 24, foram convidadas 300 lideranças de agricultores familiares para uma reflexão sobre convivência com o Semi-Árido e políticas públicas. Para o dia 25, aguardam-se 2 mil pessoas, que poderão participar de um ato público e apreciar a feira de sementes e produtos agroecológicos. A novidade desta edição é que, durante a mostra, serão realizadas oficinas de aprendizado para os/as agricultores/as interessados/as em novas técnicas e para o público em geral.

A Festa da Semente da Paixão é realizada anualmente pela ASA Paraíba e vem se constituindo como importante espaço de troca de experiências e saberes entre as famílias agricultoras no Semi-Árido. Além disso, o encontro promove a valorização de ações de conservação do ecossistema e é um momento de formação política, reflexão e construção de um modelo de agricultura sustentável, tendo como centro o fortalecimento das ações da agricultura familiar e seus processos de transição para a agroecologia.

Segundo Vanúbia Martins, da ASA Paraíba, a festa está sendo preparada desde 2006. “O evento é parte da formação dos agricultores e agricultoras que atuam com os bancos de sementes da paixão. É uma festa que trata de saberes, sabores e solidariedade.” De acordo com informações da organização, os dois primeiros dias da festa serão destinados às discussões acerca de questões relacionadas aos agricultores e agricultoras familiares. Após esse encontro, uma carta política será editada e colocada à disposição dos/as interessados/as.

REDE SEMENTES – No estado da Paraíba, existe atualmente uma rede de 228 Bancos de Sementes Comunitários (BSC), envolvendo 6.561 famílias de agricultores em 61 municípios. Essas variedades locais de milho, feijão, feijão macassa, fava, gergelim, amendoim, entre outras, foram denominadas pelos/as agricultores/as familiares Sementes da Paixão. A Rede Sementes resgatou e estimulou a produção local e procura prover o aumento

da biodiversidade nas terras cultivadas pelos agricultores/as com a implantação de viveiros comunitários e familiares de mudas nativas, frutíferas e forrageiras adaptadas.

A Rede aproveita as frutas por meio do beneficiamento de produtos como geléias, doces, sucos e faz a comercialização de produtos agroecológicos em 16 feiras regionais e municipais. Inovações no manejo da água para a agricultura como as barragens subterrâneas e as mandalas – que aumentam a produção de cultivos alimentares e forrageiros até mesmo em período de seca –, e a melhoria do manejo animal por meio da produção e armazenamento de forragens nativas também fazem parte dos objetivos da Rede.

Outras Informações:

ASA Paraíba

Telefone: (83) 3341-3463

Endereço eletrônico: asaparaiba@terra.com.br

Por Cláudia Mohn – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)

Colaboração: ASA Paraíba